



GEÓGRAFOS

XI ENCONTRO NACIONAL DE

A Geografia Brasileira e as Transformações no Trabalho e no Espaço

05 a 11 de julho de 1998

UESB

Vitória da Conquista - BA

Informações:

Caixa Postal 95

Deptº de Geografia / CEP 45.000-000

Tel: (077) 424-1143 (ramais 225 e 255)

E-mail: agbvc@uesb.br

BENVINDOS A ESTE CHÃO DE ESTRELAS... AFINAL, VITÓRIA SE CONQUISTA

Apresentação

Reunir diversos textos num só encarte e dar-lhes titulação suprema de *tese* pode causar mal-entendidos ou estranheza. Tudo isso porque tivemos dificuldades de acreditar, até então, o quão importante pode ser apostar na discussão e no debate qualitativo dos Encontristas Agebeanos.

Para o XI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), estamos apostando na alternativa promissora de construirmos condições para que o debate e as discussões se multipliquem entre nós e que possamos participar das diversas seções, mesas, painéis, plenárias etc, tendo em mente o coletivo do XI ENG e os geógrafos brasileiros e porque não a Geografia brasileira.

O arco de temas estabelecidos e a solicitação para os autores escreverem e, a denominação para isso de *teses*, é algo que desde Recife já estava definido para essa gestão, ou seja, encartar as diferentes posturas e "leituras" geográficas, na forma impressa e que fosse veiculada aos quatro cantos, no momento de realização do XI ENG. O propósito de fortalecer as discussões e apresentar referenciais teóricos e políticos é o que nos motivou, então, desde o início, ainda como plataforma a demarcar esse caminho, agora trilhado.

Esperamos, dessa forma, estar apresentando mais uma contribuição a todos os participantes do XI ENG, que por menor que seja, propõe-se acrescentar ingredientes qualitativos no debate geográfico e que reine a polêmica e que consigamos avançar com as divergências...

Antonio Thomaz Júnior

AGB – Nacional

- Presidente -

thomazjr@stetnet.com.br

SUMÁRIO

1- **RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA**

José Willian Vesentini

A questão da natureza na Geografia e no seu ensino.

2- **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL**

Luiz Fernando Camargo e Maria Regina Fortunato

Marcas de uma política de exclusão social para a América Latina: propostas neoliberais para a educação na região.

3- **A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DO GEÓGRAFO**

Helena C. Callai

A dimensão pedagógica na formação do geógrafo.

Diamantino A. C. Pereira

A dimensão pedagógica na formação do geógrafo.

4- **A QUESTÃO CIDADE-CAMPO**

Arlete Moysés Rodrigues

A Geografia brasileira e as transformações no espaço e no trabalho.

Manoel Calaça

Tópicos sobre a relação cidade/campo na era da globalização.

5- **GEOGRAFIA HUMANA, GEOGRAFIA FÍSICA**

Francisco Mendonça

O caráter dicotômico da Geografia moderna: de especificidade científica a conflito entre os geógrafos.

João Lima De Sant'anna Neto

A Geografia física no limiar do século XXI: discursos e perspectivas.

6- **DESREGULAÇÃO PROFISSIONAL E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Sônia Morandi

A flexibilização da formação (qualificação) profissional: a reforma do ensino técnico

Marcelo Dornelis Carvalhal

Desregulamentação do trabalho e das relações sociais.

7- **AGB: PERSPECTIVAS PARA O ANO 2000**

Douglas Santos

AGB: avaliações e perspectivas.

Tese: Relação Sociedade-Natureza

A questão da natureza na geografia e no seu ensino*

José William Vesentini⁵

"Uma grande verdade é uma verdade cujo oposto também é verdadeiro"
(Niels Bohr)

"O processo histórico da humanidade como um todo consiste em uma gradual apropriação da natureza pelo espírito, a qual encontra-se fora dele, mas também de certa maneira dentro dele"
(Georg Simmel)

I.-

A natureza é histórica e portanto social. A natureza é uma realidade objetiva independente do social-histórico. Essas duas afirmações aparentemente contraditórias são verdadeiras, embora parciais se entendidas isoladamente. Elas se complementam e podemos mesmo dizer que formam um conjunto dialético, um processo contraditório. A natureza é histórica enquanto discurso(s), enquanto percepção pelo conhecimento humano, que logicamente varia no tempo e no espaço. É histórica também enquanto relação com a(s) sociedade(s), na qual mesmo influenciando alguns aspectos do social, ela com frequência é modificada pela ação humana. Mas a natureza é igualmente uma realidade objetiva, um encadeamento de processos naturais (ou seja, físico-químicos e biológicos) que possui a sua dinâmica própria e autônoma. Como realidade objetiva, a natureza é um complexo que inclusive originou num certo momento a vida humana, que continua a fazer parte dela enquanto organismo que nasce e morre, que necessita de oxigênio, comida, repouso, que possui enfim um ritmo biológico independente do social apesar de intimamente interligado a ele.

Justamente o grande problema da ciência geográfica, e em particular do seu ensino, é o entendimento desse processo contraditório, desse ser e não ser concomitante da natureza. Para alguns - e isso desde os clássicos do século XIX, que em sua maioria tinham uma visão empirista e objetivista do real - só existe o aspecto material e autônomo da natureza. Ela seria apenas uma coisa em si, uma realidade objetiva e à margem do social-histórico. Nesses termos, quer a natureza seja vista como um palco (ou a "terra")

que o homem vai ocupar, ou mesmo quer ela seja entendida como recurso para a sociedade moderna, trata-se de algo pré-definido e cuja objetividade nunca é posta em questão. Já outros, em contrapartida, vêem somente o subjetivo, o(s) discurso(s) sobre a natureza, como se ela fosse essencialmente uma ideologia no sentido mais vulgar dessa categoria. A primeira natureza, ou natureza original e independente da ação humana, não mais existiria e no seu lugar haveria tão somente uma segunda natureza ou natureza humanizada, reelaborada pela sociedade moderna. O grande desafio aqui seria o de estudar as contradições da sociedade, sendo a natureza compreendida como um subproduto destas.

Na primeira interpretação, a empírico-objetivista, a realidade é uma só (o universo enquanto categoria mais abrangente do ponto de vista das coisas que existem), mas sem a preocupação com a conceituação de totalidade ou de globalidade. Seria uma somatória de fenômenos onde o importante não é partir do todo e sim das partes, analisando ou até descrevendo cada uma isoladamente e depois, se possível, realizando sínteses provisórias. E na segunda interpretação, a ideológico-subjetivista, a realidade também é uma só (a sociedade moderna ou capitalista, com suas idéias sobre universo, natureza e outras noções) e existe uma grande preocupação com a conceituação de sua unidade, ou melhor, de sua totalidade. O ideal aqui é partir do todo para se chegar às partes, sendo que uma lógica pré-determinada de totalidade (as contradições do modo de produção capitalista) é quem determina a dinâmica de cada parte e mesmo a da natureza, que afinal de contas nada mais seria que recurso(s) instrumentalizado(s) pelo social.

Para superarmos esses dois vieses temos que absorver o que há de verdadeiro em cada um, procurando compatibilizá-los e tentando ir além deles. É o que iremos encetar neste ensaio. Nossa intenção é mostrar que a natureza é uma realidade objetiva, obviamente que dinâmica, e ao mesmo tempo um (ou vários) discurso(s) ou interpretação(ões). Indo mais além, procuraremos avaliar em que medida a natureza é e não é social, o que, por um lado dá uma certa factibilidade aos que advogam uma separação ou até oposição entre o natural e o social-cultural e, por outro lado, também justifica a idéia de uma certa unidade ou complementaridade entre a sociedade e a natureza. E por fim, no tocante ao ensino da geografia, justamente o campo no qual essa problemática se coloca de forma mais aguda, iremos demonstrar que o ponto de partida não é a concepção de natureza - como normalmente se pensa - e sim a realidade do educando,

podendo-se dessa forma focar a dinâmica natural desta ou daquela maneira, com ou sem integração imediata com o social, tudo dependendo do conteúdo a ser estudado e principalmente do nível de desenvolvimento intelectual e da realidade existencial dos alunos.

II.-

Que a natureza é uma realidade objetiva parece haver poucas dúvidas. Uma realidade extremamente complexa e provavelmente até contraditória em vários aspectos, é certo, mas com sua(s) própria(s) dinâmica(s) que independe(m) do pensamento ou da ação humanos. Imaginar o contrário, que a natureza é só discurso ou interpretação, seria regredir até um idealismo já há muito superado pela história da filosofia e em particular pelos avanços das ciências naturais nestes últimos dois ou três séculos. A história da ciência nesses séculos pode ser vista como um longa narrativa de lutas contra a religião e o idealismo, como uma afirmação cada vez mais categórica da autonomia dos fenômenos naturais frente aos ideais humanos. Sabemos dos escândalos ocasionados pelo desmanche do sistema geocêntrico, pela teoria da evolução biológica, pelas novas idéias sobre a origem do universo e da Terra, pela genética e sua evolução e aplicações...

Pode-se argumentar que a idéia de natureza é uma abstração e o que conhecemos de fato são coisas ou fenômenos isolados, que os cientistas fazem uso de paradigmas diferentes e até antinômicos de acordo com o aspecto do real a ser estudado, que nossa interpretação sobre o mundo é plena de reviravoltas. Tudo isso é correto, ao menos parcialmente. Só que nada disso elimina o fato de que a categoria natureza é essencial para a ciência moderna, que busca cada vez mais abordagens integradoras - sejam interdisciplinares, transdisciplinares ou até holísticas - e que produz não só teorias e sim resultados concretos incontestáveis. Alguns afirmam que o estudo de um rio ou de um relevo com sua estrutura geológica só tem sentido quando o relacionamos com a dinâmica social, com o uso que o homem faz desses recursos - seja poluindo o rio e/ou usando suas águas para abastecimento urbano, seja construindo uma estrada ou um túnel nessa unidade de relevo, seja explorando algum minério no subsolo. Creio que ninguém discorda que esse uso é importantíssimo, notadamente no ensino de 1º e 2º graus. No entanto, convém não esquecer que a humanidade só constrói modernas estradas, túneis ou mecanismos de captação e filtragem de águas fluviais porque existem estudos científicos sobre o rio em si e enquanto parte das águas e sua dinâmica no planeta, sobre

os minérios ou as unidades de relevo em si, como dinâmicas próprias e autônomas frente à lógica social. O estudo da natureza em si, de processos naturais em sua autonomia, é condição *sine qua non* para o seu uso pela sociedade moderna. E mais ainda, é um pré-requisito indispensável para se resolver os enormes problemas ambientais colocados por esse uso de forma intensiva em nosso século.

A visão de natureza que a geografia herdou e reproduziu no seu ensino foi a cartesiano-newtoniana, onde a física é a ciência chave para se explicar o universo, categoria que nessa leitura se confunde com a de natureza em seu nível mais abrangente. Daí o estudo geográfico da natureza ter sido denominado "geografia física" e as escassas tentativas de abordagens globalizantes - ou de criar sínteses - tinham por base princípios da física clássica: causalidade, analogia, espaço absoluto, natureza como fenômenos físicos em primeiro lugar, que não têm vida consciente mas quando muito vida vegetativa ou passiva, isto é, determinada pelo meio abiótico. E no fundo nem poderia ter sido diferente, pois a geografia moderna nasceu na época da Primeira Revolução Industrial, no século XIX, destinada essencialmente por um lado a mapear e descrever territórios para que o emergente Estado-nação pudesse controlá-los de forma mais eficaz, e, por outro lado, destinada a reproduzir uma ideologia nacionalista para as crianças e adolescentes que cursavam o ensino de massas que se expandia na época e passava a se tornar obrigatório.

Ocorre que o contexto histórico-social dos nossos dias - a nova ordem mundial com a revalorização da questão ambiental, a revolução técnico-científica com as profundas mudanças que ocasiona na sociedade moderna e nos seus valores dominantes - exige uma revisão nessa concepção de natureza. Pouco a pouco, no discurso científico em geral (e não somente na geografia em particular), a visão cartesiano-newtoniana de natureza, no qual os fenômenos físicos constituem a chave para a sua unidade e dinâmica, vai cedendo lugar a uma visão mais ecológica, na qual a natureza-para-o-homem passa a ser entendida como a biosfera e os processos de vida começam a ganhar terreno nas explicações da dinâmica e mesmo da unidade dessa natureza em nosso planeta,

que afinal de contas é a única que interessa ao estudo da geografia.

É interessante registrar, sem nenhuma pretensão de estabelecer nexos de causalidade linear, que essa mudança ocorre paralelamente à passagem da Segunda para a Terceira Revolução Industrial. De fato, na Primeira e na Segunda Revolução Industrial os avanços da humanidade sobre a natureza - a criação de uma segunda natureza, de acordo com as formulações clássicas de Marx - tinham um forte conteúdo mecânico: a máquina a vapor como símbolo dos primórdios da industrialização original, as máquinas elétricas e o automóvel como símbolo da segunda etapa desse processo industrial. Durante muito tempo os notáveis avanços da ciência e da tecnologia moderna, que no fundo sempre permitiram ao homem libertar-se cada vez mais (embora nunca totalmente) das amarras da natureza, estiveram bastante identificados com as descobertas e aplicações da física (e, em segundo lugar, da química). Isso é válido para o desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações, para o aperfeiçoamento das máquinas industriais, para as construções de edifícios e outras obras de engenharia, para o aprimoramento dos armamentos etc. Quando consultamos qualquer obra a respeito da história da ciência moderna com ênfase em suas aplicações, com ênfase na tecnologia que gerou, logo notamos que a maior parte das referências será para descobertas físicas - da eletricidade à energia nuclear, do estudo da atmosfera e sua dinâmica aos aviões e satélites artificiais, do estudo dos materiais às construções ou às explicações sobre o centro da Terra. Desde Galileu Galilei (e Descartes como o seu "complemento" a nível teórico) até os "grandes nomes" da ciência do século XX (Einstein, Mach, Bohr, Heisenberg e outros), que o progresso técnico do capitalismo confunde-se em grande parte com as aplicações das descobertas físicas. Não pretendemos com essa constatação ideologizar a física, o que seria ridículo frente aos inegáveis avanços que ela suscitou no conhecimento humano, e sim mostrar a sua eficácia para a modernidade e ao mesmo tempo o porquê de sua primazia na visão capitalista de natureza, visão pragmática e mecânica que entende a natureza basicamente como recurso(s) e objeto(s) sem vida.

O "novo paradigma" nos estudos sobre a natureza, a respeito do qual tanto se especula desde as obras de Kuhn e de Capra, provavelmente não vai derivar da

relatividade ou da teoria dos quanta, como geralmente se imagina, e sim da biotecnologia, em particular da ecologia e da genética. Não devido a um pretensão equívoco daquelas duas primeiras teorias - longe disso! - e sim em razão de uma maior aplicabilidade, nos moldes da revolução técnico-científica em andamento, da abordagem ecológica e da engenharia genética. Cada vez mais a natureza (repeto: natureza-para-o-homem) deixa de ser vista como o universo ou como um complexo sistema físico e passa a ser entendida como um encadeamento de ecossistemas - o que leva até a biosfera ou, segundo alguns, até Gaia -, como um imenso complexo vivo no qual o homem pode intervir não mais apenas fazendo máquinas ou obras de engenharia, não mais desmatando e/ou aplainando de forma acelerada e construindo cidades ou monoculturas, e sim agindo de acordo com os princípios da ecologia (controlando biologicamente as pragas, conservando certos ecossistemas ou espécimes etc.) e/ou com os princípios da genética (mapeando e manipulando genes, criando novos organismos e substâncias). Aliás, ao contrário do que pensam os militantes ambientalistas ingênuos, ecologia e genética não se contradizem (sendo uma voltada para a conservação dos seres vivos e a defesa dos alimentos naturais e a outra apregoando a modificação dos seres vivos e criando alimentos artificiais), mas sim se complementam no avançar da Terceira Revolução Industrial. A ecologia, entendida como pesquisa/conservação de ecossistemas e seres vivos em sua máxima diversidade, é condição básica para o avanço da genética, do estudo de genomas dos seres vivos e da criação artificial de novos seres vivos ou organismos geneticamente modificados. E, como veremos a seguir, ambas são fundamentais para esta nova fase de expansão industrial (ou pós-industrial, como advogam alguns), que é a revolução técnico-científica.

A ação do homem na natureza, a partir do advento do capitalismo e da sua visão pragmática sobre o mundo, sempre foi a de um conquistador frente aos domínios que anexou. *Dominar a natureza* foi o lema básico da modernidade desde no mínimo o século XVII. Neste final de século e de milênio começa a haver uma mudança significativa nessa visão e também, embora de forma mais tímida, nessa ação. Os motivos para isso são vários: crescente consciência ecológica ou ambiental da humanidade, que teve como marcos importantíssimos a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) e, vinte anos depois, a Eco-92 no Rio de Janeiro; o acúmulo de problemas ambientais (buraco na camada de ozônio, efeito-estufa com o acúmulo

de CO₂ na atmosfera, acidentes nucleares e advento novas armas letais produzidas em massa nos anos 60 e 70, intensos desmatamentos nas poucas reservas florestais ainda originais, crescente carência de água potável em diversas regiões do planeta, ampliação das áreas desérticas ou semi-áridas em inúmeros lugares etc.), juntamente com a percepção de que eles não têm uma dimensão meramente local ou regional, como se imaginava até o final dos anos 60, e sim planetária ou global; e por fim a crise da bipolaridade e da Guerra Fria, entre 1989 a 1991, com o advento da nova ordem mundial, na qual a preocupação dos países ricos de uma hipotética guerra mundial em grande parte desloca-se para os problemas ambientais planetários. É lógico que essa cada vez mais aguda preocupação dos países ricos com a questão ambiental planetária não se fundamenta apenas nos riscos de catástrofes, ou nas possibilidades de empobrecimento da diversidade biológica e cultural para as futuras gerações, mas tem igualmente um motivo bastante prático: a biodiversidade vem se transformando num negócio lucrativo (e com um vastíssimo campo de expansão) com o desenvolvimento da biotecnologia e com todos os demais aspectos interligados, quais sejam: as indústrias de novos materiais, as pesquisas biológicas de novas fontes de energia, os novos remédios e tratamentos médicos com a engenharia genética, a nova agropecuária com o melhoramento genético de animais e plantas, inclusive com a futura produção *in vitro* numa escala gigantesca etc.

Se *destruir* a natureza foi um princípio essencial da modernidade nestes últimos séculos, agora o imperativo de a *conservar* vem cada vez mais ganhando terreno. Mas não conservar como guardar ou não usar e sim como utilizar de outra forma, como banco de dados genéticos, como ecoturismo, como reserva de expansão da biotecnologia. De uma ação semelhante ao de um exército conquistador que extermina grande parte da população dominada, que procura arrasar o terreno e reconstruir tudo, a estratégia da sociedade moderna frente à natureza passa atualmente por uma transição no sentido de tornar-se semelhante ao do colonizador que conserva e utiliza as populações nativas, que procura não eliminá-las e sim redirecioná-las para seus valores e interesses (mesmo que para isso tenha também que fazer transigências ou adaptações de seus próprios valores em função da realidade do colonizado). É aí que a engenharia genética se encontra com a ecologia: para manter essa nova expansão com a criação de novos seres vivos, de novas substâncias resultantes da manipulação genética, torna-se

necessário dispor de organismos selvagens ou originais, que constituem uma espécie de reserva ou de banco de dados para as presentes ou futuras necessidades de correções ou melhoramentos dos organismos já manipulados, os quais sempre necessitam de proteção do homem, de constantes introduções de novos genes em função de novas pragas ou agentes patogênicos que inevitavelmente surgem. Exemplificando, podemos dizer que a agropecuária avançada, que tem por base a engenharia genética e até dispensa grandes extensões de solo ou de espaços naturais, que prescinde mesmo das boas condições naturais, e que por esse motivo representa um novo patamar no domínio do homem sobre a natureza (no qual se chega até a *criar novos seres vivos*, algo que até há pouco era tido como atributo apenas de Deus), na realidade precisa mais do que nunca de reservas de natureza nativa ou selvagem, de grande diversidade biológica enquanto condição mesmo de sobrevivência a longo prazo. Esse fato deixa patente que nunca haverá somente a segunda natureza, que sempre deve haver reservas de primeira natureza como elemento indispensável para a sobrevivência da sociedade moderna e da própria humanidade. No seu limite, como podemos perceber agora, a produção humana de uma segunda natureza necessita e até depende da existência de reservas da primeira natureza, de ecossistemas nativos. Daí ser absurda aquela idéia marxista sobre o final da primeira natureza, sobre o domínio absoluto do homem frente à natureza original.

Dessa forma, a nossa visão atual sobre a natureza passa por uma transição no sentido de considerá-la não mais essencialmente como um sistema físico sem vida e sim como um complexo (e um encadeamento de processos) biológico, no qual logicamente também entram os fenômenos abióticos ou físico-químicos, mas onde o fundamental passa a ser a diversidade aorgânica como essência da permanência e da dinâmica das coisas. De uma interpretação cartesiano-newtoniana, fundada na causalidade e no espaço e tempo absolutos, passamos a uma visão ecológica (um encadeamento de ecossistemas ou paisagens naturais que sempre vivem em equilíbrio instável) que valoriza bastante a probabilidade e até o acaso (o caos, a indeterminação, o papel da contingência nas mudanças), que revaloriza a vida em sua diversidade e onde o espaço e o tempo, categorias indissociáveis, são normalmente relativizados. Do

universo infinito passamos à biosfera com seus limites tangíveis. Não que isso signifique que a biosfera deixe de fazer parte do universo, cuja finitude é constantemente demonstrada, mas com suas características próprias e talvez até sem paralelo no cosmos, como a verdadeira natureza-para-o-homem enfim.

Isso tudo exige não o final do estudo geográfico da natureza em si, como apregoam aqueles que pretendem reduzir tudo ao econômico ou ao "modo de produção", e sim uma passagem da geografia física para uma verdadeira geografia da natureza, algo que por sinal já vem ocorrendo nos últimos anos ou décadas como comprovam os estudos/propostas sobre geossistemas, as análises integradoras do meio ambiente ou de paisagens naturais, a renovada preocupação com a dimensão temporal nos fenômenos naturais.

III.-

Isso posto, podemos agora voltar nossa atenção para o ensino da geografia. Também aqui temos que considerar o atual contexto histórico-social da nova ordem mundial, da globalização e da revolução técnico-científica. Ensino de geografia para que? Para formar cidadãos, afirma-se comumente com uma certa razão. Mas cidadãos de um novo mundo no século XXI, no qual o mais importante não é inculcar um patriotismo exarcebado (o que a geografia tradicional fazia muito bem) e muito menos fornecer informações (sobre unidades de relevo, rios, cidades, cultivos etc.) para serem memorizadas ou "assimiladas". E tampouco "conscientizar" o aluno, naquela perspectiva de haver uma "consciência verdadeira" que o professor deveria transmitir ou ensinar. Tudo isso são valores ou princípios já superados, de outros momentos históricos ou de outros papéis sociais para a escola. O mais importante hoje, na escola para a Terceira Revolução Industrial - e provavelmente não há outro caminho para a modernidade neste final de século -, é ensinar o aluno a aprender, a pesquisar, a ter autonomia, pois a reciclagem constante e um novo papel mais valorizado do conhecimento, que sempre se renova, é uma característica marcante da nova força de trabalho (e até do cidadão pleno neste mundo cada vez mais globalizado) sob a revolução técnico-científica.

O fundamental no ensino da geografia, que se revaloriza com a globalização atual, é deixar o educando conhecer o mundo em que vive, desde a escala local até a regional, a nacional e a planetária. E deixá-lo conhecer o mundo em que vive não significa meramente transmitir informações e sim orientar pesquisas, discussões,

interpretação de bons textos e mapas, elaborar e operacionalizar com frequência trabalhos de campo (estudos do meio, excursões, visitas a fábricas, museus, bairros específicos etc.). A grande preocupação do ensino da geografia a nível de 1º e 2º graus não é com a unidade/dicotomia entre o social e o natural, como insistem alguns (que no fundo estão apenas levando até as crianças ou adolescentes uma velha e talvez já superada discussão da geografia acadêmica), e sim com o desenvolvimento intelectual do educando, com o aprender a aprender sendo mais importante que o conteúdo específico a ser ensinado. A geografia escolar, convém recordar, *é um instrumento e não um fim em si no processo de desenvolvimento intelectual dos alunos de 1º e 2º graus.* Entender isso é básico para se posicionar frente à questão da natureza no ensino da geografia.

Não existe uma fórmula ou um modelo único de estudo da natureza no ensino da geografia. Tudo depende do conteúdo a ser ensinado e da realidade (econômica, social, cultural, psicogenética e até espacial no sentido de local onde residem) dos alunos com os quais se trabalha. Caso estivermos lecionando uma realidade regional, por exemplo - seja a Amazônia, o Nordeste ou o sul da Ásia -, então é lógico que temos que *integrar* (e não embaralhar ou fundir) os conteúdos referentes ao social e ao natural, sem a preocupação em um ter que vir necessariamente antes do outro ou que cada uma dessas partes tenha exatamente 50% do espaço das aulas, o que seria ridículo e artificial na medida em que o importante é motivar o educando e fazê-lo se interessar pelo conhecimento dessas realidades e não ficar reproduzindo no 1º ou no 2º grau as picuinhas dos Departamentos de Geografia (nos quais normalmente há constantes brigas por contratações de novos professores, por maior ou menor carga horária das disciplinas de geografia física e humana, que no fundo nada mais são que disputas por poder).

Não dá para se estudar o sul da Ásia sem fazer referências às monções e às chuvas torrenciais, por exemplo, assim como não é possível lecionar o Nordeste brasileiro sem discutir o clima semi-árido e as secas (mesmo que seja para desmistificá-las enquanto fator explicador para a pobreza ou as migrações) e tampouco é possível um estudo adequado da Amazônia sem uma especial atenção para o meio natural com ênfase na floresta e sua diversidade. Só que esses elementos ou processos naturais não devem ser necessariamente o ponto de partida desses estudos e muito menos ocupar metade de todo o conteúdo a ser ensinado. Seria muita ingenuidade ou falta de bom senso negar que os processos sociais (a luta pela terra e os desmatamentos na Amazônia, os choques culturais-religiosos e a herança da dominação colonial no sul da Ásia, a concentração das riquezas no Nordeste e o poderio das oligarquias tradicionais) são muito mais importantes para a compreensão

de todas essas realidades regionais mencionadas. Mas o estudo dos processos naturais em si não deve ser omitido, pois ele também possui a sua parcela de contribuição para o conhecimento dessas realidades.

Já no caso de estarmos trabalhando com crianças de 5º ou 6º séries, o ideal é partir do concreto para se chegar ao abstrato, deixando-os descobrir ou construir os conceitos básicos da geografia. E nesse ensino não tem sentido pretender fundir a parte humana com a física, pois os conceitos elementares - seja o de coordenadas geográficas, de mapa, de densidade demográfica, de tipos de clima, de espaço geográfico, de lugar, de região ou de Estado-nação - são muito mais facilmente compreendidos quando estudados isoladamente, com exemplos e na medida do possível com experiências ou trabalhos de campo, e só depois é que podem ser interligados com os demais aspectos do real. Não podemos fazer sínteses a todo momento, pois antes delas devem existir análises. Não há nada de incorreto em estudar a natureza em si, o clima por exemplo (com observações das nuvens, da direção dos ventos, com visitas a estações meteorológicas etc.), ou a vegetação (inclusive com excursões a bosques ou matas para examinar as plantas, os solos, a hidrografia local etc.). O importante é sempre que possível estabelecermos relações dos elementos naturais entre si (numa visão globalizante da paisagem ou do ecossistema) e também deles com a ocupação humana (real ou potencial), mas existem alguns momentos em que o estudo ou explicação de um aspecto do real isoladamente torna-se necessário.

A idéia de *nunca* se separar o social do natural é fantasiosa, sem nexo do ponto de vista científico. Existe o momento de separar e o de unir, o momento de isolar um elemento para melhor estudá-lo e o de relacioná-lo com outros fatores, da mesma forma que tanto a análise como a síntese são imprescindíveis ao avanço do conhecimento. E não adianta ficar repetindo que a "lógica dialética" supera a lógica formal e a ciência moderna (que tem aquela última por base), pois isso é apenas um chavão que só foi levado a sério de fato na União Soviética dos anos 30, na época áurea do estalinismo (e que, por sinal, ocasionou um enorme atraso no desenvolvimento científico soviético). A dialética não é nenhuma teoria ou lógica redentora ou messiânica, mas tão somente uma *questão filosófica* bastante polemizada nesta segunda metade do século. Não será a partir dela que iremos reavaliar o estudo da natureza no ensino da geografia e sim em função dos objetivos da geografia escolar, da realidade dos alunos e dos avanços do conhecimento científico, o qual não deve ser meramente reproduzido no ensino de 1º e 2º graus e sim adaptado, reelaborado em função da necessidade do educando pesquisar e construir conceitos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARRÈRE, M. (coord.). **TERRA, patrimônio comum.** São Paulo, Nobel, 1992.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo, Cultrix, 1987.
- GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo, Contexto, 1989.
- GREGORY, K.J. **A natureza da geografia física.** São Paulo, Difel, 1992.
- LOVELOCK, J.E. **GAIA - um novo olhar sobre a vida na Terra.** Lisboa, edições 70, 1989.
- MOSCOVICI, S. **Essai sur l'histoire humaine de la nature.** Paris, Flammarion, 1968.
- OFFICE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY POLICY. **Biotechnology for the 21st century - new horizons.** Washington, National Science and Technology Council, julho de 1995. (Esse trabalho pode ser obtido via internet na home-page <http://www.nalusda.gov/bic/bio21/>).
- UNITED NATIONS. **The global partnership for environment and development.** New York, 1993.
- VÁRIOS AUTORES. **Geografia & Questão ambiental.** São Paulo, AGB/Marco Zero, revista **Terra Livre** nº 3, 1988.
- VÁRIOS AUTORES. **La Géographie et sa physique.** Paris, Maspero, revista **Hérodote** nº 12, 1978.
- VÁRIOS AUTORES. **Ecologies/ Géographie.** Paris, Maspero, revista **Hérodote** nº 26, 1982.
- VESENTINI, J.W. **Geografia, natureza e sociedade.** São Paulo, Contexto, 1988.
- VESENTINI, J.W. **O novo papel da escola e do ensino da geografia na época da Terceira Revolução Industrial.** In: **Terra Livre.** São Paulo, AGB, 1996, Nº 11-12, pp.209-224.
- WEINER, J. **Os próximos cem anos.** Rio de Janeiro, Campus, 1992.

* Texto elaborado com vistas a ser apresentado numa reunião de professores de geografia de colégios de aplicação de diversas partes do Brasil, a ser realizada em outubro de 1995 e que acabou não ocorrendo por falta de verbas. O convite que os organizadores fizeram para que realizássemos uma fala sobre esse tema acabou portanto sendo desfeito, mas o texto foi redigido, após inúmeras leituras e reflexões, e acreditamos que mereça uma discussão por parte dos geógrafos e, especialmente, dos professores de geografia.

† Professor de pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, USP. (Endereço para e-mail: jwilliam@uol.com.br)

**Tese: MARCAS DE UMA
POLÍTICA DE EXCLUSÃO
SOCIAL PARA A AMÉRICA
LATINA:**

**Propostas Neoliberais para a
Educação na Região**

Prof. Luís Fernando de Freitas
Camargo *

Profª Maria Regina Fortunato **

O Modelo Hegemônico Neoliberal
na América Latina:

Refletir na direção da realidade latino-americana requer, obrigatoriamente, uma visão de conjunto, posto que problemas, impasses e conseqüências fazem parte não só da questão político-econômico-social da região, como também da territorialidade no que se refere a sua determinada função mundial. Nesse sentido, cada lugar é exclusivo, procurando ser mais um na trama econômica global.

A trajetória de cada país latino-americano nas últimas décadas, apresentou-se diferenciada segundo suas potencialidades, alternativas, dificuldades e resistências para a implementação do capitalismo monopolista pós-guerra. Foi diferente em cada lugar a maneira como o Estado trouxe para si a tarefa de assumir a produção de bens intermediários, de absorver as funções sociais e de promover o autoritarismo e repressão para o controle da sociedade.

Poderia-se imaginar que nos anos 90 cada país estivesse numa direção, num estágio, num plano específico de desenvolvimento. Mas, não é isso que se observa, parece que todos são parceiros e combinaram suas ações para que chegassem na atualidade com o mesmo perfil. Essa constatação só pode ser explicada no contexto dos modelos hegemônicos implementados na região onde, na atualidade, o neoliberalismo se impõe. Entretanto, para a análise não basta salientar que o neoliberalismo representa: elevação das taxas de juros, rebaixamento drástico dos impostos sobre os rendimentos altos, facilidades para os fluxos financeiros, desemprego maciço, repressão às greves e aos sindicatos, minimização da ação do Estado no setor social e privatização. Evidentemente, a implantação desses preceitos na realidade de cada país se dá dentro de um contorno específico, que articula a história do lugar, seu relacionamento mundial e suas possibilidades concretas de absorção a esse novo contexto. Dessa maneira, o resultado apresenta-se paradoxalmente específico e comum. Específico porque é próprio daquela realidade e comum porque compõe o

arcabouço que integra a totalidade do sistema.

**- Algumas Considerações Sobre o
Processo Histórico de Consolidação
do Neoliberalismo:**

Apesar de teoricamente idealizado na década de 40, o neoliberalismo começa a impor-se, de fato, a partir da década de 70, tendo como estímulo a crise do modelo econômico do pós guerra.

A Inglaterra, pioneira na instauração dessa política, foi rapidamente acompanhada por outros países do norte da Europa Ocidental e EUA, fornecendo bases para a consolidação de um modelo hegemônico, que iria dissipar-se por outros cantos do planeta.

A difusão do neoliberalismo contou, fundamentalmente, com uma forte pressão sobre os Estados, no sentido de sua revisão enquanto regulador da economia e mantenedor de bens e serviços sociais.

Diferentemente do que poderia se supor, não foi necessário uma explícita orientação política de "direita" para conduzir esse processo. Países denominados "euro-socialistas" assumiram, também, algumas posturas que se identificaram com a vertente neoliberal. Por outro lado, a crise do Leste Europeu apresentou-se como novo estímulo à continuidade do processo de expansão de políticas neoliberais, num momento em que esse modelo apresentava sinais de fragilidade quanto à capacidade de promover o crescimento econômico.

Na América Latina, a hegemonia neoliberal se confirmou no final dos anos 80 e início dos 90 com a mudança de governos de países como México, Argentina e Peru, entretanto, há que se ressaltar que a experiência piloto para a implementação geral do modelo deu-se num país da América do Sul: o Chile, sob a tutela de uma violenta ditadura militar, com resultados bastante satisfatórios aos olhos daqueles que viam no neoliberalismo e, portanto, nas desigualdades, os pressupostos para a sanidade do desenvolvimento. A Bolívia apresentou-se também como referência, em meados dos anos 80, visto que conseguiu superar problemas vinculados à hiperinflação com medidas neoliberais, contando com o apoio popular para a aparente resolução imediata do problema.

É importante ressaltar que nesses países o modelo estimulou o rebaixamento da qualidade de vida da maioria da população, através do desemprego e dos altos custos da sobrevivência. Entretanto, essa situação de pobreza não transformou-se em entraves para a superação desse estado de coisas. Pelo contrário, o Chile, por exemplo, continua sendo apresentado como experiência de sucesso na América Latina.

No Brasil, o neoliberalismo entra pela porta dos problemas econômicos, ou seja, a inflação

forneceu o argumento que permitiu um "discurso envolvente" na direção de reformas significativas no âmbito dos compromissos do Estado. Esse processo tem levado a uma política explícita de privatização, desregulamentação estatal e descompromisso com o setor social, numa onda que ressalta o conservadorismo e, por conseguinte, uma sensível guinada à direita, com medidas que na atualidade representam profundo retrocesso quanto às parcas conquistas verificadas no período anterior, conquistas essas marcadas pelo empenho e sofrimento do povo brasileiro. A escola pública é um exemplo concreto.

**- O Processo de Geração do
Neoliberalismo na América Latina:
as políticas educacionais como
referência.**

O mundo capitalista pós-guerra fortaleceu os capitais monopolistas, os circuitos de ramos de produção e conseqüentemente a sua internacionalização. Assim, esses capitais extrapolarão fronteiras e procuraram fazer uso do potencial presente em cada lugar onde se projetavam. Ao mesmo tempo em que a Guerra Fria esboçava um panorama político de confronto velado, a economia avançava na direção do estabelecimento de novas tecnologias, visando melhor produtividade. Nesse contexto, os Estados Nacionais assumem importante papel, no sentido de fornecer as bases para o pleno desenvolvimento desse capitalismo mundializado.

No caso dos países latino-americanos esse processo se deu de maneira desigual, com nuances segundo o grau de relação e comprometimento com o capital estrangeiro. A década de sessenta marca o início de regimes totalitários administrados pelo exército, como exigência dessa nova etapa da Divisão Internacional do Trabalho. Entretanto, ao mesmo tempo em que o sistema político recrudescer, os países latino-americanos passam por uma fase caótica de implementação de políticas públicas. Exemplo concreto dessa situação pode ser constatada no plano da educação em todos os seus níveis.

No Brasil, a internacionalização da economia reorganizou a sociedade com vistas à industrialização de base multinacional. De uma população fortemente localizada no campo, passou-se rapidamente ao crescimento urbano como condição para o desenvolvimento dessa nova proposta econômica. Assim, a mão de obra não qualificada, recrutada em todo o território nacional, teria que apresentar algumas habilidades, entre elas a leitura e as noções básicas de aritmética.

Dessa forma, a popularização da Escola Pública veio contribuir com esse momento da história econômica do país, que, no plano ideológico, instaurou a repressão e a censura visando o controle da sociedade civil. Nesse contexto inaugura-se uma nova política educacional que vai reorientar a escola

de 1º e 2º graus no nível de um projeto organizado através de acordos internacionais (MEC/USAID). O rebaixamento da qualidade de ensino foi inevitável, mesmo porque essa baixa qualidade tornou-se imperativa para a execução das estratégias no plano econômico. Coube ao Estado a tarefa de impulsionar essa política, buscando equilibrar as ações para a obtenção dos resultados desejados. "Escola Pública para todos!" desde que amparada por estratégias de desvalorização profissional e, conseqüentemente, debilidade na formação básica.

No âmbito da escola de 3º grau, a proposta apresentou-se de maneira mais complexa. No plano da Escola Pública, estava assegurada a articulação entre ensino e pesquisa. Essa concepção apoiou-se no fato de que havia a necessidade de assegurar um setor de ponta que desse sustentação ao desenvolvimento científico-tecnológico interno. Dessa maneira, a universidade deveria cumprir a tarefa de subsidiar minimamente a formação de um profissional que pudesse atender, de imediato, às solicitações impostas pela nova ordem econômica vigente. No plano político, essa universidade já estava calada sob o terror de um projeto autoritário, amplamente difundido em toda a vida acadêmica do país. Esse modelo de universidade estava amparado por verbas públicas, que davam sustentação à manutenção e continuidade de suas propostas. Sem dúvida, tratou-se de uma escola de elite, mesmo porque os investimentos destinados não permitiam a ampliação da rede, caracterizando-se como o lugar do "bom aluno": aquele que teve acesso ao ensino básico e médio de melhor qualidade.

Nesse contexto, a proposta educacional do país gerou contraditoriamente um ramo produtivo vinculado à educação, ou seja, surgem as faculdades particulares que trouxeram para si a tarefa de qualificar pessoal para as consideradas "profissões menores", principalmente as licenciaturas. Essas faculdades, organizadas segundo critérios nitidamente empresariais, pouco comprometeram-se com uma habilitação de qualidade, contribuindo decisivamente para aquele projeto de rebaixamento do ensino de 1º e 2º graus.

Assim, as pressões de demanda criaram precocemente um setor empresarial de educação. Isso significa que a proposta estatal foi insuficiente para o 3º grau, permitindo que a iniciativa privada construísse caminhos de fortalecimento na direção da legitimação da sua própria existência no setor. Esse processo foi acelerado também pela incapacidade do 2º grau conseguir, na prática, a profissionalização

teoricamente reivindicada pela Lei de Diretrizes e Bases 5692/71. De toda maneira, o desenvolvimento de políticas públicas para a educação, no Brasil, combinou uma série de medidas que justifi-caram a inserção da iniciativa privada no setor de prestação de serviços educacionais à população.

Essa política educacional para o 3º grau no Brasil marca expressivamente a proposta evidenciada para toda a América Latina, no período pós-guerra. É evidente que houve distinção no processo de implantação. A Argentina e o México, por exemplo, acionaram projetos estatais que num primeiro momento conseguiram absorver toda a demanda egressa do 2º grau. Entretanto, nos anos noventa o que se observa é que esses mesmos países apresentam índices significativos de instituições privadas de 3º grau, indicando que estas prevalecem sobre o ensino público.

Portanto, as estratégias executadas durante as décadas de setenta e oitenta no ensino universitário na América Latina acabaram repercutindo da mesma forma na maioria dos países da região, indicando que os contornos das políticas educacionais implementadas localmente combinaram com um projeto maior, recomendado pelo desenvolvimento do sistema capitalista em curso. O caso brasileiro, apesar de sua especificidade, representa uma faceta desse projeto.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID como condutor de políticas locais: um exemplo concreto.

A discussão sobre a realidade educacional brasileira, permite ilustrar um projeto que está posto para toda a América Latina. Os países que compõe a região apresentam-se com o mesmo perfil se consideradas as propostas recentemente sugeridas pelo BID. Uma análise mais aprofundada do documento intitulado: "Ensino superior na América Latina e no Caribe: um documento estratégico" produzido pela Divisão de Programas Sociais do Departamento de Programas Sociais e Desenvolvimento Sustentado do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID leva a compreender como uma Instituição Internacional interfere diretamente na realidade educacional da região, esta-belecendo políticas e esboçando propostas que se vinculam aos interesses do sistema.

A Introdução do documento indica que trata-se de uma estratégia para o envolvimento do BID no ensino superior da América Latina, visto que tem a pretensão de avaliar a qualidade e desempenho do 3º grau visando a despendar recursos para promover as reformas desejadas. Enfatiza que

o ensino superior na América Latina apresenta baixo aproveitamento e oferece apoio financeiro aos países integrantes que trilharem o percurso indicado no documento, ou seja, o "Banco" só investirá em sistemas educacionais na América Latina e Caribe mediante apoio explícito às suas recomendações. Nesse sentido, o BID esboça seu projeto através das seguintes determinações:

-sugere a redução nas dotações orçamentárias públicas na direção de um consórcio equilibrado de recursos estatais e privados; nesse ponto, ilustra sua recomendação, citando o Chile que investe apenas 1/3 das verbas públicas no montante destinado à educação universitária.

-defende a alteração na política de subsídios governamentais dentro de um padrão que valorize o pagamento do bem recebido por parte do aluno

-estabelece uma clara distinção entre vários segmentos do ensino superior, destacando necessidades diferenciadas para cada um; acredita que, apenas, uma "formação acadêmica de elite" deva articular ensino e pesquisa; as demais de caráter profissional, técnico ou semi-profissional deverão estar sob o regime de novas organizações curriculares, mais próximas das Instituições Privadas.

-faz clara alusão àquilo que considera "deficiente estrutura administrativa da escola pública de 3º grau", que permite, entre outros, a ociosidade e a falta de compromisso por parte de seus professores e funcionários.

-valoriza a pesquisa sob o gerenciamento da iniciativa privada.

-adverte sobre a falta de "mecanismos de punição" no interior das universidades públicas, que favorece a desordem e a conseqüente falta de aproveitamento do aluno.

-repudia a política de isonomia, que impossibilita a "premiação" através de vantagens salariais.

-estimula um rigoroso processo de avaliação, que dimensione a qualidade de ensino oferecido dentro de um critério que possa informar o consumidor e o empregador sobre o desempenho e produto da instituição avaliada.

O BID se coloca à disposição dos governos para apoiar financeiramente as mudanças. Se compromete com os recursos para a implementação dessas políticas e alerta que todos os projetos financiados deverão estar em consonância com as normas acima e serem implementadas através de medidas instauradas por "autoridades centrais" dos países.

Indubitavelmente, o discurso do Banco não se preocupa com a forma, ou seja, sem veleidades marca um compromisso estreito com a difusão do neoliberalismo na América Latina. Para tal, impõe medidas de minimização da ação estatal, estimula a competitividade e o mercado, traça os eixos da política educacional, intervém diretamente nas relações de

trabalho, evidencia a crise fiscal dos Estados e como "pai severo", orienta a conduta e intervém diretamente no destino de cada país.

Muito mais do que recomendações, o "documento" demonstra que no âmbito do 3º grau irá efetivamente conduzir todas as mudanças, demonstrando que na atualidade não há autonomia nacional e que as "relações internacionais" devem impor novos contornos tendo, entre outros, o BID como instrumento de realização.

Procurando explicitar tal processo, convém ressaltar os contornos da atual política educacional brasileira, particularmente a do 3º grau que se enquadra perfeitamente às recomendações sugeridas.

A atual Política Educacional Brasileira e a sintonia com as propostas do BID.

O atual momento da economia mundial propõe um novo papel para as instâncias de governo, o que de certa maneira conduz para a revisão dos seus compromissos sociais, visto que muito daquilo que é obrigação do Estado deverá gradativamente passar para a esfera da iniciativa privada e, portanto, tornar-se mercadoria. Se no período anterior o Estado assumiu o controle de um "gigante" complementar às economias de mercado, foi porque não havia outra possibilidade senão a de patrocinar setores que não interessavam, naquele momento, à iniciativa privada. Os gastos eram financiados pelos empréstimos internacionais, através de dívidas que, internamente, determinaram políticas inflacionárias de difícil gestão.

Evidentemente, expandiu-se um processo efetivo de crise fiscal, propiciando um terreno fértil para a instalação de políticas neoliberais. Entretanto, essa aspiração só poderia concretizar-se, plenamente, quando o projeto, que visava a inoperância do serviço público em geral, fosse fato consumado.

Hoje, a educação no Brasil demonstra a sutileza desse projeto neoliberal de desmonte da escola pública e gratuita, impulsionado pelas políticas vigentes, desencadeadas principalmente pelo governo FHC.

A desmoralização dessa escola, não é fruto do acaso, se justifica pela necessidade de pôr em prática essa nova etapa das políticas públicas. No âmbito da escola de 1º grau, vale ressaltar que todas as medidas implementadas pela Lei de Diretrizes e Bases anterior (LDB - 5692/71) permitiu o fracasso atual e estabeleceu suporte para a atual proposta de municipalização, enfatizada para as séries iniciais e parceria para as demais séries do 1º grau. Por outro lado, pretende-se estabelecer, em nível nacional, um currículo mínimo de controle denominado Parâmetros Curriculares Nacionais, na tentativa, entre outros, de acionar programas de ensino à distância numa clara manifestação da economia de recursos. É evidente, que a determinação de "diretrizes curriculares" inviabiliza uma prática docente crítica e reflexiva, ao mesmo tempo em que perpetua a manutenção de

um professor mal preparado.

No nível da escola de 2º grau, esta, gradativamente, distancia-se das obrigações públicas, a partir de uma máscara que estabelece um novo formato de curso que, entre outros, possibilita ao aluno frequentar várias escolas no processo de sua formação: cursos modulares. É óbvio que essa nova estrutura organizacional esconde o real interesse do Estado em se desobrigar desse nível de ensino. Essa proposta imagina-se estar sendo mais eficiente para garantir a profissionalização no âmbito das iniciativas privadas, até porque está sendo gestado uma nova tendência de cursos na área de educação tecnológica denominados de "pós-secundário". Ressalta aos olhos que a gradativa migração de alunos da escola privada para a escola pública de 2º grau nos anos 80/90, em função do rebaixamento do padrão de vida, tem estimulado pressões da sociedade para que o ensino público absorva a demanda. Ao MEC cabe instaurar medidas que revertam esse estado de coisas e recoloca o ensino médio próximo às escolas particulares.

No que tange a escola de 3º grau as mudanças são mais visíveis e merecem uma análise detalhada. As políticas neoliberais requerem um discurso competente no sentido de justificar a associação entre o dever do Estado com os lucros da iniciativa privada. Para tanto, toda a crítica feita quanto a inoperância da Universidade Pública está embasada na forte interferência e controle governamental na administração da escola de 3º grau. Assim, a avaliação que o MEC faz, hoje, da atuação universitária explicita seu erro em ter assumido a tarefa de financiar ensino / pesquisa. Isso permitiu o dispêndio de altos recursos (que contaram, entre outros, com a associação de instituições de fomento à pesquisa) sem o devido retorno, caracterizando a Universidade Pública como muito onerosa, principalmente porque não vinculou a pesquisa com as necessidades postas pelo plano econômico, e, por conseguinte, não obteve o apoio concreto do setor produtivo. Por outro lado, considera que a universidade deveria ter acompanhado a "evolução dos tempos" e assumido outras conformações mais adequadas às necessidades do mercado de trabalho. Nesse ponto defende o papel desempenhado pelas Faculdades Particulares quanto a sua organização que priorizou o ensino e, portanto, teve possibilidade de se adequar às novas exigências profissionais. No limite o MEC está defendendo os cursos de curta duração, ao mesmo tempo em que estabelece níveis diferenciados de formação profissional. O órgão entende que o mercado gerou novas perspectivas de trabalho num patamar localizado entre o ensino médio e superior.

Salienta que as Faculdades Privadas se fortaleceram num plano que pode estar assumindo esse campo de formação semi-profissional, até porque sua concepção empresarial lhe torna "mais criativa" a ponto de propor outras alternativas de organização curricular. Essas considerações marcam a posição estatal quanto à desobrigação com a Universidade Pública.

A Constituição Federal de 1988 garantiu, entretanto, à Universidade indissociabilidade entre ensino e pesquisa além de autonomia. Quanto à indissociabilidade entre ensino e pesquisa, o MEC enfatiza o descabimento de tal articulação posta em nível constitucional. As críticas mais significativas estão, portanto, relacionadas com o dispêndio de verbas e a falta de consonância da pesquisa com as necessidades do país. Para resolver esse problema, busca através de artifícios sorrateiros estabelecer novas classificações visando burlar o que está definido em Constituição. A nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 propõe que outras conformações de ensino superior sejam implantadas no país, como por exemplo os Centros Universitários que deverão ocupar-se apenas com o ensino e, portanto, distanciar-se do que está previsto na lei e, em contrapartida, aproximarem-se das políticas neoliberais. Reforçando este ponto de vista, a própria LDB 9394/96 ressalta a necessidade de entidades mais flexíveis, que atendam o mercado através de cursos universitários de ensino à distância, modulares, de menor carga horária e desligados da pesquisa, sempre em nome da modernidade. Quanto ao caráter privado dessas instituições, sugere que seja retomado o "crédito educativo" como medida provisória para a resolução imediata dos problemas de custo frente ao aluno mais pobre.

Fechando o circuito de medidas que atacam a vinculação entre ensino e pesquisa o MEC propõe a desregulamentação da maioria das profissões, visto que, segundo ele, não é o diploma que garante a formação adequada. Ao salientar essa diretriz, minimiza a formação universitária e abre brechas para novas modalidades de cursos.

Quanto à autonomia, o Ministério da Educação entende que no nível didático-científico, esta deva ser integralmente respeitada, mesmo porque é a partir dela que se garante qualidade. Acredita que são as discussões, os debates e as análises críticas os responsáveis pelo aprimoramento da vida acadêmica, o que repercute positivamente na qualificação profissional. Valoriza essa tendência nas Universidades Públicas e reconhece a deficiência dessa prática nas Instituições Privadas de ensino.

Ao mesmo tempo que defende tal autonomia, o Estado

propõe arbitrariamente avaliações externas sistemáticas que interrompem esse processo na medida em que desconsidera as particularidades e especificidades de cada Instituição. Não é possível pensar em autonomia didático-científica se ela está cerceada pela "matéria do provão".

Se a autonomia didático-científica é defendida pelo MEC o mesmo não ocorre com a autonomia administrativa-financeira, visto que, segundo o Órgão, não é possível conviver com tantas distorções. Dados exaustivos são apresentados para demonstrar a falta de organização e controle da Universidade que aí está. Responsabiliza o número excessivo de docentes e funcionários como grande entrave que obstaculiza o bom desempenho do 3º grau público. Argumenta que o custo financeiro das aposentadorias onera, e muito, as despesas. Enfatiza que a estabilidade é um mal insuportável, que estimula o descompromisso com o trabalho, tornando-se, muitas vezes, "cabide de emprego". Outros tantos argumentos são utilizados, todos para justificar a necessidade de uma revisão nas diretrizes de organização funcional. Para tanto, reivindica uma série de procedimentos que deverão ser rapidamente acionados, em nome da melhoria da qualidade e da racionalidade dos recursos destinados.

Não resta mais dúvida que essa conduta traz consigo um forte encantamento pelos preceitos neoliberais que sugerem, em nome de melhores resultados, a revisão de importantes conquistas trabalhistas e sociais.

Portanto, todas as propostas recentes relacionadas à educação no Brasil tratam de achar justificativas para se alinharem frente a essas determinações do BID. A nova LDB, todos os seus documentos de desdobramentos e ainda os discursos do Ministro da Educação ratificam esse compromisso.

O BID e o funcionamento da ordem mundial:

O Sistema Internacional é um conjunto de Estados que se comprometem com a mesma "ordem" visando o aprimoramento do sistema econômico, a partir de um relacionamento político mantenedor. Entretanto, aquilo que poderia, apenas, estar sugerindo harmonia e cooperação, revela, na realidade as contradições inerentes de um circuito desigual. Assim, o papel estabelecido pela Divisão Internacional do Trabalho, indica um jogo de forças produtivas que se associam a mecanismos políticos, viabilizando a economia mundial num patamar conectado pelos princípios norteadores do modo de produção vigente. Isso significa, que tal sistema se movimenta tendo como referência uma "ordem internacional" embasada em um conjunto formal ou informal de normas, instituições e procedimentos decisórios que refletem a correlação de forças no plano mundial e regulam as relações internacionais. Contudo, a realidade social indica um processo

dinâmico e, portanto, instável de relações que necessariamente possibilitam as transformações. Nesse sentido, a ordem econômica, apesar de ser a mesma, sempre é outra num movimento que interfere constantemente nas relações internacionais.

Nessa direção é possível compreender, historicamente, o papel dos países periféricos no circuito mundial. O termo periferia indica a existência de países centrais e de uma economia global caracterizada por desigual distribuição das atividades econômicas, de riqueza e de poder entre países e regiões. A integração econômica dos países da periferia requereu uma estrutura política legitimada pelo Estado Nacional que garantiu a inserção crescente (mais articulada) desses na ordem econômica internacional. Nesse contexto, estabeleceu-se os níveis de dependência como produto ou subproduto da exploração imposta pelos países centrais. Dessa maneira, explicitou-se o caráter desigual do sistema internacional que engendrou uma simbiose da economia com a do papel político de todos os países envolvidos no processo, num emaranhado de relações dinâmicas e contraditórias.

Buscando a legitimação desse conjunto, num nível que pode obscurecer o jogo de forças presentes no cotidiano dessas relações, ou melhor, estabelecendo uma pseudo imparcialidade tanto no plano econômico quanto no político, tem-se Instituições que apresentam-se com a finalidade de corrigir distorções e alcançar o pleno funcionamento do Sistema Internacional. Vale ressaltar, que essas Instituições tem como objetivo principal mascarar o papel dominante dos países centrais que aparecem apenas como unidades representativas sem qualquer poder explícito de decisão. Assim, essas Instituições supra nacionais cumprem a função de acionar medidas que facilitem o total desenvolvimento do sistema, sem que o sentimento de dominação de um país ou de um conjunto de países se evidencie.

Pode-se reconhecer o papel do FMI e do Banco Mundial como Instituições de interferência, ordenação e ajuste das economias nacionais, buscando adequar os negócios internos às necessidades do mercado internacional. Entretanto, mudanças avançam para além de questões meramente econômicas. Isso significa que a sociedade deve estar apta à suportar e acatar transformações. No caso dos países periféricos, o Estado por si só, não tem condições de absorver as inovações e disseminá-las através dos serviços públicos, ou seja, a incapacidade de organização do poder estatal, associada a ausência de recursos, pode comprometer o desenvolvimento do sistema. Com o intuito de superar entraves dessa natureza, é que as Instituições Econômicas propõe-se a destinar recursos para a adequação das políticas sociais internas aos preceitos da "ordem internacional". Assim sendo, o finan-

ciamento dessas políticas sociais vem acompanhado de uma série de recomendações que nada mais é do que a determinação de um modelo internacional e ingerência na vida do país. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID tem-se demonstrado como Instituições Econômicas que assumem essa tarefa, na atualidade.

A análise do documento "Ensino Superior na América Latina e no Caribe: Um documento estratégico" permitiu evidenciar o modelo hegemônico neoliberal para a região e compreender como as recentes mudanças no cenário educacional brasileiro estão conectadas a uma política mais ampla, relacionada ao desenvolvimento do sistema internacional.

É interessante ressaltar que as mudanças quotidianas na escola de 1º, 2º e 3º graus não são, como parecem, medidas isoladas e desvinculadas de um projeto global; pelo contrário, expressam o caminho trilhado pelo governo brasileiro para por em prática as políticas neoliberais decididas em escala mundial.

Bibliografia:

- ARNOVE, R. "La Educación como terreno de conflicto". Managua: Universidad Centroamericana, 1994.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. "Ensino Superior na América Latina e no Caribe: Um documento estratégico" 1996.
- ESCOTET, M. A. "Tendências, Misiones y Políticas de la Universidad" Nicaragua: UNESCO, 1993.
- GALEANO, E. "As Veias Abertas da América Latina", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 31ª edição, 1990.
- MEC. "Uma nova política para o ensino superior", Brasília, 1996.
- _____. "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 9394/96"
- _____. "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 5692/71"
- _____. "Parâmetros Curriculares Nacionais: Versão preliminar", 1995
- OFFE, Claus. "Capitalismo Desorganizado", São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª edição, 1994.
- PRZEWORSKI, A. "Capitalismo e Social Democracia", São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SADER, E. "O Poder, Cadê o Poder?". São Paulo: Boi Tempo Editorial, 1997.
- _____. (org.) "O Mundo depois da queda", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. & GENTILE P.(orgs.) "Pós Neoliberalismo", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SOUZA, Paulo Renato, "Por uma Nova Universidade", pronunciamento feito no Seminário sobre Ensino Superior, Brasília, 1996.
- TOMMASI, L. e outros (orgs.), "O Banco Mundial e as Políticas Educacionais", São Paulo: Cortez, 1996.

* Coordenador e Professor do Departamento de Geografia das Faculdades Teresa Martin e membro da Comissão Nacional de Ensino - AGB

** Coordenadora e Professora do Departamento de Ciências Sociais das Faculdades Teresa Martin

**Tese: "A DIMENSÃO
PEDAGÓGICA NA
FORMAÇÃO DO
GEÓGRAFO"**

Helena Copetti Callai *

*Vivemos num tempo de
mudanças. Em muitos casos a
sucessão alucinante dos eventos
não deixa falar de mudanças
apenas, mas de vertigem"*

(Milton Santos)

A Geografia ensinada, aprendida
O Geógrafo professor, pesquisador

Como ficamos diante desta nova realidade do mundo, de aceleradas mudanças que modificam territórios, limites, fronteiras; que exigem conhecimentos ágeis, e acima de tudo postura de saber aprender, de saber buscar as informações, de entender que as informações são passageiras e que o essencial é saber trabalhar um conhecimento que tem uma base significativa, produzido pela humanidade e que é continuamente ampliado?

E diante também da atual realidade da educação brasileira, que está aceleradamente passando por mudanças com propostas novas, trazidas pelo MEC a partir da LDB, mas também por professores e por escolas que estão intensamente procurando tornar o ensino mais significativo e conseqüente?

Todas essas mudanças, cada vez mais profundas e mais rápidas exigem uma postura de busca de entendimento do processo e a compreensão de que se deve trabalhar para a transformação, seja do mundo, da sociedade em geral, das relações entre os homens e da relação da sociedade com a natureza. Mas também com a idéia de transformação da escola, do ensino, da aprendizagem.

Andrade (1993) em Uma Geografia para o Século XXI desafia... "o espírito de iniciativa, a criatividade de uma geração que vive um momento histórico dinâmico em que os objetos e as idéias envelhecem rapidamente, tornando necessário ao pensador, ao estudioso, uma grande capacidade de mudança, mudança que não será feita com o simples abandono do saber acumulado através de gerações, mas com a sua renovação, preservando o que se conserva atual e mudando o que envelheceu".

O desafio do novo estimula ir adiante, mas para tanto torna-se fundamental entender o que está acontecendo, ter instrumentos teóricos e metodológicos para analisar a realidade e compreendê-la como presente, carregada do passado e

especialmente com o olhar no futuro. A formação de um profissional deve ter esta marca, deve ser aberta para poder incorporar o que foi produzido e conseguir construir para diante.

"Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro." (Santos, 1994: 121)

Neste contexto é que devemos pensar a formação do geógrafo, isto é do profissional capaz de tratar as questões que dizem respeito à compreensão da realidade em que vivemos, com a perspectiva de um olhar espacial, analisando, (como sugere Andrade) processos e não simples fases ou estágios. Um sujeito com sentido de pertencimento a um mundo, à sociedade, com uma identidade que lhe seja dada como ser social, e com a competência profissional, que saiba operar com o tradicional e o novo, com o conhecido e o a descobrir, que consiga interligar o conhecimento produzido pela ciência, com a capacidade criativa de produzir o seu próprio saber. Um cidadão, que consiga refletir sobre o pensamento universal e a realidade brasileira, que busque soluções para os problemas que a sociedade apresenta, "procurando um equilíbrio entre o conhecimento da realidade brasileira, que é nacional e regional." (Andrade, 1993: 96) Um cidadão que saiba reconhecer no cotidiano do lugar em que cada um vive, expressões locais e regionais de uma realidade que é global.

O geógrafo como profissional tem que dar conta de interpretar a realidade, fazendo a análise do espaço enquanto um resultado do trabalho do homem. Perceber que os problemas do território são mais que simplesmente problemas do espaço, são questões sociais, (dos homens), que precisam ser compreendidas. Conforme Quaini, não se pode fugir dos problemas sociais "reduzindo as contradições à relação território/natureza, percebendo os desequilíbrios ecológicos e os compromissos ambientais para não perceber os desequilíbrios sociais" (Quaini, 1983: 148). Um profissional que compreenda que os problemas do espaço são problemas dos homens, da sociedade, que no espaço se materializam.

A atitude profissional do geógrafo e a sua atuação exigem uma formação específica e continuada, que lhe permita um conhecimento significativo e a compreensão da sua função social. E neste quadro, refletir a respeito da dimensão pedagógica na formação do geógrafo remete a que se pense dois aspectos: o perfil deste profissional e o curso de graduação que o habilita. Isto requer que se tenha claro

o que se espera de um geógrafo no mundo atual, para desenvolver o seu trabalho, tanto como técnico, como pesquisador, quanto como professor. A formação deve ser a mesma, e isto vai estar na dependência do tipo de curso que a universidade oferece, desde a sua estruturação formal até o tipo de ensino e o desempenho do professor no interior da graduação.

Num momento em que a nível nacional, por proposição do MEC se discute a graduação como a formação inicial do profissional, um curso de Geografia deve dar conta de abrir os caminhos, mas também de estruturar e fundamentar bem estes caminhos para que o geógrafo tenha a base de sua formação muito sólida e capacidade de reconhecer as possibilidades de especialização em que poderá atuar, e mais que isto tenha condições operacionais de desenvolvê-la.

Esta formação deve ocorrer contemplando duas perspectivas que são fundamentais para um profissional e que, como tal não se colocam hierarquicamente, nem como uma mais ou menos importante que a outra. A função técnica e a função social, são aspectos constitutivos da formação e se uma requer a fundamentação teórica e a prática no exercício das atividades, com o domínio das técnicas, (seja de pesquisa, do planejamento territorial e da docência) a outra é a base da argumentação, traduzida na relação dialógica, que vai dar a sustentação ao encaminhamento do trabalho. Logo, não há sentido em haver uma dicotomização entre o bacharel e o licenciado, os dois são um só e como tal, deve ser dada a mesma importância quanto aos aspectos de formação, à estruturação do curso e aos conteúdos desenvolvidos. "Não se trata de formar um profissional fechado no casulo de um saber exclusivo e auto-suficiente, mas de formar, no profissional, o homem da competência comunicativa, que construa seu saber no diálogo fecundo e provocador e no serviço à sociedade ampla e plural, no mundo da vida compartilhado entre os iguais." (Marques, 1992: 163)

Um geógrafo passa necessariamente em sua formação (pensando aqui a graduação que o habilita, mas não se limitando a ela) por ter que adquirir uma formação geral referente ao conhecimento acumulado pela humanidade, uma qualificação técnica decorrente do aparato específico do "fazer geográfico", e por uma dimensão pedagógica que lhe oportunizará a capacidade de exercer a função social. Esta dimensão pedagógica não se resume à disciplinas pedagógicas necessárias a habilitação do professor, mas é a capacidade de se perceber, se reconhecer, como educador no interior de um processo de trabalho em que estão envolvidas pessoas e que em última análise é a elas, quer dizer à sociedade, que se destina o produto do trabalho.

Tanto a função técnica, quanto a função social precisam ser pensadas e discutidas, não em si

mesmas, mas no que se traduzem no interior de um curso. É uma discussão que nos permitirá pensar o geógrafo como um profissional com uma competência específica, que poderá atuar, respondendo as questões formuladas pela sociedade, sob a ótica da Geografia, com o "olhar geográfico"

A função social será, conforme já referido, dada pela dimensão pedagógica imprimida à formação do geógrafo, assim como a função técnica decorrerá da capacidade de organizar os conhecimentos, conhecer o teórico e saber operar com o método, habilitando -se a utilizar as técnicas adequadas. É fundamentalmente uma questão de saber exercer a profissão com competência, conhecendo e tendo o domínio do como fazer, situando-se aqui todo o aparato técnico que permitirá isto (manejo de instrumentos para realizar pesquisas, levantamentos, diagnósticos, mas é também a didática e as metodologias que instrumentalizarão o trabalho docente).

A dimensão técnica é o instrumental, mas é também o domínio conceitual com que o geógrafo irá dar conta do seu fazer profissional, com uma atuação ética - política e técnico - científica, necessárias. Conforme Marques "Não se pode pensar um educador que não seja competente no domínio técnico - científico de sua área de atuação docente, um professor que não entenda do que ensina. E não se pode justificar a formação de um profissional de nível universitário que não saiba lidar com pessoas e grupos, que não consiga construir com os sujeitos interessados os conhecimentos e as capacidades que lhes concernem e competem." (Marques, 1992: 162).

Esta base fundamental para a formação do profissional (seja ele professor ou técnico) deve ser construída pelo sujeito individual, inserido no trabalho coletivo, e o ensino de graduação deve ser realizado de tal modo que possibilite produzir um saber que o habilite ao exercício profissional. E esta não é tarefa apenas do sujeito, mas da instituição, que deve abdicar de um ensino autoritário e definidor a priori do que o aluno deve saber. Deve haver uma postura que supere a visão positivista da Geografia e também do ensino. A competência do profissional é algo que exige uma formação holística, o que supõe o conhecimento e a apropriação dos referenciais teóricos fundamentais, o domínio do método da ciência com que trabalha, e a possibilidade de saber escolher as técnicas como estratégias operacionais adequadas. Além disso, ter acesso às informações, ao conhecimento historicamente produzido e principalmente

saber como recupera - los, organiza - los e como usa - los. Isto quer dizer, que para muito além do treino técnico é preciso instrumentalizar o estudante para que como profissional tenha as ferramentas necessárias, saiba como usa - las e principalmente compreenda qual o sentido social do seu uso.

A concepção de ensino também deve ser revista portanto, pois que de nada adianta ficar repetindo informações, passando conteúdos e exigindo dos alunos que assimilem "conhecimentos e habilidades dadas e acabadas, mas (deve-se procurar) produzir a novidade do saber referido à construção solidária de sujeitos que se constroem ao construir seus saberes, como sujeitos distintos com suas peculiares condições de vida e de trabalho, de ação na interação." (Marques, 1992: 163)

O que trabalhar então nos cursos de formação de geógrafo? Se entendemos que o ensino de geografia deve ser um instrumento fundamental para a compreensão e percepção do mundo é necessário repensar os conteúdos e os enfoques deste curso, pois uma geografia informativa será de pouca utilidade

Como desenvolver um raciocínio geográfico? É possível ter um olhar espacial para interpretar os problemas da realidade que a sociedade apresenta? Como construir então este olhar e este raciocínio de modo que sejam ágeis e que permitam acompanhar as mudanças?

Este olhar geográfico tem que ser construído ao longo do processo de formação do profissional, sempre se perguntando qual a contribuição que a análise geográfica pode dar na interpretação da realidade, na análise das questões que envolvem a sociedade, e também na construção de do aprender e do ensinar, na medida em que o conteúdo não fica reduzido à simples transmissão de informações e assimilação de habilidades e conhecimentos, mas que leva a uma elaboração própria, capaz de referenciar a atuação profissional, independente das demandas, tornando o sujeito capaz de encará-las com criatividade. Esta postura funda-se na premissa de que "o melhor saber é aquele que sabe superar-se". "A formação científica torna-se também formação educativa, quando se funda no esforço sistemático e inventivo de elaboração própria, através do qual se constrói um projeto de emancipação social e se dialoga criticamente com a realidade." (Demo, 1990-17).

A articulação entre os conteúdos do ensino e a dimensão pedagógica que os informa é algo possível e desejável que rompe a dicotomia conteúdos - pedagógico.

A dimensão pedagógica na formação do profissional da Geografia, portanto, exige nova postura na condução do ensino de graduação.

O questionamento que se faz é referente a possibilidade de os cursos de formação (licenciatura e bacharelado) darem conta desta dimensão. Os profissionais atualmente ou saem técnicos ou professores, embora a maioria absoluta acabe atuando como professor. E que professor é este?

Rocha (1993) levanta a ideia do Geógrafo Educador, para vislumbrar saídas para a crise por que passa o ensino da Geografia. Aliado a isto as discussões feitas acima e a posição de Marques (1992) que propõe que todos os profissionais são também educadores, exige que se pense a formação do profissional não apenas do ponto de vista técnico, mas também pedagógico. As licenciaturas em geral tem trabalhado esta dimensão técnica na perspectiva das didáticas e práticas de ensino. Entendo que esta discussão tem que ser colocada noutros termos. A dimensão técnica é a que habilita o sujeito a desempenhar certa atividade profissional, e a dimensão pedagógica é a que dá sentido ao trabalho. É a função social.

"Quem ensina carece conhecer a fundo o que ensina, quem se empenha nas atividades práticas de uma profissão carece ser um educador dos com quem trabalha ou a serviço de quem se coloca, não para a execução de tarefas de rotina, mas para construção de um mesmo projeto científico e consensualmente fundamentado." (Marques, 1992: 162)

A dimensão pedagógica deve ser dada nesta perspectiva, buscando, pois a formação de um profissional que não pode prescindir de valores éticos e morais, os quais juntamente com a competência técnica vão dar aos vários sujeitos a sua diferenciação no acesso ao mercado de trabalho e na sua permanência.

De parte do professor é preciso superar aquele velho ditado popular que diz que "quem sabe faz, quem não sabe ensina", formando um professor que saiba sim ser professor, e que conheça a fundo aquilo que está ensinando. Em outras palavras que o professor consiga dar conta de seu trabalho tendo nas suas mãos as rédeas do que faz, sendo ele próprio capaz de conduzir o processo, não precisando de tutela constante, de alguém que defina como deve conduzir as suas aulas.

De parte do técnico que vai realizar tarefas de pesquisa e planejamento, que saiba lidar com as pessoas, que saiba trabalhar com os grupos, que consiga fazer de seu trabalho mais do que simples tarefas, mas que as compreenda na dinâmica das questões sociais.

A tarefa do profissional desempenhando a função técnica e a função social do seu trabalho é conseguir dar conta de ser um cidadão que exerça de fato a sua cidadania, que realize a sua dimensão de intelectual orgânico, proposto por Gramsci em seus escritos. A relação entre teoria e prática, entre produção do conhecimento e a sua colocação a serviço da população, seja através do ensino ou de tarefas profissionais, é contraditória,

mas necessária e é a forma de dar o significado social ao aprendizado que foi possível desenvolver com o acesso a universidade. "Aos intelectuais orgânicos cabe a missão de levar as massas a filosofia da práxis, não de fora para dentro, mas articulando-a com a reflexão que é possível, através do chamado núcleo do bom senso, a partir da prática cotidiana das massas e da sua experiência na luta política" (Mochcovitch, 1990: 18)

O senso comum que é a verdade das massas, da população em geral, precisa ser superado com as verdades científicas, quer dizer com o conhecimento que a humanidade produziu ao longo de sua história. E este papel cabe ao profissional. sujeito que teve acesso ao conhecimento, que teve a oportunidade de ter uma formação profissional.

Cabe-nos então perguntar: a geografia que estamos ensinando na universidade leva a isto? Não há dúvida que é extremamente necessário pensar qual é a marca da geografia que pode responder hoje as necessidades postas pela sociedade, e que possa dar conta de interpretar o mundo globalizado sem perder a noção de importância do local e do regional, como compreender os problemas mundiais sem perder de vista o cotidiano em que as pessoas estão envolvidas, como interpretar a realidade do local sem perder de vista o mundo. Nos vários momentos da história da humanidade a geografia teve um instrumental adequado para analisar e compreender o mundo. Os vários paradigmas da Geografia permitiram explicar a realidade nos vários momentos da história. O aparato técnico que a humanidade dispunha ao longo de nossa história, pode ser utilizado pela Geografia de modo mais ou menos adequado, para fazer as análises e buscar as explicações. As diversas questões relativas à descoberta e incorporação de novos territórios, de novos produtos, de novas formas de produção, foram analisados pela Geografia. Houve momentos de justificar tudo pelo físico, o determinismo e o possibilismo muitas vezes ainda presente. As análises positivistas, racionalistas que ainda hoje nos dificultam avanços. As análises críticas, dialéticas, marxistas que predominam na geografia acadêmica, mas não tanto no ensino geral. São todos paradigmas adequados ao seu tempo, e que hoje devem ser superados.

Hoje, estamos vivendo um processo de mudanças aceleradas, que modifica os contornos dos territórios nacionais como fruto de novas relações sociais, econômicas e políticas. Estamos entendendo isto tudo? Então porque os modelos tradicionais de análise geográfica, originados ainda em Vidal de La Blache, estão vigorando no ensino? Por que temos a preocupação tão acentuada em querer ensinar tudo? Ocorre na escola fundamental, mas também na universidade. E antes de mais nada estamos nos enganando, na medida em que ao pretender ensinar tudo, operamos com um tipo de

conteúdo que já foi selecionado e eleito como o adequado para ensinar. Só que não por nós os professores, nem por nossos alunos acadêmicos da universidade. Partimos de que está definido o que precisa para ser um profissional da geografia, e não estamos definindo isto a partir da realidade em que estamos vivendo, mas de verdades absolutizadas.

Porém a saída não é meramente a alteração dos conteúdos. Urge que se tenha clareza dos paradigmas atuais, de qual o método de trabalho, para que se possa pensar uma geografia que estude o espaço construído pelo homem, considerando que este espaço é resultado do movimento da sociedade em suas contradições internas e nas suas relações com a natureza. Não é com os modelos de interpretação antigos que se poderá fazer esta análise, nem enchendo o aluno de informações. Estas são necessárias, na verdade são parte do instrumental, mas transmitidas pura e simplesmente não adianta, pois que muito rapidamente informações novas estão acontecendo, superando as antigas (nem tão antigas). O fundamental é construir um método de trabalho que consiga operar com um modelo de interpretação; que o aluno consiga saber o que fazer para aprender. O paradigma educativo também mudou. O papel da escola está se redefinindo. O ensino/educação atual tem que responder as perguntas que a sociedade faz hoje. Quer dizer as escolas, os alunos o mercado de trabalho. Como ensinar e como aprender se tomam mais significativos do que o quê ensinar e aprender.

É em última análise uma postura de compreender o mundo mudando constantemente, e qual é o papel do homem neste processo, e permitir que a formação do geógrafo não aconteça apenas se pensando no conteúdo a ensinar, mas ensinando-lhe a aprender, a buscar as verdades e as informações, tratando-o como um cidadão que ao buscar a sua formação seja capaz de entender o papel que poderá desempenhar na sociedade como um agente de transformação. Esta é a dimensão pedagógica na formação do profissional da geografia.

Bibliografia

- ANDRADE, M. C. de. Uma Geografia para o Século XXI, Recife, CEPE, 1993.
 DEMO, P. Pesquisa, princípio científico e educativo. São Paulo, Crtez, 1990.
 MARQUES, M. O. A Formação do Profissional da Educação, Ijuí/RS, Ed. Unijui, 1992.
 MOCHCOVITCH, L. G. Gramsci e a Escola, São Paulo, Ática, 1990.
 QUAINI, M. A Construção da Geografia Humana, RJ, Paz e Terra, 1983.
 SANTOS, M. Técnica Espaço e Globalização, SP, Hucitec, 1994.

* Professora da UNIJUI - f: (055) 332-2153. Endereço Av.Pindorama, 103 CEP 98700-000 - Ijuí-RS

Tese: "A Dimensão Pedagógica na Formação do Geógrafo"

Diamantino Pereira *

A discussão a respeito do tema proposto pela AGB deve começar pela definição de alguns dos termos do próprio título.

Começemos por definir que é o Geógrafo: No entender da regulamentação de nossa profissão, geógrafo seria aquela pessoa formada em cursos de bacharelado em Geografia, vedando o título e, portanto, o registro profissional para os que são formados em cursos de Licenciatura que seriam, "apenas" professores.

Não é este o espaço onde discutiremos essa questão, mas informo aos leitores que não adoto esse conceito. Neste texto, considero como geógrafos todos os profissionais formados em cursos de Geografia, independentemente de serem bacharéis ou licenciados. Em minha concepção o licenciado, além deter o conhecimento técnico, deve deter ainda o conhecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Entendido dessa forma, o termo "dimensão pedagógica" pode ser analisado pelo menos a partir de duas perspectivas: (1) a dimensão pedagógica daquilo que é ensinado nos cursos de graduação e (2) a relação entre isso e os pré-requisitos para o desempenho do profissional, quer como técnico, quer como professor.

Apontamentos sobre os cursos de graduação

A tradição dos cursos de graduação tem sido a de se passar informações devidamente compartimentadas segundo a divisão acadêmica das especialidades e ramos da geografia. Como causa e consequência disso tínhamos a antiga definição dos currículos mínimos obrigando a existência de disciplinas como Geografia Humana, Física, Regional, Derivado disso, o procedimento de elaboração de currículos geralmente procede a subdivisões sucessivas.

Como resultado desse processo, temos, grande parte das vezes, um currículo em que a totalidade raramente está presente e que é acessada através do manto cinzento da divisão das disciplinas acadêmicas.

Mais que isso: como a Geografia possui uma tradição de disciplina escolar, parece que ela é planejada especialmente para impedir a ação, ou seja, também, em grande parte das vezes, o conhecimento geográfico é apenas contemplativo, fugindo de qualquer possibilidade de intervenção direta na realidade estudada.

Isso se materializa na forma de uma conhecimento que é sobretudo constituído por uma carga de informações que atende pelo nome de conteúdo. Como sempre se considera que o tempo é curto, a tendência é que raramente se opere esse conhecimento, ficando o estudo resumido a abordagens e elaborações de cunho teórico. Isso se manifesta em relação às disciplinas que deveriam levar o aluno à construção do discurso e à intervenção na realidade.

Quando falamos da formação para a docência, a coisa se complica ainda mais, na medida em que grande parte das discussões é encaminhada para as chamadas "disciplinas pedagógicas", particularmente as de "prática de ensino". Porém, é evidente que essa segregação da discussão específica não tem levado a bons resultados por que, tanto no caso do ensino, quanto do técnico, os estudantes são deixados na mão quando mais precisam: na hora da aplicação de seus conhecimentos na prática.

Muitos poderão afirmar que os cursos de graduação não tem como finalidade a especialização do aluno, sendo apenas de conhecimentos básicos na carreira escolhida. Partilho dessa concepção, pois a especialização é coisa para se conseguir em regimes de cursos pós-graduados. Ocorre que, então, é necessário definir o que se considera como básico: tradicionalmente, como já afirmamos, o básico é constituído de noções e conhecimentos teóricos. Acredito que o básico deva também ser constituído por disciplinas que além de proporcionar informações, construam o discurso e os caminhos de operação dos conhecimentos.

Mais que isso, é preciso caminhar na perspectiva da construção de currículos que partam da necessidade de intervenção na realidade. Dessa forma teríamos a problemática e a arquitetura de uma forma de intervenção sobre ela.

Mas para terminar a discussão desta primeira parte, ainda devemos comentar a respeito do que se considera como uma coisa geográfica ou, em outras palavras, como, nas escolas, são desenvolvidos a maior parte dos estudos denominados de geográficos.

Começemos pelas partes da divisão do discurso geográfico que já citamos anteriormente. Nas escolas temos estudos de Geografia da população, da indústria, do comércio, do clima, da Biogeografia etc. O que se ensina sob esses rótulos? Em que medida existe mesmo uma Geografia, na medida em que, grande parte das vezes professores e alunos esquecem a primeira palavra "Geografia" e só ficam com a segunda, com o qualificativo. Assim, Geografia da população se transforma em "Estudos sobre a população", Geografia da Indústria em "Estudos sobre a indústria", etc.

Parece que estamos confundindo a parte com o todo. Quero dizer que a população ou a indústria são temas que podem ser abordados geograficamente mas não só. É possível fazer uma história, uma economia, uma psicologia e muito mais abordagens a partir desses temas. E, quando decidiram abandonar o antigo porto seguro da abordagem positivista, que considerava que a Geografia deveria ser definida pela liturgia "Geografia Física/Humana/Econômica", os geógrafos, muitas vezes, perderam o rumo e ficaram contando história, desenvolvendo economia e a construção do discurso geográfico foi sendo deixada no abandono.

Afirmar que se está confundindo a parte com o todo porque considero que, para praticarmos a interdisciplinaridade, cada uma das disciplinas precisa saber exatamente o seu papel, a sua função, o que vai observar, o que vai levar e como vai fazer tudo isso. Quando não nos atemos a nenhuma desses detalhes entramos no caminho da confusão, onde, ao invés da interdisciplinaridade temos uma sucessão de trombadas e vazios.

Portanto, a necessidade da construção e fortalecimento do discurso geográfico é uma necessidade, não apenas do desempenho da Geografia de forma isolada mas também e principalmente do que ela deve afirmar na relação com as demais disciplinas.

Apontamentos sobre a problemática do ensino básico e médio

Em artigo anterior (1) já afirmamos que o ensino, particularmente o de Geografia, estava extremamente preso à lógica dos conteúdos e que o professor é, na maioria das vezes, apenas um viciado em passar conteúdos e informações. Afirmava isso porque considero que o processo de ensino-aprendizagem não se resume a isso, mas envolve muito mais, ou seja, exatamente aquilo que chamamos de formação, que significa exatamente dotar o aluno de instrumental para poder se posicionar em relação à informação/conteúdo.

Essa concepção de ensino tem implicações importantes no que diz respeito à prática do professor. Não basta definir um determinado conteúdo e sair por aí "dando aula". Para começar pelo básico poderíamos partir de uma simples recomendação que ouvimos em muitos lugares mas que também se encontra em Paulo Freire: "ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente".(2)

Isso é o essencial, mas quando falamos de Paulo Freire, é necessário

não esquecer que o modo de executar o processo de ensino-aprendizagem deve ser conectivo com o aluno, na medida em que "o ato de estudar implica sempre o de ler, mesmo que neste não se esgote. De ler o mundo, de ler a palavra e assim ler a leitura do mundo anteriormente feita".(3)

Pode-se ler o mundo sem ler a palavra, mas assim que lemos a palavra, temos acesso a uma realidade mais complexa porque feita de conceitos, abstrações e símbolos. Com esse arsenal podemos fazer uma nova leitura do mundo e também da antiga leitura que nós mesmos tínhamos feito.

Quando colocamos a reflexão geográfica nesse enredo isso implica que a leitura do mundo pela via da leitura da palavra será feita com base nas palavras que encham a realidade de Geografia. Isso significa que essa leitura será feita a partir da espacialidade dos fenômenos, que são naturais e sociais ao mesmo tempo.

Quando chegamos nesse nível de reflexão, não estamos mais falando apenas de informações/conteúdos mas da Geografia e do seu papel dentro do processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, esse papel deve ser o de alfabetizar os alunos na leitura da espacialidade dos fenômenos. "Alfabetização, para a geografia, somente pode significar que existe a possibilidade do espaço geográfico ser lido e, portanto entendido. Pode transformar-se, portanto, a partir disso, em instrumento concreto do conhecimento. Mais que isso, o espaço geográfico pode transformar-se em uma janela a mais para possibilitar o desvendamento da realidade pelo aluno".(4)

Os objetivos da Geografia e sua definição

"Quais são os objetivos ao nível da construção de conceitos geográficos, para que os alunos gradativamente possam ir sendo equipados com instrumental para poderem, eles mesmos, ler o espaço geográfico e sua paisagem? Como isso não é definido, acaba não fazendo parte das estratégias e fica relegado apenas ao bom senso que o professor vai desenvolvendo ao longo de sua prática docente. No campo do ensino, porém, não considero que as coisas possam ficar restritas apenas a sensações." (5)

Aqui estamos falando da estruturação de uma dinâmica que implica no estabelecimento da reflexão por parte do professor, que é, nas palavras de Paulo Freire, o próprio processo de formação do professor "que se funda na análise crítica de sua prática".(6)

A leitura do mundo pela via da leitura da palavra deve ser

qualificada pelo papel da geografia no processo de alfabetização. É neste ponto que a Pedagogia e a Geografia precisam caminhar de mãos dadas. Isso não é uma coisa tão fácil, na medida em que a reflexão sobre essa problemática sempre aparece separada.

Não deveria ser dessa forma, pois quando estamos falando de ensino estamos nos referindo ao ensino de alguma coisa. O que é mais simples de encontrar são trabalhos refletindo sobre o "ensino" ou sobre "alguma coisa", que no nosso caso é a Geografia. Talvez seja por isso que nos planejamentos, quando se necessita estabelecer objetivos, a Geografia somente é contemplada quando se refere aos conteúdos.

Mas os conteúdos (palavra mágica) contem o que? Somente informações? Pelo que desenvolvemos até agora é fácil concluir que não. Então o que falta? A definição de duas coisas básicas e fundamentais que são os Conceitos e as habilidades que eu pretendo trabalhar. Seria desnecessário dizer que isso deve estar parametrado pela adequação da abstração dos objetivos em relação às características dos alunos com quem o professor está desenvolvendo suas atividades.

Porém, falar que o professor deve estabelecer como objetivos os conceitos com os quais irá trabalhar, indica um caminho a ser trilhado pelo professor, mas ainda não concretiza o caminho. Nesse sentido, relaciono abaixo um conjunto de núcleos conceituais e conceitos básicos da Geografia, que poderia servir de orientação quando o professor for planejar sua atividade. Essa lista foi elaborada originariamente por Horácio Capel e Luis Urteaga(7), na qual eu introduzi uma série de alterações e atualizações, possivelmente descontextualizando a obra em relação ao projeto de que fazia parte. Pareceu-me entretanto que a estratégia seria correta e que a lista contribuiria para orientar o trabalho do professor.

Um dos critérios mais importantes para a elaboração dessa síntese é o fato dos próprios autores terem se preocupado em "recolher o que pensamos ser um consenso do conjunto da ciência geográfica, integrando as diversas tradições que contribuíram para configurá-la" (8) Como resultado, temos um conjunto amplo de núcleos conceituais e conceitos básicos que pode e deve ser rearticulado de acordo com a necessidade e concepção dos professores, mas uma coisa completamente diferente do sectarismo militante que ronda outras elaborações que objetivam fixar normas sobre o ensino de

Geografia, particularmente o atual processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) relativos à Geografia.

Núcleos Conceituais

Conceitos Básicos 1 Meio ambiente; biosfera; geosistema; ecossistema; clima; zona terrestre; adaptação ao meio; determinação e determinismo. 2 Ação antrópica; domesticação; sedentarização; nomadismo; migração; população urbana; população rural; cultivos; erosão; regimes demográficos; tradição demográfica; possibilismo. 3 Recursos naturais; recursos não renováveis; avaliação de recursos; substituições de recursos; energia; matérias primas; conservação; detecção. 4 Degradação do meio; resíduos; industrialização; contaminação; eutrofização; gestão ambiental; proteção; desenvolvimento sustentável. 5 Paisagem; paisagem cultural; paisagem natural; geomorfologia; síntese geográfica; morfologia urbana. 6 Percepção; meio percebido; imagem espacial; mapa mental; comportamento espacial; informação; decisão; espaço vivido. 7 Atitudes em relação ao meio; cultura; valores; imagem visual; imagem simbólica; consciência territorial. 8 Localização; coordenadas geográficas; projeção cartográfica; padrões de distribuição espacial; localização absoluta; localização relativa. 9 Formas da atividade econômica; usos do solo; localização industrial; espaço urbano; interação econômica; planejamento; amostragem espacial. 10 Distância; acessibilidade; centralidade; espaço absoluto; espaço relativo; localização ótima; economias de aglomeração; representação cartográfica. 11 Urbanização; hierarquia urbana; área de influência; aglomeração; área metropolitana; megalópolis; sistema urbano; divisão social e espacial do trabalho; organização/territorialidade interna da cidade. 12 Meios de transporte; rotas; conectividade; fluxos; malha viária; custo de transporte. 13 Diversidade espacial; área; gradiente espacial; descontinuidade; país; região; Estado; município; região cultural; organização espacial. 14 Região; região homogênea; região funcional; sistema regional; classificação regional; regionalização; escala mapa temático; cartograma. 15 Fronteira; fronteiras econômicas, políticas, culturais e religiosas; jurisdição espacial; estado; nação; organização administrativa; soberania territorial; zona econômica; organizações econômicas multinacionais; blocos político-militares; colonialismo; neocolonialismo; geopolítica. 16 Relações sociais de produção; modo de produção; formação social; formação espacial; capital; propriedade; trabalho; divisão do trabalho (social e territorial); distribuição de renda; bem estar social; estratégias espaciais, mundialização. 17 Diferença e desigualdade social; movimentos sociais, marginalização

social; pobreza; fome; potencial de desenvolvimento econômico; desenvolvimento; subdesenvolvimento; dependência; hegemonia; segregação espacial.

- (1) "Geografia Escolar: uma questão de identidade", Cadernos CEDES No 39 (Ensino de Geografia), Campinas, Papirus, 1996.
- (2) Freire, Paulo - Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar, São Paulo, Olho d'água, 1998, p.28.
- (3) Freire, Paulo - Op. cit., p.29
- (4) Pereira, Diamantino - Op. cit., p.53
- (5) Pereira, Diamantino - Op. cit., p.49
- (6) Freire, Paulo - Op. cit., p.28
- (7) Capel, Horácio e Urteaga, Luis - La Geografia en un curriculum de Ciencias Sociales, Geocritica N° 61, Barcelona, 1986.
- (8) Capel, Horácio e Urteaga, Luis - Op. cit.

* Prof. Departamento de Geografia da PUC - SP - Tel: (011) 263-0211 - E-mail: diamanti@uol.com.br

Tese: "A questão cidade-campo."

A GEOGRAFIA BRASILEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO E NO TRABALHO

Arlete Moysés Rodrigues*

O fim do milênio e do século XX está marcado por profundas e rápidas transformações nos modos de produzir mercadorias, espaço e relações societárias. Porém, o conteúdo complexo destas transformações, carecem de análises geográficas que permitam compreender as transformações no espaço e no trabalho, tema do XI Encontro Nacional de Geógrafos. O nosso desafio é apontar problemáticas sobre alguns aspectos da questão Cidade-Campo. Apresentamos indagações, inquietudes e provocações para debate, tentando mostrar a importância da análise sócio-espacial, com a descoberta da problemática ambiental.

A questão Cidade - Campo não é nova, desde a revolução industrial tem sido abordada tanto com relação às atividades exercidas, ao modo de vida rural e urbano, a produção e à produtividade agrícola e industrial, a interação urbana-rural. Até recentemente, com o predomínio do ideário do desenvolvimento como progresso, considerava-se as atividades realizadas no campo 'atrasadas', quando comparadas com as modernas atividades citadinas. Mas as transformações sócio-espaciais recentes apontam para a necessidade de novas abordagens teóricas metodológicas. Ou seja, trata-se de

(re)aprender como analisar as transformações em sua espacialidade própria e em sua complexidade.

As indagações, a seguir formuladas, norteiam a procura de novos referenciais teóricos, com o objetivo de contribuir para os debates e formulação de propostas para atuação dos geógrafos da AGB. É possível continuar a analisar a cidade como o lugar do 'novo' e o campo como o lugar do 'antigo', tendo em conta que o processo de urbanização é generalizado? É pertinente considerar que, no momento atual, diminui a importância da categoria 'trabalho'? Ressaltamos que, nos discursos, o 'trabalho' parece não ser necessário, substituído por máquinas e alta tecnologia e assim as classes sociais são desconsideradas. Podemos continuar a identificar, separadamente, as atividades econômicas em primárias, secundárias e terciárias se o campo não vive sem a cidade e esta não vive sem o campo? Como analisar a tecnologia, em especial a biotecnologia, no campo e na cidade, se os 'estudos' e as apropriações são realizadas no 'meio natural' mas a 'pesquisa' se concretiza em 'laboratórios', o patenteamento em cartórios, tidos como específicos da atividade terciária? Dada a dinâmica e problemática ambiental, os estudos, em geografia, podem analisar separadamente, questões rurais e urbanas? Apontar, como tem sido comum, o Desenvolvimento Sustentável (nas suas mais de 100 definições) como uma solução para os problemas sócio - ambientais, não é lançar uma cortina de fumaça sobre a realidade? Pode-se separar a 'natureza' da atividade à produção sócio-espacial? A construção da cidadania pode ser compreendida como aespacial, ou seja, uma cidadania no campo e uma na cidade sem levar em conta o território do Estado-Nação?

Uma falsa dicotomia entre campo e cidade tem sido baseada na diferença de emprego, desemprego, subemprego. Até meados da década de 80 afirmava-se, que a migração do 'campo para a cidade', relacionava-se à modernização da agricultura e os migrantes eram atraídos pelas cidades. Mas se a cidade era o lugar do progresso e o campo se modernizava por que então não se fixavam com o advento do progresso? Por outro lado, considerava-se que os migrantes rurais, não sendo 'qualificados' para o trabalho urbano, viviam nas 'fimbrias' das cidades, morando em periferias e favelas, reproduzindo nas cidades o modo de vida 'atrasado'. Confundia-se relações de trabalho, movimentos

migratórios e situação de moradia, quando se afirmava que os 'migrantes moravam nas periferias ou nas favelas'. Ou seja, as categorias trabalho, movimentos migratórios, situação de moradia, não foram suficientemente explorados para compreender as relações unívocas.

Contudo, como aponta (Rodrigues, 1981), não apenas os migrantes rurais, moram em periferias urbanas e favelas mas também os que nasceram em cidades e os que há longo tempo nelas vivem, provenientes ou não do campo. A periferia 'pobre' e as favelas não são decorrentes da migração rural urbana, mas das condições de trabalho, de salários, preço da terra e da habitação. Deve-se acrescentar, hoje, aos que já viviam nas 'fimbrias', os que são expulsos do mercado de trabalho urbano, pelas rápidas transformações no modo de produzir, vinculados à acumulação flexível do capital e suas rápidas transformações tecnológicas, ou seja, decorrente da compressão do tempo-espço, como assinala Harvey (1992), no processo de modernização reflexiva. Criam-se novos 'excluídos' do mundo do trabalho.

Assim, no campo e na cidade, as transformações tecnológicas do mundo globalizado unem a dimensão do trabalho e do trabalhador, independente do lugar onde estão fixados. Não é mais possível considerar que o campo é o lugar do atraso pois os trabalhadores urbanos - qualificados inclusive -, são colocados, também, à margem do processo produtivo. Além disso, as formas de arrematar trabalhadores rurais, como os 'bóia-frias', alteraram a noção do local de moradia dos trabalhadores no campo.

Entendemos que a análise do mundo do trabalho e do trabalhador pode ser um referencial de construção teórica e metodológica, em análises geográficas, que procuram desvendar a imbricação da produção sócio-espacial do campo e da cidade, tornando claro o que é obscurecido pela ocultação das classes sociais pela do mercado e do desenvolvimento sustentável.

Um outro ponto de partida para analisar a complexidade da produção geográfica é considerar que, sob o manto das idéias de globalização, oculta-se a reflexividade do mundo atual, que produz novas formas sociais e crises do capitalismo com características diferentes das que ocorriam até a metade do século.

Compreendemos, por reflexividade, não uma reflexão mas um rebatimento do processo produtivo que produz transformações não planejadas (e/ou não desejadas), ou seja traduz-se como autocon-frontação. Como afirma Becker:

"em virtude de seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais, e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodes-truição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa de modernização reflexiva" (1997:12).

Nas análises onde predominam as idéias de 'progresso', de globalização e o ideário sacralizador da ciência e da técnica, aponta-se o 'novo', o 'moderno' como um dinamismo positivo da sociedade. Oculta-se, assim, que lugares 'globalizados', modernos, apresentam, reflexivamente, os maiores riscos artificiais como os que ocorrem, com a dilapidação e destruição da natureza e, nas formas violentas de relacionamento social.

Os riscos artificiais - a reflexividade -, na dilapidação da natureza pode ser verificada na utilização intensiva de 'recursos e matérias-primas', indispensáveis ao processo produtivo - sempre tido como inovador. A modernização reflexiva provoca tanto o rápido esgotamento dos recursos não renováveis, como o carvão, petróleo, como transforma os renováveis, em não renováveis, pela destruição de capacidade de auto renovação, como a água, o solo e a atmosfera. Para corrigir a 'reflexividade' o capitalismo parece ter encontrado a fórmula 'mágica', o Desenvolvimento Sustentável, que fetichiza a natureza e o espaço. Procura encontrar formas para a manutenção do processo dilapidador sem alterar a essência do mesmo, buscando, na realidade, retardar o esgotamento dos 'recursos'.

Os riscos artificiais - sociais -, relacionam-se as transformações nas relações societárias, que pretendem ocultar as contradições e conflitos com a supressão, nas análises, das classes sociais, transformadas em classes de renda, no mundo do consumo e no mundo do trabalho como 'recursos humanos'. O trabalho - no campo e na cidade -, parece ter sido abolido. Porém é da categoria trabalho e de classes sociais que se deve tratar quando se analisa as transformações no processo produtivo, em seu rebatimento (não reflexo) na produção sócio-espacial.

Nas análises que não levam em conta a reflexividade, embora os problemas do 'mundo moderno', estejam sendo gerados pelo progresso, contraditoriamente, aparece como problemas: o não progresso, a não inserção na globalização e a fraqueza de 'desenvolvimento tecnológico', ou seja, a responsabilidade pelos problemas é atribuída à ausência do progresso, do moderno.

É importante assinalar que com outra terminologia, os riscos artificiais do processo produtivo foram enunciados por vários geógrafos, entre

os quais Jean Brunhes, que ao analisar os princípios da Geografia, deixou evidente que não é possível dissociar a produção espacial dos lugares, do meio físico e social e da transformação contínua do espaço. Ao apontar os fatos essenciais da Geografia Humana, destacou a ocupação destrutiva do solo e a Raubwirtschaft - devastação ou rapina econômica. Apontou, também, a Raubwirtschaft entre os homens: exploração, tráfico de escravos e escravidão.² Instigamos a retomada dos clássicos da Geografia, para compreender as transformações atuais, suas conexões e imbricações temporais e espaciais e, apontar caminhos para analisar a crise artificial - social e ambiental - da atualidade.³

Um outro aspecto da questão cidade-campo, refere-se ao Estado e suas políticas setoriais. Lembramos que o 'enfraquecimento' do Estado tem sido, contraditoriamente, propiciado por ele mesmo. Ou seja, é o Estado que, reflexivamente, propõe seu próprio enfraquecimento através do processo de 'privatização' de setores da economia, da sua retirada de setores estratégicos econômicos, sociais e políticos, conferindo ao mercado, através de empresas, organizações não governamentais, mercados regionalizados, como o Mercosul, a solução para os males.

No âmbito das chamadas políticas setoriais, a espacialidade está ausente. As políticas agrária e agrícola são analisadas do ponto de vista da produção. Enfatiza-se a propriedade dos meios de produção, considerando os 'recursos' financeiros e tecnológicos que os proprietários dominam, as relações de trabalho mas, principalmente, a produção e produtividade agrícolas. Contradições e conflitos são medidas pelo Estado, que pelo menos no Brasil, prioriza e privilegia, os setores tidos como altamente produtivos. Parece desconhecer que, a alta produtividade, tem sido obtida com produtos químicos que destroem a própria base produtiva, como se observa pela contaminação de alimentos, da água e do solo e da destruição da biodiversidade e das relações de trabalho no campo, ou seja a sócio-diversidade.

Já, na política setorial urbana, a espacialidade é remetida ao espaço edificado e não à produção social do espaço. Através de normas de (re)modelação, identifica-se com o ideário do planejamento urbano e urbanístico, da produção e gestão dos meios e equipamentos de consumo coletivo. Atua, em geral, para construir a cidade ideal não levando em conta a cidade real, ignora-se, assim a realidade sócio-espacial. Retira-se dos conflitos, atribuindo à 'iniciativa privada', a produção e gestão dos meios e equipamentos de consumo coletivo. Transforma, assim direitos em serviços, atendimento das necessidades em 'doações' para os 'carentes', sem atribuir-lhes a categoria trabalhador.

A produção social do espaço

não é enfatizada e assim as políticas urbanas, camuflam a 'produção' do viver. As contradições e conflitos do mundo do trabalho (setores secundário e terciário) são abordadas espacialmente, como atinentes apenas ao local de trabalho. No campo, como já dito, a ênfase recai sobre o mundo do trabalho, da posse/propriedade dos meios de produção enquanto a vida cotidiana é ocultada.⁴

A produção sócio-espacial, apesar do chamado processo de globalização, é indissociável da dimensão de pertencimento a um Estado-Nação.

"O território é o elemento básico de qualquer sociedade histórica realmente existente. O território converte o espaço da sociedade civil num 'lugar' particularizado." (Alexander, 1997).

O enfraquecimento auto provocado pelo Estado, a dicotomia de políticas setoriais ampliam os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais, no tentativa de descaracterizar a importância do território e remeter as soluções para o mercado. Do ponto de vista científico, não se trata de debater o 'tamanho' ideal do Estado, mas de compreender o sentido de pertencimento ao Estado-Nação, enfatizando-se a importância da sociedade civil⁵ e a complexidade da produção sócio-espacial. Compreender o movimento da sociedade civil e a intermediação do Estado na dimensão territorial constitui uma maneira de analisar a complexidade da questão campo- cidade.

O risco artificial, a reflexividade, decorrente da modernização é visibilizado, de forma ímpar na problemática ambiental. Partimos do pressuposto que, a sacralização da ciência e do progresso do período moderno, tornaram o tempo a categoria analítica mais importante, obscurecendo, nas análises, a importância da categoria espaço.

No ideário geral, com o tempo, a ciência e a tecnologia resolveriam os problemas sendo estes tidos como decorrentes do 'atraso'. O espaço aparece, nas análises, fetichizado. Aponta-se como causa dos problemas a ausência de desenvolvimento tecnológico, quando na realidade os problemas tem sido causados pelo próprio desenvolvimento tecnológico. Procura-se ocultar tanto a diversidade do meio físico como a da produção sócio-espacial.

Mas, se nas análises, o espaço é fetichizado, na realidade, ele tem sido apropriado e transformado com velocidades sem precedentes na história da

humanidade. Mesmo obscurecida pela categoria 'tempo' o espaço físico foi dilapidado, a produção social do espaço foi apropriada e produzida reflexivamente. Como diz Herman Daly: "há algo fundamentalmente errado em tratar a terra como se fosse um negócio em liquidação". Acrescentamos: há algo fundamentalmente errado em tratar a produção social do espaço como fetiche e os seres humanos (tudo como iguais) como descartáveis.

A 'natureza', o meio físico, o espaço, têm sido fetichezados, socializados e materializados no espaço e no território. A exploração intensiva, destrutiva da terra, é observável pelo que dela rapidamente se retira: hulha, petróleo, minerais ferrosos e não ferrosos, rochas e minerais, alimentos com a agricultura e do extrativismo - vegetal e animal, água - para abastecimento doméstico, industrial e geração de energia hidroelétrica, madeira, etc. Produz-se espaço social utilizando elementos 'naturais' através do trabalho social. A produção, em geral, é consumida em lugares distantes da área onde foram retirados. Trata-se do intercâmbio ecológico (Alier, 1995) apontado por Brunhes (1962), como ocupação produtiva e destrutiva do solo.

A outra face da exploração intensiva é a produção de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Precisa-se de recipientes como depósitos, visíveis através da poluição atmosférica, hídrica e dos solos. Cabe lembrar que a produção, desde a década de 80, caracteriza-se pela descartabilidade de embalagens e dos produtos e assim aceleradamente a poluição atmosférica, hídrica e dos solos provoca a destruição da natureza e de espaços.

No ideário geral e generalizado sobre a problemática ambiental, o termo Desenvolvimento Sustentável tornou-se hegemônico, virou moda e apanágio para todos os males. Mas, não se analisa o seu significado, pois a insustentabilidade é reflexividade do processo que dilapida os 'recursos' naturais e sociais.

As propostas de Desenvolvimento Sustentável baseiam-se na sacralização da ciência e tecnologia, que tem se dedicado a resolver problemas criados pelo próprio desenvolvimento. Baseiam-se na competitividade do mercado para sanar as diferenças de tecnologia, ocultando a imbricação da produção e consumo e com o mundo do trabalho. Oculta-se a contradição inerente aos termos - desenvolvimento (meta a ser atingida), sustentável (manter-se). Oculta-se, ao mesmo tempo, que se o Estado

se auto-fragiliza, não poderá intervir na dinâmica da produção e consequentemente na problemática sócio-ambiental.

Oculto-se, também, que é o processo produtivo que dilapida a natureza. Remete-se responsabilidade para o mundo do consumo, dilui-se, assim, as responsabilidades para a 'sociedade' em geral. Exemplo é o 'adestramento ambiental' denominado de 'educação ambiental' que atua para 'ensinar' o consumidor - cidadão - não jogar lixo na rua, separar o material para reciclagem, não usar o carro uma vez por semana entre outras formas de culpabilizar o 'consumidor'. Faltam análises que mostrem que a reciclagem é necessária pela produção de descartáveis e estes sim precisam ser redimensionados.

Nas propostas de desenvolvimento sustentável, a produção social do espaço, no campo e na cidade é 'desterritorializada', em sua materialidade. Considera-se que é a tecnologia que dará conta, no futuro, de dominar, ainda mais, a natureza natural e transformada, descaracterizando a sócio e a biodiversidade. A tecnologia seria proveniente dos ditos países desenvolvidos.

Se o território é o elemento básico de qualquer sociedade histórica realmente existente, realizar análises parciais, dicotomizadas, setorizadas, impede a compreensão da realidade. O mundo globalizado, a vida cotidiana de todos os lugares é atravessada pela compressão do tempo e do espaço. As diferenças de clima e de solo, estações do ano, dia e da noite, trabalho direto na terra e com a terra, são comprimidos pelas 'estufas', máquinas e implementos agrícolas, 'defensivos' agrícolas e 'corretivos' do solo, pela velocidade dos meios de transporte e comunicação, materiais e imateriais, relógios, iluminação que propicia o trabalho diuturno, tornando elástico o tempo e o espaço ao mesmo tempo que os comprime. Todas estas questões são vinculadas ao desenvolvimento tecnológico. As propostas institucionais de desenvolvimento sustentável, mascaram a diversidade social e biológica neste processo de globalização da ciência e da tecnologia, tidas como referencial para mostrar a regionalização do mundo.

Um exemplo desse processo, refere-se à questão da biodiversidade e do patenteamento da propriedade intelectual. A biodiversidade foi considerada entrave para o desenvolvimento nas análises sobre a riqueza vegetal dos trópicos e a pobreza dos solos, a 'pobreza' tida como derivada da indolência dos moradores dos trópicos. Atualmente, a biodiversidade do mundo tropical é apontada como grande riqueza atual e futura: "As florestas tropicais... embora cobrindo apenas 6% da superfície terrestre do planeta... contêm pelo menos 70% e possivelmente até

90% das espécies da terra" (Myers, 1992).

Mas, esta riqueza, poderá ser apropriada através do patenteamento pelos que dominam a tecnologia, ou seja, pelas corporações multinacionais, que assim 'desterritorializa' o pertencimento ao Estado-Nação. O território do Estado-Nação é 'desterritorializado', pois deixa-se de levar em conta limites territoriais, o que importa é o domínio do conhecimento, guardado em cartórios, registros, para as futuras gerações. A propriedade do conhecimento cartorial reconhece um VALOR presente e ou futuro, (no caso do futuro, as possibilidades de uso ainda não são (re)conhecidas, ou seja reserva de valor). Atribui-se, assim, um preço para a natureza, independente de sua localização na superfície da terra. Preço demarcado pela institucionalidade cartorial medida e mediada pela tecnologia.

Novas questões implicam em metodologia apropriada. É fundamental construir-se referenciais teóricos para compreender as imbricadas questões cidade-campo, a reflexividade, a ocultação das relações de trabalho pelo consumo, o deslocamento campo-cidade através de políticas setoriais, e a forma como a problemática ambiental é remetida ao mercado do 'desenvolvimento sustentável'.

Para compreender tanto a dinâmica do ambiente, como os problemas decorrentes das formas de apropriação da natureza pela sociedade, é preciso analisá-las no conjunto. A problemática ambiental (re)coloca em destaque o espaço geográfico e mostra que os problemas ambientais extrapolam escalas locais, limites de Estados Nações e de continentes. É necessário interagir socialmente, possibilitando a participação democrática de todos os setores da sociedade civil. Respeitando-se a bio e sociodiversidade pode-se construir a participação cidadã, onde o espaço geográfico possa ser compreendido em sua complexidade. Pode-se, assim auxiliar a construção da utopia da sociedade sustentável.

A utopia da Sociedade Sustentável não pressupõe construir um eldorado para longe do que existe, mas de mostrar que está oculto (fetichezado) pelo ideário do desenvolvimento econômico, sustentável, mostrando seus limites e impossibilidades. Buscar construir a sociedade sustentável significa desenvolver a inerte capacidade humana, ou seja a capacidade de pensar que não ocupa espaço, não destrói as suas próprias condições ao se desenvolver, pelo contrário constrói uma sociedade solidária e sustentável.

Penso que são aspectos suficientemente provocativos para analisar o espaço geográfico, a cidade e o campo, na modernização reflexiva e

pensar a utopia da sociedade sustentável, desfeticizando-o o ideário do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável.

Bibliografia citada.

- Alexander, Jeffrey - 1997 - *Aspectos não civis da sociedade civil: espaço, tempo e função* In Revista Brasileira de Ciências Sociais número 33-ano 12.
- Alier, Joan Martínez - 1995 - *De la economía ecológica al ecologismo popular - Edições Icaria Montevideu.*
- Bobbio, Norberto - 1992 - *O conceito de Sociedade Civil - Editora Graal*
- Brunhes, Jean - 1962 - *Geografia Humana - Editora Fundo de Cultura.*
- Giddens, A. Beck, U., Lasch, S. 1997 - *Modernização Reflexiva Editora da Unesp*
- Harvey, David 1992 - *Condição Pós Moderna - Edições Loyola*
- Myers, Norman - 1992 - *The anatomy of environmental action: the case of tropical deforestation* In Garcia, Laymert - 1994 *A encruzilhada da política ambiental brasileira - Novos estudos Ceprap n° 38*
- Rodrigues, Arlete Moyses - 1981 - *A situação de trabalho da população favelada migrante Dissertação de Mestrado - FFLCH - Depto. de Geografia - USP.*
- Santos, Milton - 1996 - *A natureza do Espaço - Técnica e Tempo - Razão e Emoção - Editora Hucitec.*

*Prof.a Livre Docente - UNICAMP - IFCH - E-mail amoyes@mandic.com.br

¹ Milton Santos em várias obras faz reflexões teóricas metodológicas que permitem analisar a produção socioespacial. Veja-se entre outras Santos, Milton - 1996

² Juan Martine Alier, indaga porque os geógrafos não estudaram, baseados em Bernard e Jean Brunhes, os fluxos de energia dos materiais nos ecossistemas humanos, os quais desenvolveram o conceito de Raubwirtschaft de outro geógrafo Ernst Friedrich ? (Alier, 1995). Tratando-se, aqui, de um ensaio para instigar o debate, proponho, a retomada dos clássicos em Geografia e de suas reflexões teóricas e metodológicas.

³ Cabe destacar que o termo 'artificial' está sendo utilizado para mostrar a reflexividade do processo produtivo e não como contraposto ao processo natural, mesmo porque se as cheias são fenômenos naturais, as enchentes são produtos da produção socioespacial.

⁴ Exemplos a segmentação em Ministérios Federais, Secretarias Estaduais e Municipais e suas diferentes atribuições. As metas de programas de governos, em que metas numéricas são elencadas (x assentamentos urbanos e rurais, x avenidas, x casas construídas) mostram outra face da aespacialidade das políticas setoriais.

⁵ Sociedade civil compreende "a esfera das relações entre os indivíduos, entre grupos e classes sociais que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as relações estatais" (Bobbio, 1992).

Tese:
TÓPICOS SOBRE A RELAÇÃO
CIDADE/CAMPO NA ERA DA
GLOBALIZAÇÃO

Dr. Manoel Calaça¹

Ms. Eguimar Felício Chaveiro²

INTRODUÇÃO

Apreendeu-se, desde o século XIX, que não é possível observar, refletir e compreender qualquer fenômeno ou objeto do mundo objetivo e subjetivo, eximido do tempo no qual, tanto o sujeito quanto o objeto, pertencem. Assim é verossímil dizer que qualquer trabalho científico, de alguma forma, carrega as possibilidades e os conflitos históricos do seu tempo.

Isto indica dois elementos centrais que fundamentam os trabalhos feitos em ciências humanas: um diz respeito ao fato de vivermos num mundo complexo onde forças, variáveis, meios e atores da cultura, da economia, da política, da moral etc., se entrelaçam embaralhando e reconstruindo a realidade de maneira, até pouco tempo, inimaginável. O outro refere-se às exigências mais fecundas que o primeiro fator impõe às análises e aos pleitos científicos, ou seja: não se pode contentar-se com esquemas analíticos externalizados e ingeridos compiladamente sem que o rigor conceitual e linguístico seja claro na forma e no conteúdo. Mais do que isso: as compreensões comprometidas com a crítica do mundo colocam como desafio a autonomia do pesquisador, tanto quanto sua competência profissional e ética.

Mediante isto é que se pretende, de antemão, anunciar o objetivo e a medida deste texto, que é o de suscitar diálogos, debates e, quem sabe, inspirar trabalhos emergentes do que aqui foi possível exercer a partir das frentes amplas que o tema permite e exige.

I. A Globalização e suas implicações nas relações campo-cidade

Procurar-se-á encetar um entendimento apoiado na linguagem geográfica, embora por necessidade, no interior do texto e dos argumentos, sejam convocados autores de outras formações; por outro lado, ao referir-se à relação campo-cidade abordar-se-á questões sobre o espaço agrário e urbano, separando-os didático e metodologicamente, enquanto realidades específicas dotadas de concretude para, pelo movimento do raciocínio, aglutiná-las na fluência dinâmica da totalidade social e histórica em que participam e se entrecruzam.

1.1 - O Termo globalização e seus significados

Há, hoje, no meio acadêmico divergências entre os cientistas, quanto ao significado do termo globalização, em função do qual reescrevem-no em breves parentescos semânticos e conceituais. Dai aparecem os termos mundialização, internacionalização, universalização etc. Alguns o rejeitam e o recolocam com sentidos diferenciados, afirmando em cada um, diferenças históricas, sociais e geográficas entre eles e os que os avizinham.

Por outro lado, corre-se o risco de perpetuá-lo, como chave explicativa de tudo que ocorre em torno da dinâmica social, abstraído-se de sua genealogia e, portanto, rompendo o entendimento do sentido ou dos vários sentidos pelos quais é usado. Assim, ele se torna mesmo um mero termo incansavelmente repetido e usado por atores postulantes de interesses, os mais variados e conflituosos, conquistando destaque na "moda semântica" de cunho acadêmico, jornalístico e prosaico. Mais que isso, torna-se ideologia, bússola na qual todos devem se orientar, os que estão excluídos e os que se encontram no lume do tempo, controlando e liderando, tendo-o como justificativa e legitimação de tudo que irrompe no mundo atual.

Disso resulta que, em meio aos usos, interesses e resultados que o conceito tem aferido, dentro e fora do meio acadêmico, pode-se pensá-lo de duas maneiras: enquanto momento e movimento do triunfo mundial do modo de produção capitalista cuja característica nuclear é a homogeneização de atividades, relações, conquistas, sistemas, modos de vida, agentes econômicos, políticos, culturais, estéticos, morais, etc., que, juntos proclamam e celebram imperativos inquestionáveis do jeito de ser do capitalismo atual.

Isto é argumentado e justificado com os acontecimentos que se desdobraram após a Segunda Guerra Mundial, culminando em fases e motivações responsáveis pelo redesenho do mapa político e econômico do mundo hoje, com os novos atributos da microeletrônica, das novas fontes de energia e da biologia genética, da biotecnologia, tendo como ancoradouro o modelo de Estado a ser seguido, calcado no neoliberalismo, ao sabor do qual encontra-se a única possibilidade de estabilizar "financeiristicamente" o sistema mundial.

Os séquitos de intelectuais, do governo atual, do Estado brasileiro, juntamente com as forças que o sustenta, justificam a organização prática de sua política como o imperativo da globalização que, mesmo a contra gosto, impõe-se como um elo que obriga a todos os países a cumprirem, com assentimento inteligente a grande corrente do mundo. Nesta todos se juntam, restando poucas possibilidades de ação própria, de autonomia política ou de projeto nacional que mirem para outras direções práticas

e ideárias. Ela é a ordem sob a qual o neoliberalismo é o soldado, ambos decidiram os caminhos, atados e justapostos.

A globalização - tal como advoga quem a defende, pelo raciocínio mencionado, é o sinal verdadeiro de que acabou-se os tempos de conflitos entre, por exemplo, exploradores e explorados, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, direita e esquerda, pobre e rico, privado e público, por isso, ela em si mesma, é um convite para alianças, pactos, acordos de cooperação e aquiescências da ordem atual. Os que não a aceitam estão fora do mundo; os que não a compreendem são atrasados; os que sofrem, precisam sofrer para que a máquina do mundo funcione no patamar e na velocidade em que hoje ela se encontra.

Diferente desta vertente, situa-se os que a vêem como o momento e o movimento do capitalismo mundial, cuja força e a história advém do colonialismo, passando pela revolução industrial, neocolonialismo, imperialismo, as duas guerras mundiais do século XX, até os novos desdobramentos econômicos, políticos, científicos, tecnológicos e culturais das últimas décadas, não significando nenhuma ruptura ou revolução à história e aos objetivos do capitalismo do século XIX e nem um triunfo acabado e insuspeito.

O que se vê é uma nova fase de acumulação, dotada de novos elementos, portanto recriadora das contradições, implicando numa complexificação que reina direta e indiretamente nos indivíduos, nos lugares, na apropriação e concepção da natureza, no trabalho, na ciência, nas relações sociais, no tempo, no espaço, na cultura, na política, na economia, enfim, infiltrando em cada um desses setores de maneira contundente e específica, alterando forma e conteúdo da dinâmica histórica bem como na forma de processar a percepção, de se criar o imaginário, a imaginação e os sonhos, todavia não erradicando a exploração, a sede de lucro, a ideologia, a dominação econômica e política, a alienação do trabalho e do trabalhador, muito menos conformando a tendência generalizada da homogeneização.

Estes apontamentos certificam que a análise da relação cidade/campo, ou as implicações da globalização no espaço agrário e urbano, exige-nos a tarefa de se posicionar sobre os vieses, os pressupostos e os princípios teórico-metodológicos que conduzirá a reflexão. Em outros termos: o que se coloca é que ao debruçarmos sobre as mudanças do campo e da cidade, perpetradas pelo capitalismo globalizante, estamos também, fazendo parte do debate teórico e dentro dele participando politicamente de sua intervenção no mundo.

1.2 - Contradições da relação cidade-campo

À tarefa de cunho teórico que é

colocada para um geógrafo que pesquisa o campo e a cidade é resguardado o objetivo e a demanda que logram suas possibilidades, organizar um sistema explicativo sobre as implicações do capitalismo atual no espaço agrário e urbano, almejando enxergar e compreender o grau de interdependência, autonomia e intersecção dessas espacialidades, a partir da utilização dos componentes que permitem a linguagem geográfica, oferecendo caminhos de entendimento da temática.

Ora, isto não é possível aqui. O que se convém fazer é levantar alguns instrumentos que podem suscitar rumos e problematizações mais delimitadas, ancoradas em propósitos que transbordem o caráter de um mero ensaio.

Sem querer resolver os problemas que permeiam o debate teórico sobre o que é geografia e qual é, verdadeiramente, sua linguagem, bem como o comportamento das várias tendências, que na história da construção deste saber, vem instaurando e restaurando o seu edifício inacabado, arquitetonicamente multifacético, pode-se dizer que nas últimas décadas uma das lições importantes é que o espaço geográfico somente existe mediante a estrutura e a dinâmica das sociedades historicamente territorializadas. Falando de outra maneira: só pode existir sociedade, ação, processo e dinâmica histórica a partir de uma estrutura espacial, que ao mesmo tempo é meio e condição dessas dinâmicas, contudo não circunscrevendo-se como um mero reflexo, nem somente enquanto produto.³ O espaço é, portanto, ativo, insere e repercute na forma e no conteúdo de qualquer ação social, validando-a, repugnando-a, adaptando-a, resistindo ou derivando novas condutas. Por conseqüente, é que se pode afirmar que o espaço concretiza o social, sem o qual este não passa de um conjunto de forças abstratas e metafísicas.

Consoante a esta reflexão pode-se discutir algumas idéias que têm sido ingredientes de debates nas ciências sociais no que toca ao espaço agrário e urbano e seu vínculo com o capitalismo contemporâneo.

2.0 - Mudanças do mundo do trabalho e a paisagem rural e urbana

Três idéias têm ganhado peso nos debates recentes: 1) a de que o trabalho está acabando em função das adoções de novas tecnologias, principalmente pelo uso cada vez mais acelerado da informática, da robótica e dos processos de comunicação eletrônicos; 2) a de que as classes sociais não são elementos

que substanciam as engrenagens sociais, nem a dinâmica histórica; 3) a de que o enfrentamento político, em decorrência dos itens anteriores, deve dar-se no sentido de rogar por buscas tecnológicas e reformistas.

A primeira idéia confunde conceitualmente trabalho, emprego, profissão e mercado. Embora seja verdadeiro que a flexibilização do trabalho a partir da implementação de novos paradigmas fabris, como o toyotismo, redimensiona quantitativo e qualitativamente a organização do trabalho, bem como os aspectos objetivos e subjetivos que dele logram, implicando na diminuição da oferta de emprego, tanto no campo como na cidade, fazendo crescer o índice de desemprego e aumentando a forma e o conteúdo da economia diversificando-a e majorando-a em quantidade, resultando o que se tem denominado de excluído e subclasse⁴, não se pode dizer que o trabalho está acabando. Pelo contrário, ele continua vivo e vivificador, endereçado nas mais diversas práticas humanas, refazendo-se e balizando a movimentação da humanidade, consagrando valor e sentido à natureza, repercutindo na constituição da ciência, da filosofia e da arte, bem como entremendo-se nos diversos elos societários e civilizatórios. Redimensiona-se o mundo do trabalho, tanto na cidade quanto no campo.

A potencialização da produtividade do trabalho com os novos paradigmas fabris e/ou sua redução torna-se hoje um problema político, pois cria tensões sociais, isto, todavia, é uma conquista da humanidade, é uma concretização da inteligência coletiva e societária dos indivíduos humanos. Os problemas que daí decorrem originam-se de um modelo de desenvolvimento econômico que sustenta um tipo de sociedade, cuja preferência é salvaguardar os interesses do mercado, contribuindo para a concentrações de renda, capital e propriedades, colocando a economia e a política contra a ética, para satisfazer os interesses das grandes corporações.

A partir daqui se enxerga a repercussão da estrutura fundiária brasileira: aumento dos latifúndios e crescimento da concentração da terra, que combinam com os objetivos das forças que governam o mundo. Os dados do último cadastro do INCRA relativos a 1992, indicam redução do território da agricultura familiar e a expansão do território do latifúndio, constitutivo da agricultura patronal, no período 1966-92. Reconhece o próprio INCRA que o ritmo da concentração das terras é superior à ação do governo que intenta a sua

redistribuição. Os proprietários de quase 60% das terras com mais de 1000 ha, a maioria classificada como latifúndio, não atinge 2% do total.⁵

Como se vê o quadro estrutural da organização do espaço agrário brasileiro, historicamente atrasado, coincide com a concentração econômica tramitada pela acumulação flexível, isto justifica, inclusive, o assentimento à ociosidade no critério de utilização de terras. O Estado permite o crescimento do latifúndio em paralelo a existência da improdutividade das terras (Tab 1), a ampliação da pobreza, o aumento dos sem terra, intensificação dos conflitos sociais no campo e na cidade.

TABELA 1
Terras improdutivas no Brasil, 1994.

(Milhões de ha).

Região	Área total (A)	Área improd.(B)	% A/B
Norte	56,8	45,3	79,7
Nordeste	66,8	45,7	68,4
Sudeste	58,6	28,9	49,3
Sul	43,0	16,5	38,4
Centro-Oeste	100,1	61,3	61,2
TOTAL	325,3	197,7	60,7

Esta realidade contraditória elucida a leitura do que significa a globalização, não justificando imputar às mudanças do mundo do trabalho, os problemas sociais, tanto no campo como na cidade. O alto índice do desemprego urbano coincide com um elevadas taxas de improdutividade e concentração das terras. Isto é mais claro quando se observa o processo migratório do espaço rural para o espaço urbano nas últimas duas décadas, em que se percebe que aproximadamente, 30 milhões de pessoas (IBGE) foram desterritorializadas do campo fazendo emergir no país um índice de urbanização mais acelerado do mundo, reterritorializando os problemas sociais em graus levados, gerando conseqüências humanas, as mais variadas e absurdas. Ora, é exatamente este grau de urbanização que vai dar suporte a irradiação e disseminação rápida da cultura de massa, consumista, eloquente e modista.

Estas mudanças espaciais que são, também e necessariamente, mudanças demográficas e sociais, que lograram do campo e da cidade nas últimas duas décadas, são explicadas pelo menos por três grandes fatores. Primeiramente há de se considerar o modelo de desenvolvimento industrial do centro-sul do país; a modernização conservadora da agricultura, juntamente com o que em torno dela gravitou, como a abertura da fronteira agrícola, a reorganização das propriedades, a intensificação do uso do

solo agricultável, etc. e a participação do Estado na manutenção da estrutura fundiária concentradora e conservadora

Desta maneira, as mudanças do mundo do trabalho tem uma repercussão na sociabilidade humana, em geral, na organização da sociedade, no tecido, na malha e na identidade dos indivíduos, atuando em sua forma perceptiva e afetiva, através de processos de pulverização da subjetividade, em seu cotidiano, no sentido organizacional dos grandes sistemas empresariais, nas lutas políticas, na configuração de novos aportes, sujeitos e agentes culturais e na paisagem do espaço agrário e urbano, todavia não se vê a eliminação do campo como querem alguns, muito menos a sua homogeneização. As terras não são todas utilizadas, em qualquer lugar do mundo e menos no Brasil, da mesma maneira e intensidade. Os equipamentos, os processos de transformação da natureza e de uso do solo agrícola, a organização do trabalho, as formas de renda etc, às vezes, se especializam e se fragmentam, assim como a evolução e uso científico-tecnológico não é o mesmo em relação aos países capitalistas do mundo. Há, sem dúvida, uma reinserção de diferencialidades e conflitos, tanto no campo quanto na cidade. O sistema viário, os aeroportos, a forma de inseminação artificial, os produtos químicos que corrigem o solo, o fluxo de informações e de mercadorias, por exemplo, podem ser semelhante em diversas partes do mundo, mas o salário, o sentido de seus usos, a forma de organização do trabalho, as formas de rendas são estruturadas e concretizadas de maneira diferenciada e discrepante nos territórios, assegurando a assertiva da idéia de espacialidade diferencial.⁶

3.0 - A cidade prepondera sobre o campo?

Ao tomar como referência o crescente índice de urbanização mundial e brasileira, bem como a disseminação das idéias oriundas da concepção de que a globalização conduz gradativamente a uma homogeneização de diversos tipos de relações e agentes, inclusive o espaço, levando-se em conta as teses de "industrialização do agrário" dos C.A.I (Complexos Agroindustriais), do uso cada vez mais intensivo da biotecnologia, da quimificação da produção agrícola, da força do marketing, dos lobbings e das estratégias mercantis transnacionalizadas ligados em redes, adicionado a consideração do poder de infiltração do ethos urbanos na vida rural, a partir de modismos e condutas mediáticas, têm-se apregoado a hegemonia de um novo processo civilizatório cuja proeminência deriva-se dos fatores urbanos, consagrando a dominação ou até a extinção do agrário.⁷

Ianni, é contundente em sua análise, não se ocupando de demonstrar nenhuma especificidade do capitalismo no campo, nem sob o ponto de vista da intervenção do Estado, nem das relações de produção, da atuação do mercado como capitaneador de renda, como componente da organização do espaço, muito menos do comportamento e utilização da natureza. Assim assevera "(...) que a globalização do capitalismo está provocando a dissolução do mundo agrário. Isto significa que se reduz ou supera a contradição cidade-campo, o que pode significar a vitória definitiva da cidade sobre o campo".⁸

Sem querer debater a idéia subjacente em seu raciocínio, a de que existia, antes, uma vitória do campo sobre a cidade - o que é discutível, e que hoje a cidade vence o campo como se fosse um jogo; raciocínio reducionista. Interessa-nos, argumentar sobre as transformações que, tanto o espaço agrário quanto o espaço urbano, sofrem e implementam na contemporaneidade.

Tal como dissertou Abramovay⁹, explicando a relação capitalismo e natureza, os elementos fabris, industriais e técnico-científico alteram decisivamente a ordem temporal das atividades do trabalho, a racionalidade, o gerenciamento e a organização da propriedade, o aperfeiçoamento de aptidões produtivas de sementes e animais, através dos regimes seletivos, adaptativos e de fusões genéticas, todavia não substitui o movimento essencial da agricultura, que é a produção da matéria nutritiva, realizada pelo organismo das espécies vivas. "Não é a colheitadeira que produz o trigo nem a ordenhadeira mecânica que fabrica o leite. E é exatamente neste sentido então que, por definição, o trabalho agrícola não é industrial."

Ainda que esta discussão mereça maior atenção, o que vale é a brecha apontada no sentido de exigir uma maior acuidade nas análises. Ora, a globalização intervém e implica na organização do espaço agrário, assim como no espaço urbano, contudo criando e recriando contradições dos mais variados tipos.

Não se pode dizer, que a existência de cidades globais e o tecido imbricado entre as redes urbanas, se fazem sem fragmentar, destituir e contradizer esta tendência. Assegura isto o processo de desindustrialização, a migração de capitais dos grandes centros urbanos para pequenos e médios; a fuga escapatória de trabalhadores

intelectuais das metrópoles em busca de sossego social e melhor qualidade ambiental, ao mesmo tempo que, no espaço agrário, o levante de especialização funcional de determinados produtos localizados em alguns municípios, fragiliza-os e os expõem em grau elevado de dependência dos mercados mundiais, motivando ações políticas no sentido de organizar cooperativas e frentes de resistências entre médios e pequenos agricultores, respondendo aos ditames da globalização.

Diferentemente de Abromavay, Martins (1997), refletindo sobre a degradação do outro nos confins do humano, isto é, demonstrando teórico e empiricamente a recriação de formas escravistas no espaço agrário, primeiramente aborda a questão indígena, afirmando que: "As populações indígenas têm mais do que resistido a invasão e à espoliação branca e capitalista de seus territórios. Assim como a violência do branco se manifesta na tentativa de desfigurá-las culturalmente, elas também têm indicado, em suas lutas, o que lhes é insuportável e indecifrável no que para muitas delas é uma nova situação, que é a situação de fronteira, criada pela expansão territorial do grande capital e da sociedade civilizada(...)"

Além da especificidade das lutas indígenas¹⁰, considera o que ele denomina de "complexa e contraditória teia de conexões que dá vida e sentido" às relações no campo, como um dos elementos que explicam a modalidade de escravidão por dívida mediante o regime de peonagem, encontrada em diversos lugares, sustentada por atividades econômicas dispare, opondo-se e combinando ao mesmo tempo com a modernização econômica e técnica, a partir da qual permite o autor sustentar a idéia de que "(...) as relações sociais na frente de expansão são predominantemente relações não-capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital", segundo o qual, não fazendo disto, outro modo de produção, muito menos erradicando ou fundando uma tábula rasa entre trabalhadores e relações sociais, entre o agrário e o urbano.

O que se vê é que não é possível exterminar o espaço agrário, nem subsumi-lo de maneira a perder toda a sua especificidade. A territorialização de determinadas frentes econômicas se faz mediante características de cada lugar, impelindo, às vezes, uma reterritorialização de fatores locais, ou exigindo um ajustamento dos fatores

que internalizam, mesmo a configuração da natureza tanto na sua fisiologia quanto na sua morfologia, aliada às formas políticas que atuam nos diferentes lugares, contribuem para gerar identidades dos locais, permitir a ação política como atividade que cria a história, endereçando rumos diferenciados na rota do mundo, demonstrando, ainda, que o espaço geográfico e suas categorias não se volatilizam no social e em seus elementos, mas preña-se nele, dotando-o e sendo dotado de concretudes temporalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos neste, tirar conclusões sobre o tema, mas tão somente, como anunciamos no início, realizar uma breve abordagem sobre o tema, relação cidade-campo, situando-o no contexto da "globalização", em um texto ainda inicial, no qual pretendemos, despretenciosamente, levantar pontos para o dialogo, debate e quiçá suscitar outros reflexões sobre esta questão, o que também pretendemos realizar. Se isto ocorrer consideramos atingidos os nossos objetivos.

¹ Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás

² Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás e doutorando pela USP

³ Ver SANTOS, Milton. *Pensando do espaço do homem*. São Paulo: HUCITEC, 1982;

Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC, 1988;

A Natureza do espaço: técnica e tempo, espaço e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1997; MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço*. Petrópolis: Vozes, 1985; Lobato, 1987.

⁴ IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 3ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁵ MINISTRÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA - Instituto Nacionalização e Reforma Agrária - INCRA. *Diretrizes para o programa nacional de reforma agrária*. Brasília, 1995 pag. 7

⁶ Lacoste, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. 1979.

⁷ Ianni, *Obra Citada*.

⁸ *Ibidem*, pag. 68.

⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradimas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1992. Pag. 234-7.

¹⁰ Martins, 1997: 29

Tese: "Geografia Física e Geografia Humana"

O CARÁTER DICOTÔMICO DA GEOGRAFIA MODERNA: DE ESPECIFICIDADE CIENTÍFICA A CONFLITO ENTRE OS GEÓGRAFOS.

Francisco Mendonça *

Introdução.

A dicotomia e/ou unidade do pensamento geográfico tornou-se, sobretudo nos últimos vinte anos, temática de calorosos debates no seio da comunidade geográfica brasileira. As inúmeras discussões travadas sobre ela, assim como o considerável volume de obras ligadas à epistemologia da Geografia (1), permitem a formação de uma clara idéia relativa à história e evolução deste campo do conhecimento.

A eleição desta temática (Geografia Física e Geografia Humana) pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) para balizar discussões dentro de uma das atividades do XI Encontro Nacional de Geógrafos, a realizar-se em julho de 1998, ano em que se comemora 20 anos do histórico evento de Fortaleza, parece ser ao mes-mo tempo oportuna e sintomática. (2)

A promoção de um debate desta natureza parece vir de encontro à uma recorrente solicitação dos estudantes de graduação que, perplexos diante da disparidade de disciplinas que compõem a formação geográfica universitária aliada à ideologia assumida por cada um de seus mestres em relação à geografia que praticam, leva-os à uma paradoxal busca de unidade do pensamento geográfico. Parece também, quero crer, um esforço da direção da entidade em rever a forte cisão entre geógrafos físicos e geógrafos humanos neste período também chamado de "geografia crítica", fato que, se não é de inteira responsabilidade da entidade, atrela-se fortemente aos seus direcionamentos políticos neste período.

É muito difícil, para desenvolver um tal debate, despojar-se de impressões pessoais adquiridas a partir de experiências vivenciadas enquanto estudante (1980-1983), pós-graduando (1986-1995), professor universitário (1985-atualmente) e militante da AGB (membro de direções - 1981-1991), e emitir uma leitura fria sobre o processo de construção da geografia (e da AGB, por quê não?). Devido a tamanho envolvimento é que a análise aqui desenvolvida encontra-se eivada de forte conotação pessoal; ela acaba sendo, de certa maneira, uma avaliação da geografia a partir da constatação de que ela tem sido o resultado claro da prática dos próprios geógrafos.

O presente texto configura-se também, por assim dizer, num certo resgate

histórico da geografia no Brasil através da análise dos últimos vinte anos. A maioria dos alunos que se formou em geografia nas universidades brasileiras após meados dos anos oitenta não vivenciou o período de transição na AGB do final dos anos setenta, com forte impacto na geografia brasileira, e por isso desconhece a história, daí o porquê se questionarem tanto sobre a dicotomia ou unidade do pensamento geográfico. Pouco se fala, entretanto, nos eventos da AGB de forma detalhada sobre aquele período, fato que em muito diminuiria a angústia dos estudantes. Não se trata aqui de expressar juízo de valor sobre um ou outro ramo da geografia, nem tampouco sobre a entidade; trata-se sobretudo de lançar uma luz sobre o passado recente para se compreender melhor a temática em questão através de fatos fundamentais de seu processo histórico de construção.

Mas, afinal, a geografia possui realmente um caráter dicotômico entre geografia física e geografia humana? É ela uma ciência humana ou da natureza? Teria realmente existido uma unidade do pensamento geográfico? Seria possível sua existência no contexto brasileiro? Como se caracterizava a geografia brasileira antes de 1978? etc. Para tratar de tantos questionamentos, e tornar a exposição de idéias o menos confusa, creio ser necessário dividir a abordagem geral da temática em duas partes: uma relativa ao caráter da geografia como ciência, e a outra relativa à sua institucionalização. Esta segunda, pela sua complexidade, ainda permite no mínimo duas abordagens: uma que trata da institucionalização genérica da geografia e, o outro, particularmente relativo à trajetória da geografia brasileira a partir da ação da AGB.

Assim organizada a exposição de idéias parece ficar mais fácil observar que dicotomia e unidade da geografia formam-se ou desaparecem e fortalecem-se ou enfraquecem dependendo do contexto no qual estão inseridas. De toda maneira este texto configura-se muito mais num ensaio de idéias com o objetivo de levantar subsídios à geografia e ao conjunto dos geógrafos, que numa discussão aprofundada e exaustiva sobre a temática proposta.

I - A geografia como ciência.

A dicotomia do pensamento geográfico, no que concerne ao campo do conhecimento científico, caracterizada por um ramo que

aborda os aspectos físico-naturais e outro que aborda os aspectos humano-sociais da superfície do planeta Terra, é o principal elemento a embasar o seu surgimento enquanto ciência moderna (3). É este, aliás, um dos importantes fatos a assegurar a riqueza da geografia como ciência desde sua origem até a atualidade. Essa riqueza se expressa notadamente quando há uma maior evidência do caráter dicotômico enquanto partes que se complementam, e não partes concorrentes.

Ao se observar a origem da geografia, enquanto campo do conhecimento científico no século XIX, detecta-se a importante contribuição de HUMBOLDT, que produzia um conhecimento dos aspectos físico-naturais do espaço (enfazando a noção de interdependência dos seus elementos), e a de RITTER que produzia um conhecimento dos aspectos humano-sociais (enfazando a comparação e criando a geografia comparada).

A geografia, ciência moderna, nasce dicotômica: um ramo volta-se ao estudo do espaço físico-natural da superfície do planeta e outro ao humano-social, esta era a característica da nascente geografia alemã, cujo enfoque era mais naturalista que humanista. Excetuando-se a geografia francesa, que procurou dirimir esta dicotomia através da análise regional (LA BLACHE), mesmo dando mais ênfase ao ramo humano-social, a geografia produzida por americanos, noruegueses e soviéticos deu maior ênfase na abordagem físico-natural dos lugares.

As influências do pensamento de KANT e MONTESQUIEU na obra de RITTER e de alguns de seus seguidores possibilitou o desenvolvimento de análises da troca de influências entre o meio-natural e o homem. Foi nesta perspectiva de interações que se desenvolveu a corrente do ambientalismo na geografia, uma primeira manifestação de unidade do pensamento geográfico. Também na vertente do ambientalismo geográfico RECLUS deu, diferentemente da ótica ritteriana, uma enorme contribuição à evolução da geografia e reforçou a noção de unidade do pensamento geográfico. Aquela corrente ambientalista logrou curto sucesso no início do século e a ciência geográfica se desenvolveu, então, apresentando tanto aspectos de dicotomia quanto de unidade, fato que não comprometeu seu caráter científico. Ainda assim, observa-se que há uma maior expressividade de sua particularidade dualística, como bem o sintetizou GEORGE (4) ao

considerar que

“...uma certa dualidade de abordagem está na natureza das coisas. Todo “estado” de uma porção mais ou menos extensa da superfície da Terra, também compreendido as porções que são qualificadas de “desertos”, procede de duas dinâmicas de ordem diferente: aquela dos fenômenos físicos, que obedecem à “leis naturais” que regem os equilíbrios complexos de fatores heterogêneos, e aquela da evolução do patrimônio cultural, quer dizer marcadas por ações humanas sucessivas, superpostas e impostas, às vezes pouco sensíveis, às vezes esmagadoras ao ponto de ocultar o quadro material inicial...”

Em muitos casos, entretanto, é mesmo muito difícil estabelecer correlações entre elementos da natureza e da sociedade sem cair em generalização extrema e enciclopedismo. Esse risco não isenta, entretanto, a necessária crítica a produções geográficas que, de tão profunda especialização, não releva nem mesmo a espacialização dos fenômenos estudados.

Entende-se assim que a crise que marca a dicotomia geografia física versus geografia humana ou sua unidade não diz respeito ao status científico da geografia, mas sobretudo às suas diferenciadas concepções e institucionalizações por parte dos geógrafos. Tentar transformá-la numa ciência mais físico-natural ou mais humano-social significa incorrer em grande risco de seu empobrecimento ou de perda da identidade geográfica (5).

A geografia é, observando-se seu desenvolvimento ao longo do século XX, um conhecimento científico tanto físico-natural quanto humano-social, tendo sido produzido ora com mais ênfase num aspecto ora noutro, ou mesmo buscando uma unidade dos mesmos através do estudo integrado da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza de uma determinada porção do território. Enquanto ramo do conhecimento ela se alinha dentro das ciências humanas (6).

A linha geo-ambiental, de cunho ecológico e bastante diferenciada daquela do início do século, que tomou vigor dentro da geografia a partir da década de setenta caminha neste sentido, buscando alinhar-se à expressiva demanda social pelo equacionamento de problemas ambientais que afligem a humanidade neste final de milênio. Os geógrafos físicos, por um lado, lançaram-se com entusiasmo para atender a este chamamento, tendo se aberto para a abordagem de aspectos sociais na análise ambiental, mesmo tendo às vezes simplificado a ação social através da análise sistêmica da ação antrópica

ou antroposfera. Ainda assim, muito contribuíram para o avanço desta corrente, como bem o identificou ANDRADE (7) ao afirmar que

“...Mesmo quando especialistas em geografia física, a formação ampla fornecida pelos cursos de geografia tem dado aos geógrafos a competência para apresentarem críticas à política antecológica dos governos e das empresas, colaborando com especialistas de áreas diversas para apontar soluções, quase sempre mais racionais que as apenas eco-nômicas, ou melhor, economistas. Em muitos pontos, eles se aproximam do grupo dos chamados geógrafos críticos ou radicais, enquanto em outros se contactam com o grupo que faz a geografia da percepção e do comportamento.”

Os geógrafos humanos por outro lado, mantendo ainda uma concepção naturalista do ambiente, não se abriram para a enriquecedora interação com os geógrafos físicos neste tão vasto e promissor campo de atuação. Constatase assim que mais uma possibilidade histórica da unidade da geografia não está recebendo a devida atenção por parte dos geógrafos (8); é a geografia como um todo, enfim, que perde. Várias são, entretanto, as concepções da geografia, sendo que cada geógrafo advoga por aquele que lhe é mais condizente. Neste aspecto, o caráter mais social ou mais natural da geografia, ou mesmo sua unicidade, depende da própria opção de cada geógrafo.

II - A geografia institucionalizada.

A geografia moderna para atingir o status científico teve que se institucionalizar, ou seja, uma vez estabelecidos seus princípios científicos, passou a compor o rol de disciplinas (ensino) e o ramo de investigações (pesquisa) de diversas instituições (escolas, laboratórios, governos etc.). Da realidade do século XIX para a do final do século XX a geografia acadêmica expande-se da Alemanha para grande parte das escolas do mundo. Por um bom período de tempo o conhecimento geográfico esteve mais voltado ao descobrimento e descrição dos lugares, dando maior destaque ao quadro físico-natural, sendo que assim fornecia as bases (o conhecimento necessário para a ação do Estado) para a consolidação das relações capitalistas de produção no espaço que se expandia. Este conhecimento “estatal” do espaço, aparentemente “neutro”, com características diferenciadas daquele produzido nas academias de ensino, deu origem a uma outra dicotomia da geografia (“geografia do Estado” e “geografia do ensino”), fortemente criticada e condenada por LACOSTE

a partir de final dos anos sessenta. Cada instituição, estatal ou não, desenvolveu um ou outro ramo da geografia de forma mais enfática que o outro. Algumas academias ou centros de pesquisa pautaram-se por um caráter mais humanista, outros mais naturalista; poucas o fizeram de forma integrada e, nestes casos, o foram sobretudo na perspectiva ambiental.

Possuindo normatizações explícitas para a condução de suas produções de ensino e/ou pesquisa, as instituições exerceram papel muito mais forte sobre a conduta dos geógrafos do que permitiram a liberdade de suas práticas. As instituições, todavia e de forma genérica, são construções sociais através das quais as idéias ou projetos de indivíduos ou grupos são veiculados ou materializados; dessa forma compreende-se que são os fundadores ou dirigentes das instituições aqueles que estabelecem seus princípios. Os jovens profissionais, ao ingressarem nas suas respectivas instituições, é fato notório, deparam-se com diretrizes estabelecidas e metas políticas consolidadas, o que impõe consideráveis barreiras a projetos de mudança das mesmas. Dependendo da expressividade e influência de um líder ou grupo numa determinada instituição, sua linha de pensamento ou concepção política pode determinar o desenvolvimento da mesma por um longo período de tempo, tal é o caso da geografia lablachiana e da AGB no Brasil.

Alguns exemplos dos caminhos da institucionalização da geografia no Brasil são bastante reveladores do seu aspecto dicotômico ou unitário. No âmbito das universidades brasileiras, por exemplo, há uma influência majoritária da linha francesa (monográfica e dicotômica), iniciada com a fundação do curso de geografia na Universidade de São Paulo por DEFONTAINES em 1934. A geografia praticada na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e na UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, de Rio Claro/SP) foram as únicas a destoar um pouco do uníssono franco-geográfico no país, tendo tido considerável influência norte-americana e alemã, mas nem por isso foi menos dicotômica.

No campo das instituições de pesquisa brasileiras a dicotomia do conhecimento geográfico não foi menos expressiva que nas universidades. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o RADAM-Brasil (Projeto Radar da Amazônia, já concluído), para exemplificar com duas das maiores instituições brasileiras de pesquisa de cunho

geográfico, sempre apresentaram em seus organogramas divisões distintas de geografia física e geografia humana. Estas instituições fizeram, corroborando a análise de LACOSTE, a "geografia do Estado brasileiro", enquanto que aquelas outras a "geografia do ensino", pois sempre foram as responsáveis pela formação dos quadros do magistério de primeiro, segundo e terceiro graus.

Por outro lado, a coabitação geografia humana e geografia física na mesma instituição não se constitui numa contingência científica, embora seja um fato nas academias de ensino e de pesquisa no Brasil, o que revela ainda uma vez mais a influência da linha francesa na institucionalização da geografia brasileira. Em vários outros países, alguns vizinhos sul-americanos, a parte relativa a geografia física encontra-se alocada junto às ciências naturais e, a geografia humana junto à filosofia e ciências humanas. Este aspecto configura-se também como revelador do papel desempenhado pelas instituições na produção dicotômica ou não do pensamento geográfico.

A institucionalização da geografia através de uma entidade de representação dos geógrafos (AGB) data também do mesmo ano de fundação do curso de geografia da USP. Revestida então de outro caráter que não o das instituições supra-mencionadas e possuindo um fórum de deliberações dos caminhos da entidade mais flexível que o daquelas, a AGB desempenhou importantíssimo papel nos rumos da geografia brasileira, fato que nos levou a tratá-la de forma individualizada no próximo item.

III - A Geografia e a AGB.

A AGB, entidade de caráter científico-cultural de representação da geografia no Brasil, foi criada para ser o fórum livre do debate de idéias científico-políticas dos geógrafos, e de certa maneira também seu canal de reivindicações. De acordo com seus princípios, a entidade não deve estabelecer práticas ou políticas em favor ou detrimento de um ou outro ramo da geografia.

Durante seus primeiros quarenta e quatro anos, ou seja, de 1934 a 1978, a entidade refletiu não somente as características da geografia de então (chamada de "geografia tradicional") mas também as formas de organização sócio-institucionais predominantes naquele período. Segundo ANDRADE (9), a AGB tinha nos seus quadros

geralmente geógrafos que possuíam trabalhos publicados e que teriam influência na administração superior da associação, e sócios colaboradores, estudantes, pessoas interessadas em geografia e iniciantes na profissão, de todos os Estados. ..."

A diretoria da entidade revestia-se assim um princípio hierárquico, sendo composta somente por profissionais da geografia, tendo os estudantes de geografia papel secundário na condução mesma, pois a associação entendia que entidades como Diretórios Acadêmicos e UNE (União Nacional dos Estudantes) eram os fóruns de representação destes.

A AGB reunia em sua direção tanto geógrafos físicos quanto geógrafos humanos.

O cenário social, econômico e político mundial apresentou acirramento de inúmeras contradições no período pós-segunda guerra, notadamente nos anos sessenta e setenta, fato que evidenciou de forma flagrante expressivas injustiças sociais. Aquele novo contexto passou a exigir das estruturas de decisão e do meio científico respostas para os problemas sociais dado que até ali dirigentes e cientistas encontravam-se muito encastelados em seus ofícios. Os geógrafos passaram então a preocupar-se de forma mais direta com os graves problemas sociais e ambientais e, em atitude de revolta contra a "geografia tradicional", desenvolveram a geografia crítica e/ou radical (nos Estados Unidos e Europa) cuja característica principal era a leitura da realidade a partir da teoria marxista; para esta então emergente corrente geográfica a abordagem da natureza era vista somente como recurso econômico.

A corrente marxista exerceu influência mais direta na geografia brasileira a partir da década de 1970 cujas primeiras manifestações se deram, dentre outros, através das obras de Josué de CASTRO e Caio PRADO JUNIOR, da realização do Seminário Renovação da Geografia (1973 no Rio de Janeiro) e de algumas publicações de Milton SANTOS. A história política do Brasil foi marcada, no final daquela década, pelo início do processo de redemocratização do país através de reivindicação popular organizada em movimentos sociais.

Um grupo de geógrafos insatisfeitos com a postura da AGB diante das transformações sociais e políticas por que passava o país e contrários à forma de organização da entidade se insurgiu contra sua diretoria e, no Encontro de Geógrafos ocorrido em Fortaleza em 1978, toma sua condução. Trazendo para o interior da associação suas práticas político-partidárias de movimentos sociais alteraram, já em 1979 e 1980, o estatuto da entidade (estudantes passaram a ter voz e voto

em igualdade aos profissionais, por exemplo) e a condução do pensamento geográfico passa a ser elaborada segundo a concepção de geografia crítica. A geografia física, tida pela nova condução da entidade (não de forma muito explícita) como ligada à "geografia tradicional" e de direita, porquê não politizada, viu-se excluída das instâncias diretivas da entidade, repetindo um pouco a história do que ocorreu na Alemanha, como o afirma TRYSTRAM (10) ao colocar que

"No momento em que o nacional-socialismo se instalou na Alemanha, o vigoroso movimento geográfico periclitou: os geógrafos tiveram que, de bom grado ou não, se colocar ao serviço das teses do partido. A geografia física foi desprezada, e a geografia humana e política tornou-se ferramenta de propaganda. Por outro lado numerosos geógrafos alemães partiram então para os Estados Unidos, onde vivificaram a escola americana"

Parece ter ficado claro, muito rapidamente para aquela nova AGB, que poder-se-ia excluir geógrafos físicos do cotidiano da entidade, mas não a geografia física, era então preciso transformá-la. Foi desta forma que a temática ambiental passou a desempenhar este papel que, segundo a ótica da geografia crítica, revestia a geografia física de uma visão crítica, pois que demandava um comprometimento com a sociedade. Entretanto, a temática ambiental não deve nunca ser compreendida como sendo sinônimo de geografia física; ela foi e é, isto sim, um campo profícuo de atuação da geografia como um todo e particularmente da geografia física, como se viu acima.

A AGB, nos vinte anos que se seguiram, portanto até a atualidade, reflete primordialmente uma concepção de humana da geografia, através da corrente da geografia crítica. Isto se manifestou claramente na composição das diretorias que se sucederam após 1978, tanto quanto nos temários e conferencistas dos encontros e congressos bianuais da entidade realizados neste período. Em muitas ocasiões, até mesmo oficiais, ouve-se o questionamento, a título mesmo de zombaria, se a geografia física existe (e para quê)? A argumentação de DERRUAU (11), a este propósito, é bastante elucidatória quando diz que

"... Muitos geógrafos modernos acreditaram que o homem transformou de tal maneira certas partes do planeta (as zonas urbanas principalmente, e ninguém ignora a que ponto elas se estenderam!) que o papel da natureza no quadro da terra é quase nulo, que se deve então substituir o objeto tradicional da

geografia - o estudo da interação do homem e da natureza - pelo estudo do homem no espaço. A geografia se apresenta então como uma ciência somente humana dentro de uma geometria. Acaba-se por abandonar totalmente o substrato físico em proveito de um espaço que tem a vantagem de não se preocupar com os dados e técnicas das ciências da terra. Trabalha-se então seja sob o concreto da obra humana estabelecida sobre tábua rasa, seja sob o conceitual espacializado. Identifica-se geografia, e geografia humana. Como o disse André-Louis Sanguin, a geografia "tornou-se o exemplo único de migração de um campo científico (grifo do autor) passando das ciências naturais àquelas das ciências sociais" Cabe ao nosso leitor julgar se os anunciadores desta migração são geniais antecipadores ou se antecipar dessa maneira não é vender a pele do urso antes de tê-lo matado."

Afastando-se da entidade, os geógrafos físicos passaram a se congregarem nos Simpósios Brasileiros de Geografia Física Aplicada que se iniciaram em meados dos anos oitenta na cidade de Rio Claro. Estes eventos foram paulatinamente adquirindo importância sendo que o último simpósio, realizado na cidade de Curitiba em 1997, reuniu cerca de 1 000 participantes e recebeu a inscrição de cerca de 510 comunicações científicas.

A AGB, tanto quanto os geógrafos físicos, parece não estar muito preocupada com esta divisão e nem tampouco parece haver interesse, de ambas as partes, pelo que o outro está fazendo nem mesmo em termos de produção intelectual em geografia. A divisão é mesmo factual e a reaproximação não parece constar do horizonte próximo de nenhum dos dois segmentos. Os questionamentos relativos à dicotomia ou unidade da geografia, parece, continuarão por longo tempo na cabeça dos estudantes.

Pode-se concluir assim que as práticas e políticas da AGB, após 1978, levaram ao aprofundamento da dicotomia do pensamento geográfico no Brasil. Desmistificar esta dicotomia, realçar seus aspectos de especificidade da geografia, enfraquecer seu aspecto

negativo e esclarecer estudantes quanto à sua riqueza, tanto quanto à da unidade da ciência geográfica, é indubitavelmente também um dever da entidade.

Notas.

1 - A maioria das obras relativas à epistemologia da geografia foi escrita por geógrafos ligados ao ramo humano/social da geografia. A leitura que se tem, por conseguinte, expressa uma visão parcial da história, evolução e produção do conhecimento geográfico pois tal bibliografia trata da abordagem da natureza feita pela geografia ou geografia física, em geral, de maneira muito superficial. Esta superficialidade está relacionada tanto a desinteresse quanto a desconhecimento do ramo físico-natural da geografia. Os geógrafos físicos por seu lado contribuíram muito pouco, no que diz respeito à publicações, para o avanço da análise da epistemologia da geografia como um todo e também para o seu ramo particular.

2 - Durante estes vinte anos muito se discutiu em termos de "Geografia Física Versus Geografia Humana" diferentemente da presente proposta "Geografia Física e Geografia Humana", a mudança da disputa explícita na palavra versus, para a complementaridade explícita na partícula e, pode não significar absolutamente nada, mas o fato não deixa de causar espécie quando se observa o contexto histórico recente.

3 - A instituição da ciência moderna tem como uma de suas premissas básicas o recorte da realidade em partes distintas e desconexas como passo necessário para a compreensão da mesma e, portanto, para a produção do conhecimento. Aplicando princípios do positivismo e do cartesianismo é que o conhecimento humano até então produzido através do senso comum, da arte e da filosofia passam a ser então concebidos como científicos. A geografia, como de resto todas as outras ciências, são reflexo de um momento histórico da sociedade cujo pensamento dominante tinha uma leitura do mundo de forma compartimentada. Há uma vasta bibliografia que trata deste assunto; duas, bem recentes e editadas em língua portuguesa, abordam de forma clara e direta, e são: CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994; e, CAPRA, F. *O Ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1993.

4 - GEORGE, P. *Les hommes sur*

la terre. La géographie en mouvement. Paris: Seghers, 1989. Citação extraída do sub-ítem intitulado "Dualité ou unité" (pg. 11) da Introdução cujo título é "Unité et Hétérogénéité de la géographie".

5 - A difusão de concepções como a teoria do caos, das catástrofes, dos fractais, da complexidade etc. tem inspirado em alguns geógrafos a possibilidade do tratamento da realidade através de uma nova perspectiva. Entretanto, a produção do conhecimento geográfico, mesmo que superficial, através destas teorias inovadoras de apreensão do real leva à necessária transformação ou negação dos procedimentos e concepções vigentes. Seria, dito de outra forma, uma negação do status disciplinar do conhecimento geográfico haja visto que em tais teorias os princípios do holismo do conhecimento são muito expressivos e são, por natureza, opostos à fragmentação da realidade para sua compreensão.

6 - Já tivemos oportunidade de publicar uma rápida análise desta questão, através da Coleção Repensando a Geografia da Editora Contexto, no ensaio "Geografia Física - Ciência Humana?", que se encontra atualmente na sua 5ª edição.

7 - ANDRADE, M.C. *Geografia - Ciência da sociedade*. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. Citação extraída do capítulo 10 (Geografia e ação), sub-ítem "A corrente ecológica", pg. 119.

8 - No ensaio intitulado "Geografia e Meio Ambiente", publicado também pela Editora Contexto, discorremos mais detalhadamente sobre esta temática.

9 - ANDRADE, M.C. *Geografia - Ciência da sociedade*. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. Parte do item 7.4, à página 91, intitulado "A contribuição da AGB".

10 - TRYSTRAM, F. *Terre! Terre! De l'Olympe à la Nasa, une histoire des géographes et de la géographie*. Paris: JCLattès, 1994. Citação colhida do capítulo XXVI "La géographie au XX siècle", sub-ítem "L'école allemande" (pg.460).

11 - DERRUAU, M. *Composantes et concepts de la géographie physique*. Paris: Armand Colin, 1996. Citação extraída de sub-ítem da Introdução, intitulada "La géographie physique dans la géographie".

* Prof. do Departamento de Geografia - UFPR. E-mail chico@atlas.geog.ufpr.br Rua Augusto Stelfeldt, 1274/14 - Bigorriho. 80430-140. Curitiba/PR. Fone: (041).225-6211

Tese: "Geografia Humana, Geografia Física"

A GEOGRAFIA FÍSICA NO LIMAR DO SÉCULO XXI: Discursos e Perspectivas.

João Lima SANT'ANNA NETO *

Introdução

O texto que ora apresentamos neste encontro, mais do que uma contribuição científica, pretende expor algumas idéias, o pensar em voz alta, fruto de nosso envolvimento com o ensino da Geografia por mais de duas décadas, metade destes no ensino de 10 e 20 graus. Procuramos refletir sobre os rumos, os discursos e as práticas de nossa ciência sem, entretanto, nos furtarmos de uma avaliação crítica e pessoal deste processo.

Para tanto, retomamos ao 30 Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Fortaleza, em julho de 1978 que, mais do que apenas outro dos tradicionais encontros da comunidade geográfica brasileira, pode (e deve) ser caracterizado como um grande divisor de águas nos rumos do pensamento/discurso e das práticas de nossa ciência.

O conflito teórico e metodológico que atingiu seu ponto mais sensível naquele encontro trouxe à luz uma insatisfação geral de nossa comunidade com o fato de que a pesquisa geográfica tornava-se desagregativa, conduzindo à fragmentação da análise (tanto nos diferentes ramos de investigação do "natural" e do "social" quanto, intrinsecamente, em cada abordagem particular: Climatologia, Geomorfologia; Geografia Urbana, Geografia Agrária), que muito contribuiu para a perda da compreensão global do mundo, visto cada vez mais sob uma ótica setorializada e individualizada.

Mas não foi apenas por esta insatisfação generalizada que se acentuaram os conflitos internos da Geografia de então, e sim pelos diferentes discursos e posturas teóricas, filosóficas e ideológicas, produzidos num momento histórico de renovação, em que a grande maioria dos geógrafos brasileiros clamavam por novas perspectivas e novos paradigmas na busca de uma ruptura com a Geografia Tradicional que não mais satisfazia e cujas lentes não mais permitiam que enxergassem o próprio objeto.

Tanto a influência marxista, que tardiamente encontrava eco na ciência geográfica, quanto os pressupostos do paradigma sistêmico, que alinhava seus primeiros seguidores através da abordagem quantitativa, foram os artífices da ruptura que levou a busca de novos rumos dos dois principais setores, ainda dicotômicos: a geografia humana e a geografia física.

Uma das questões fundamentais que se colocava no ceme

da discussão teórica e metodológica era a difícil tarefa de se encontrar uma ponte epistemológica que superasse a dicotomia natural - social ou Geografia Física - Geografia Humana, em função do reconhecido caráter de inter e multidisciplinaridade que permeia a nossa ciência.

Malgrado o radicalismo manifestado pelas partes envolvidas naquele histórico encontro, havia uma certa unanimidade quanto ao objeto da Geografia e sua posição no rol das ciências humanas. Entretanto, e como não poderia deixar de ser, daquele embate surgiu uma aglutinação em torno de um discurso hegemônico que, partindo de uma leitura econômica e sociológica, buscava a compreensão da organização e transformação do espaço pelo modo de produção, no qual as relações específicas do capital assumiam o papel mais relevante na análise geográfica.

Este discurso dominante, que viria a ser conhecido através da então denominada Geografia Crítica, acabou por provocar o êxodo dos principais núcleos e grupos de pesquisadores que norteavam suas investigações a partir do espaço físico/natural, ou seja, os ditos geógrafos físicos, que buscavam uma compreensão e entendimento da organização do espaço numa perspectiva genética, evolutiva e dinâmica da natureza e as derivações resultantes produzidas pela ação do homem.

Ora, os principais fóruns de discussão de nossa comunidade científica, principalmente aqueles organizados pela AGB, passaram a ser constituídos apenas por uma das vertentes do pensamento geográfico, pelo discurso dominante. O interessante é que isto ocorria no exato momento em que, de um lado, a Geografia Agebeana expurgava de seu contexto a paisagem, como categoria de análise, e o conceito de lugar e, de outro, se verificava, em escala mundial, uma revalorização dos estudos ambientais, através do reconhecimento dos problemas globais divulgados a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972.

Assim, os problemas e estudos ambientais deixaram de pertencer ao centro das preocupações da Geografia, disto decorrendo um enorme desprestígio da produção científica realizada por seus pesquisadores. Um dos resultados de todo este processo foi o gradual afastamento dos geógrafos especializados no estudo do espaço físico/ambiental da Geografia "Oficial" que culmina, em 1984, com a realização do 10 Simpósio de Geografia Física Aplicada, para onde passam a

convergir, em reuniões bianuais, os seus principais pesquisadores.

A este respeito, faço minhas as palavras de Monteiro (1990):

"... assumindo qualquer postura em considerar o lugar como organização pela sociedade, como produção pelas forças malignas do capitalismo ou benéficas do socialismo (que não elimina a degradação ambiental), ou como derivação antropogênica da natureza, malignamente conduzida pelo animal homem (numa visão de ecologismo ingênuo), para mim o que estará sempre em jogo será sempre o lugar (lugares do homem) e não a problemática interna e específica da organização social. O que é altamente discutível é que esta força, geneticamente importante e mesmo decisiva, venha a substituir o objeto dela resultante."

Mesmo considerando o lento, porém visível retorno de parte da comunidade dos geógrafos mais especializados na investigação do meio físico ao centro do debate sobre as questões metodológicas em geografia, ainda estamos distantes da possível e desejada aproximação. De qualquer forma, esta modesta contribuição individual pretende colaborar com o esforço coletivo de nossa comunidade na busca de soluções para a reunificação de nossos pares.

Geografia Física, Análise Ambiental e a Abordagem Geossistêmica

Pode-se definir o campo de ação da Geografia Física como o estudo do meio ambiente e/ou dos fatos naturais modificados pelo homem e relacionados com os fatos humanos. Cabe a este setor da Geografia realizar a ponte metodológica que une as esferas "humana" e "ambiental". Segundo Penteado-Orellana (1984), ela focaliza os fatos naturais, mas não de forma isolada, e sim em sua complexa rede de interações. Preocupa-se com as formas de manipulação do espaço e com suas reações a estas ações. Assim o estudo dos geossistemas numa ótica antropocêntrica seria a própria análise ambiental.

Sem pretender realizar uma exaustiva revisão da literatura, mas apenas inseri-la num contexto histórico, partimos da introdução da abordagem sistêmica nas ciências naturais por Haeckel em 1866, através da definição do termo ecologia (estudo das inter-relações dos organismos individuais e seu ambiente). Mais tarde, em 1877, Mobius redefine este conceito

propondo a inclusão dos aspectos funcionais da comunidade biótica.

Tanto Tansley (1935) quanto Troll (1939) perceberam a importância das relações quantitativas e qualitativas dos vários componentes do ecossistema e propuseram, no âmbito das Geociências, a ampliação e adaptação deste termo para o conceito de geocomplexo.

A penetração da Teoria Geral dos Sistemas no escopo da Geografia se deu ao final da Segunda Grande Guerra Mundial, à princípio vinculada, apenas, à Geomorfologia (Chorley, 1962 e outros) e, mais tarde, já nos anos sessenta, à Geografia Física através dos estudos integrados da paisagem propostos por Bertrand (1972), Klink (1981) e vários outros autores, principalmente europeus.

Nesta perspectiva, ao propor um modelo teórico para a análise da paisagem, a partir da abordagem geossistêmica, como fundamento de uma Geografia Física Global, Bertrand (1972), afirmava:

"O geossistema situa-se entre a 4a e a 5a grandeza tempo-espacial. Trata-se, portanto, de uma unidade dimensional... em cuja escala... se situa a maior parte dos fenômenos de interferência entre os elementos da paisagem e que evoluem as combinações dialéticas, as mais interessantes para o geógrafo."

Simultaneamente, tanto nos Estados Unidos (Schaeffer, 1953, Berry, 1972, Hartshorne, 1978, entre outros) quanto na ex-União Soviética (Kalesnik, 1958, Grigoriev, 1968, Gerasimov, 1970; Soctchava, 1972; Snytko, 1974), além da Alemanha (Haase, 1964, Müller-Wille, 1966; Klink, 1967; Martens, 1968), o apelo às necessidades voltadas ao planejamento e gestão do território implicou numa produção científica que incorporou o paradigma sistêmico na Geografia, tanto na definição de geocologia, do geocomplexo ou da regionalização natural.

A noção de paisagem e a abordagem sistêmica, pressupondo a integração dos ecossistemas numa concepção antropocêntrica, adquire uma nova dimensão desde a concepção da análise ecogeográfica proposta por Tricart (1982) e pelas considerações metodológicas de Bertalanffy (1973), com sua definição de geossistema,

"Geossistemas são uma classe peculiar de sistemas dinâmicos, abertos e hierarquicamente organizados" e que representam "... um complexo interativo de diferentes classes e sistemas com seus parâmetros espaciais, temporais e funcionais."

(Soctchava, 1977)

Aprofundando a questão, o estudo dos geossistemas pressupõe um método que trata as esferas geográficas (a física/ambiental e a sócio-econômica) de modo isonômico, privilegiando as suas inter-relações.

Através dos parâmetros naturais (sistemas atmosféricos, dinâmica terrestre, processos hídricos) e dos parâmetros antrópicos (estruturação urbana-industrial, sistemas agrários, dinâmica populacional) distribuídos na escala espacial (macro e meso estruturas), definem-se os regimes sistêmicos que pressupõem coeficientes de avaliação.

Como estes sistemas são dinâmicos, abertos, na escala temporal (processual) reconhecem-se os processos naturais derivados pela sociedade (incluindo aqui, a preservação, utilização e conservação dos recursos naturais) e os processos históricos de derivações da natureza (o modo de produção, o estágio de desenvolvimento e o grau de tecnificação) na análise rítmica e dinâmica que resulta numa proposta de ação: a prognose.

O reconhecimento e a avaliação do regime espacial (estruturas, cujos geossistemas podem estar em biostasia ou resistasia) e a prognose obtida através da instância temporal-processual (rítmos) pressupõe uma classificação hierárquica e funcional, numa perspectiva sistêmica, dotando a análise ambiental de um procedimento factível e viável para integrar e totalizar a noção de espaço geográfico, considerando suas esferas de conhecimento e privilegiando suas relações, e não os fenômenos intrínsecos de cada esfera em particular.

Caberia aqui uma indagação tão fundamental quanto complexa: por que a abordagem geossistêmica que se apresenta como uma tentativa viável de integrar as diferentes esferas do conhecimento que compõe a ciência geográfica, se tornou, a partir das últimas décadas, em principal paradigma da Geografia Física na análise do meio ambiente?

Antes de mais nada, é conveniente observar que, apesar de ser praticamente impossível encontrar uma síntese geral do espaço que respeite os limites próprios para cada ordem de fenômeno, como salientou Claval (1967), a delimitação espacial não pode ser considerada como um fim em si mesma, mas apenas como um meio de aproximação da realidade geográfica, como observou Bertrand (1972).

Assim, esta perspectiva está intimamente relacionada às escalas inferiores pois, é nesta escala que são verificadas a maior parte dos fenômenos de interferência entre os elementos da paisagem e cujas relações dialéticas apresentam as mais extraordinárias combinações no escopo da análise geográfica.

A recente literatura produzida no âmbito da Geografia Física, desde meados da década de 80, referencia e focaliza, em sua ampla maioria, a abordagem sistêmica à luz do paradigma geossistêmico como o método mais apropriado e capaz de dotar e instrumentalizar nossa ciência de um notável arcabouço teórico e metodológico.

O que nos propomos a discutir, entretanto, é até que ponto este claro posicionamento no que se refere à pesquisa em Geografia Física tem sido compreendido e aceito pela comunidade geográfica.

A Geografia Física: discursos e práticas

Um dos grandes problemas da aceitação da existência de uma Geografia Física entre nossos colegas reside no fato de que estaríamos realizando uma análise da paisagem/espaço/território descompromissada de seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Como se buscássemos de uma forma asséptica, uma neutralidade científica e uma pretensa despolitização do objeto.

De acordo com esta perspectiva crítica, temos sido acusados por nossos pares, com mais ou menos propriedade, de que o problema da Geografia Física seria decorrente de uma crise conceitual, dos paradigmas com que operamos nossa leitura de mundo (Moreira, 1991), ou ainda do despreendimento dos fenômenos naturais da organização social e econômica (a tal da "Geografia (des)Humana").

Entretanto, há que se destacar que a Geografia Física tem um papel muito claro e específico no conjunto das ciências geográficas, como já observamos anteriormente. Se este papel não satisfaz uma parcela dos geógrafos, a crise a eles pertence pois, para a grande maioria dos profissionais que se dedicam a esta vertente do conhecimento, esta problemática já foi superada.

Sob esta ótica, seria pertinente exigir que a análise geográfica produzida pelos pesquisadores especializados na investigação da vertente social não desprezassem completamente as interferências introduzidas pelos fenômenos ambientais na produção do espaço (como os estudos de Geografia Urbana, por exemplo, que se resumem à compreensão da motivação, circulação e inserção do capital sobre um espaço

completamente abstraído de sua base territorial/ambiental - sem chão, sem céu, sem ar), de tal sorte que, nesta hipótese, não seria leviano considerá-los realizadores de uma "Geografia (des)naturada". Como se nota, não se trata de uma crise da própria Geografia Física, mas sim, uma pretensa crise à ela imputada, por divergências de posturas teóricas daqueles que, não compartilhando do modo como esta vem se desenvolvendo, exprimem o que desejariam que fosse a Geografia Física. Trata-se, portanto, de discursos e de retóricas, que não podem ser levadas ao extremo da imposição de verdades absolutas.

Assim, exteriorizamos também nossa preocupação com os rumos de uma perceptível desagregação do objeto da Geografia, tanto em função do grau de especialização que algumas áreas do conhecimento têm adquirido nas últimas décadas, quanto ainda do frágil diálogo entre o "físico" e o "humano" em nossa ciência, que coloca em perigo a própria sobrevivência da Geografia. Afinal, a quem interessa a sua fragilização?

A grande dificuldade epistemológica com que nos defrontamos é a de construir uma teoria que dê conta de ultrapassar o conflito metodológico dado pelas relações natureza/sociedade. Devemos transformá-la em nosso grande trunfo e em nossa reafirmação no rol das ciências.

Não creio que o sociologismo engajado, nem o ecologismo determinista tenham algo a nos oferecer. Se não tivermos a capacidade de produzir ciência de qualidade, crítica, competente e necessária, afinada com os anseios democráticos e renovadores da sociedade, corremos o risco de ser absorvidos por outros ramos da ciência, banidos por incompetência e extintos por seleção natural.

Referências

- BERRY, B.J.L.** Um paradigma para a Geografia Moderna. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 34(3):3-18, 1972.
- BERTALANFFY, L.** von Teoria geral dos sistemas. Petrópolis, Ed. Vozes, 1973.
- BERTRAND, G.** Paisagem e Geografia Física Global. Cadernos de Ciências da Terra, São Paulo, USP/Igeog, 13, 1972.
- CHORLLEY, R.J.** Geomorphology and general systems theory. United States Geological Survey, Washington, 1962.
- CLAVAL, P.** La division regionale

de la Suisse. Rev. Geogr. de L'Est, 83-94, 1967.

GRIGORIEV, A.A. The theoretical foundations of modern physical geography. In: The Interaction of Sciences in the Study of the Earth, Moscou, 1968.

HARTSHORNE, R. Propósitos e natureza da Geografia. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1978

KLINK, H.J. Geocologia e regionalização natural. Biogeografia, São Paulo, USP/Igeog, 17, 1981.

MONTEIRO, C.A. de F. A Geografia no Brasil (1934 - 1977): avaliação e tendências. In: Série Teses e Monografias São Paulo, USP/Igeog, 37, 1980.

MONTEIRO, C.A. de F. Entrevista. In: Geosul, Florianópolis, UFSC, 9:124-139, 1990

MOREIRA, R. O conceito de natureza na Geografia Física. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, 13:67-113, 1991

SANT'ANNA NETO, J.L. A abordagem sistêmica nas relações sociedade natureza. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, 13:61-6, 1991.

SCHAEFER, F.K. Exceptionalism in Geography: a methodological examination. Annals, Association of American Geographers, XLIII:226-49, 1953.

SNYTKO, V.A. About temporal spatial models of natural regimes in geosystems. In: Reports of the Institute of Geography of Siberia and the Far East, USSR, 45:12-19, 1974.

SOCTCHAVA, V.B. To the theory of classification of geosystems with terrestrial life. In: Reports of the Institute of Geography of Siberia and the Far East, USSR, 34:3-14, 1972.

SOCTCHAVA, V.B. O estudo dos geossistemas. Métodos em Questão, São Paulo, USP/Igeog, 16, 1977.

TRICART, J. Paisagem e Ecologia. Inter-Fácies, São José do Rio Preto, UNESP/IBILCE 76, 1982.

— Contribuição científica apresentada nos anais do I Simpósio de Geografia Física Aplicada, inserida no Boletim de Geografia Teórica, 15(29-30), Rio Claro, 1984.

— Citados por Hans Klink in: Geocologia e regionalização natural. Biogeografia, 17, USP/Igeog, São Paulo, 1981.

— Citados por Hans Klink, idem.

— Sant'Anna Neto in: A abordagem sistêmica nas relações sociedade-natureza. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, 13:61-66, 1

*Prof. Depto de Geografia Universidade Estadual de Maringá - UEM. Av. Colombo, 5.790 - Campus Universitário - CEP 87020-900 - Maringá - PR, Brasil - Tel: (044) 226-0963 - Fax: (044) 261-4290 - E-mail: joalima@wnet.com.br

Tese:

"Desregulação Profissional das Relações de Trabalho"

A Flexibilização da Formação (Qualificação) Profissional: A Reforma do Ensino Técnico

Sonia Morandi *

Escrever sobre formação profissional, na conjuntura atual, é tarefa complexa. As transformações do regime de acumulação do capital e da tecnologia afetam, de um modo geral, todos os aspectos da vida, colocando novas questões para o trabalho e para a qualificação e a formação profissional.

O presente texto pretende retratar o panorama geral dessas transformações e as dificuldades e desafios que a formação profissional vem enfrentando.

O fenômeno da globalização da economia e as inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas nos processos produtivos vêm desencadeando profundas transformações no mundo do trabalho repercutindo no sistema educacional em geral e na formação profissional em particular.

Embora seja possível estabelecer uma relação direta entre as novas tecnologias (progresso técnico) e as mudanças nos conteúdos, processos de trabalho e qualificação profissional, estas por si só não dão conta de explicar as determinações através das quais novos atributos são requeridos na formação/qualificação dos trabalhadores originando novas demandas profissionais.

Na verdade, as demandas por inovações tecnológicas e novas qualificações profissionais têm origem nas crises do modelo de acumulação capitalista taylorista/fordista. Segundo Ferreti: 1997:228 "é importante considerar que o movimento de continuidade/ruptura entre o taylorismo/fordismo e o paradigma toyotista se, de um lado, apoia-se na ciência e na tecnologia disponíveis e no desenvolvimento de estágios mais avançados das mesmas, tem sua origem, basicamente, nas crises recentes de acumulação capitalista, associadas à corrosão do Estado do Bem-Estar Social e à resistência organizada dos trabalhadores à produção fordista, agravada pela crise energética do

início dos anos 70".

De fato, a crise do modo de regulação fordista de produção e a transição para o chamado modelo flexível de acumulação capitalista é que têm imposto mudanças nos conteúdos e processos de trabalho com desdobramentos sobre a qualificação profissional.

O padrão de acumulação fordista formulado para a produção em massa de mercadorias e baseado na automação rígida como a linha de produção orienta a produção em massa de produtos homogêneos. O objetivo de uma economia em escala pressupõe que, quanto maior a produção, menor serão os preços por unidade produzida, orientando uma concorrência via preços. Portanto, a busca contínua da concorrência entre capitalistas induz a redução dos preços das mercadorias. Para tanto, as bases técnica e organizacional das empresas estiveram até então conectadas com a lógica funcional do sistema: estrutura de equipamentos fordista caracterizada pela linha de produção com "máquinas rígidas" e nos postos fixos de trabalho: "trabalhadores rígidos", executando as mesmas tarefas repetitivamente.

Entretanto, a partir dos anos 70 inicia-se uma mudança na forma de concorrência entre capitalistas. Esta passa a ocorrer via diferenciação de produtos, visando atender as mais diferentes demandas e estilos de vida. Esta nova forma de produzir acarreta uma desconexão entre a economia em escala até então vigente e, agora, a de diferenciação de produtos. A concorrência via diferenciação de produtos coloca em xeque a estrutura de equipamentos fordista, ou seja, a base técnica produtiva rígida não é mais adequada a esta nova forma de concorrência, gerando por conseguinte, a queda da produtividade¹.

Isto posto, cabe agora entender qual o papel atribuído aos trabalhadores no processo de reestruturação produtiva e a implantação do modelo flexível de produção, seja no setor produtivo ou no setor de serviços.

Paradoxalmente, os novos paradigmas flexíveis em

processo de implantação nas grandes empresas destacam os "novos trabalhadores flexíveis" e multifuncionais como elemento fundamental para a realização e obtenção de maior produtividade e melhores condições de competitividade no mercado globalizado. O trabalhador multifuncional, também denominado por alguns autores polivalente se caracteriza pela execução de um conjunto de tarefas na nova organização produtiva, diminuindo o "tempo ocioso" ou a chamada porosidade do trabalho. Dito de outra forma, a multifuncionalidade, entendida como um conjunto de capacidades que possam enfrentar a complexidade e a imprevisibilidade do novo modo de produzir.³ Neste sentido, os novos paradigmas colocam em xeque a formação do trabalhador que atua no posto fixo de trabalho, qualificado formal ou informalmente, e mais, requer a partir de agora atributos pessoais (competências)³ antes pouco priorizadas/requisitadas pelas empresas. Nota-se com mais frequência a tendência ao aumento do nível de qualificação profissional a partir da introdução das inovações tecnológicas, implicando maior grau de escolaridade e treinamento, novas habilidades, novos conhecimentos e atitudes.

Pesquisa realizada por Elenice Monteiro Leite no setor metalmeccânica realizada em 1988/89 em âmbito nacional, com 132 empresas líderes, destaca os seguintes atributos que passam a ser valorizados:

Empresas líderes: impactos das inovações sobre a qualificação e atributos/conhecimentos relevantes
Atributos mais relevantes

- raciocínio lógico
- aspiração, ambição profissional
- capacidade de aprender novas qualificações
- identificação com os objetivos da empresa
- conhecimento técnico geral
- habilidade para manutenção
- responsabilidade no processo de produção
- facilidade de relacionamento em vários níveis
- iniciativa para resolução de problemas
- comunicação escrita
- concentração
- coordenação motora, destreza manual
- disciplina

- comunicação verbal

Fonte: LEITE, Elenice Monteiro. Reestruturação produtiva, Trabalho e Qualificação no Brasil. In: Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. Bruno, Lúcia (Org.), SP, Atlas, 1996. pp. 160

Empresas da metalmeccânica: impactos das inovações sobre a qualificação
Atributos que passam a ser valorizados

- responsabilidade
- interesse em aprender
- agilidade de raciocínio
- facilidade de relacionamento
- espírito de equipe
- calma, estabilidade emocional
- cuidado e atenção
- criatividade e lealdade
- iniciativa e dinamismo
- organização no trabalho

Fonte: LEITE, Elenice Monteiro. Reestruturação produtiva, Trabalho e Qualificação no Brasil. In: Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. Bruno, Lúcia (Org.), SP, Atlas, 1996. pp. 160

"Qualificação passa a definir-se menos como estoque de conhecimentos/habilidades, mas sobretudo como competência ou capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis. O desempenho e a própria produtividade global passam a depender em muito dessa capacidade e agilidade de julgamento e de resolução de problemas" (Leite:1996).

Os atributos elencados acima e demandados pelas empresas permitem avaliar as atitudes e comportamentos considerados necessários tanto para operar os novos equipamentos produtivos, como para se adaptar às novas formas de organização do trabalho. A ênfase passa a ser dada ao trabalho de equipe e à responsabilidade coletiva pela execução das atividades. Assim, o trabalhador moldado pelo modelo fordista/taylorista não mais convém ao sistema e passa a ser questionado e desqualificado pelo "novo" paradigma de organização produtiva.

Por conseguinte, o problema emergente a ser enfrentado pelas empresas é: como preparar os recursos humanos adequados às novas competências demandadas pelas inovações introduzidas no setor produtivo (e também no setor

serviços) de modo a permitir enfrentar a competição entre capitalistas no mercado internacional? Ferretti:1997:230, nos sugere: (...) "a questão crítica que se põe hoje para o mundo empresarial, do ponto de vista dos seus recursos humanos, diz respeito ao desenvolvimento das competências a curto prazo (para os trabalhadores que estão na ativa) e a longo prazo (formação de mão de obra futura). No primeiro caso, a empresa tende a desenvolver uma pedagogia interna, associando o setor de recursos humanos ao da produção. No segundo, volta-se basicamente para dois sistemas, já organizados: a) a formação profissional, via agências articuladas e/ou subvencionadas pelo empresariado; b) os sistemas educacionais regulares, tentando interferir nos rumos que o ensino, em geral, e o público, em especial, possam assumir. Nesse sentido, sob a égide da qualidade total e em nome da competitividade (...) buscam instrumentalizá-los, articulando-os a seus objetivos".

A questão da formação profissional no Brasil e a reforma do ensino técnico

Nos anos 90 as empresas do setor produtivo mais moderno da economia brasileira, pressionadas pela competição internacional se vêem obrigadas a adequar-se aos "novos" paradigmas produtivos. A necessidade de garantir maior produtividade para competir no mercado global leva as empresas a introduzirem novas formas de gestão e organização do trabalho no chão da fábrica bem como a adoção de novas tecnologias.

Considerando a urgência e a necessidade de formação de recursos humanos mais preparados para operarem os novos equipamentos e as novas formas de gestão do trabalho, trava-se um intenso debate em torno da questão da qualificação profissional e da educação no país, enfocando principalmente a educação básica.³ O Ministério da Educação e Cultura e Ministério do Trabalho elaboram juntos uma proposta de política para a educação profissional e apresentam o documento Reforma do ensino técnico (Brasil. MEC/MTb 1996). Este documento dá origem ao projeto de lei 1.603/96 que propõe a flexibilização da educação profissional e a separação entre a formação geral e a formação profissional. O anteprojeto de lei retirado do Congresso Nacional é substituído pelo decreto nº 2.208/97 do governo federal (17/04/97). Este regulamenta os objetivos, os níveis, a formulação dos currículos e a certificação da educação profissional

De acordo com a nova legislação, a partir de 1998, a formação profissional passa a ser oferecida em três níveis:

- a) **Básico**: para o trabalhador em geral, jovem e adulto, independente de escolaridade alcançada. O objetivo desta modalidade de ensino é o de qualificar, requalificar jovens e adultos em qualquer nível de escolaridade;
- b) **Técnico**: para alunos cursando ou egressos do ensino médio ou superior. Seu objetivo é o de formar técnicos de nível médio;
- c) **Tecnológico**: para alunos egressos do ensino médio e técnico. Seu objetivo é formar tecnólogos (nível superior).

O ensino técnico passa a ter um caráter complementar ao ensino médio, extinguindo, conseqüentemente, o modelo de ensino integrado até então vigente. Os currículos passam a ser estruturados por áreas e setores da economia e a orientação é a de que devem ser organizados preferencialmente em módulos, estes constituídos por um conjunto de disciplinas ou conteúdos articulados. O MEC estabelecerá os parâmetros curriculares nacionais (conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas), compondo o correspondente a 70% da organização curricular e os outros 30% são constituídos por disciplinas escolhidas livremente e a critério da instituição de educação profissional. Na concepção da proposta, a educação profissional conduzirá o aluno ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva.

Na verdade, ao determinar a separação formal do ensino regular propugnando uma "organização curricular própria e independente do ensino médio" elimina do currículo as disciplinas de formação geral e aniquila a possibilidade de construção de uma educação integral para a formação de uma cidadania plena, comprometida com a formação da pessoa, além de comprometer irremediavelmente experiências em curso de projetos interdisciplinares⁵ envolvendo disciplinas da área técnica e de formação geral.

Contudo, para o MEC, a fragmentação do ensino técnico e a oferta somente da parte específica ou técnica dos cursos significa o atendimento do anseio de uma

demanda que deseja efetivamente preparar-se para o mercado de trabalho, permitindo, desta maneira, ampliar a oferta desta modalidade de ensino.

As estimativas do IBGE indicam que 70% da PEA começa a trabalhar antes dos 14 anos, exercendo uma forte pressão para o aumento da oferta pelos cursos noturnos, portanto, a reestruturação do ensino técnico, para essa clientela, representa uma dificuldade adicional, uma vez que só poderão frequentar o curso técnico após os três anos de ensino médio.

Na verdade, a política governamental de educação profissional reduz esta modalidade de ensino aos interesses das demandas do mercado de trabalho, adaptando-a às novas necessidades ocupacionais. A visão pragmática da reforma reduz a educação profissional ao desempenho técnico, desconsiderando a formação para uma cidadania plena circunscrita à aquisição de habilidades intelectuais e a difusão dos fundamentos científicos e tecnológicos necessários ao entendimento e a atuação autônoma do trabalhador, como afirma Neves: 1997: 88 – “o resgate da qualificação, entendido como recuperação e valorização da competência profissional do trabalhador, não é, contudo, apenas uma questão de desempenho técnico. Envolve também uma dimensão da cidadania, que extrapola os muros da empresa: ler, interpretar a realidade, expressar-se verbalmente e por escrito, lidar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupos na resolução de problemas – tudo que se define como perfil de trabalhadores em setores de ponta tende a tornar-se requisito para a vida na sociedade moderna. Se o mercado exige empresas competitivas, a sociedade também exige cidadãos competentes.

Assim, a implantação da reforma da educação profissional, explicitada no documento Educação profissional – um projeto para o desenvolvimento sustentado da SEFOR/MTb, mostra-se limitante quanto aos conteúdos, subordina a educação profissional às exigências do mercado e reforça ainda mais a dicotomia entre teoria e prática.

Em absoluta concordância com as transformações que ocorrem no mundo do trabalho, as políticas públicas de educação colocam o ensino profissional a reboque das necessidades da racionalidade produtiva, aligeirando-o e

calibrando-o com o mercado de trabalho, como forma de viabilizar o acesso a alguma ocupação. Se por um lado a flexibilização dos cursos de formação profissional permite uma constante atualização de sua oferta, por outro, coloca-o numa posição de subordinação às necessidades do mundo econômico. Neste contexto, a escola técnica é reduzida a oferecer uma qualificação técnica específica, stricto sensu, atrelada às demandas do mercado.

Assim, novas questões se colocam à educação, novas demandas são feitas às escolas técnicas e às agências de formação profissional, e novas proposições são elaboradas para supri-las. Dentre alguns aspectos, destacam-se os seguintes:

- a ênfase nos recursos humanos como “peças-chave” para o crescimento econômico;
- a revalorização da educação geral, pois se acredita que é ela que irá fornecer nos novos atributos cognitivos, comportamentais e atitudinais requeridos pela produção;
- a necessidade de as escolas responderem ágil e flexivelmente para o fornecimento desse novo tipo de profissional requerido em nome da competitividade, da produtividade e da qualidade;
- a necessidade de as escolas também formarem ágil e flexivelmente para a “empregabilidade”, ou seja, formar indivíduos flexíveis e aptos para se integrarem a um mercado de trabalho competitivo e em constante mudança.

Tais proposições são também recomendações elaboradas pelos organismos internacionais para a reformulação da educação geral e da formação profissional, particularmente do Banco Mundial, assegurada através de financiamento entre Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Banco Interamericano de Desenvolvimento (MEC/MTb/BID), visando à ampliação da oferta de vagas e uma diversificação de educação profissional.

As propostas elaboradas pelos organismos internacionais recomendam que a educação geral deve ser realizada pelo sistema público de ensino propedêutico, menos flexível, enquanto que a formação profissional, mais ágil e flexível, responde mais eficientemente às demandas da produção. Atribuem à educação básica de boa qualidade a responsabilidade de criar condições para o país enfrentar com sucesso a competitividade global

contribuindo, sobretudo, para o desenvolvimento econômico.

Convém ressaltar que, embora a educação de boa qualidade seja um fator relevante para o desenvolvimento econômico, ela, por si só, não garante ganhos de inserção e renda. Somente uma política de geração de emprego e renda, aliada a um amplo projeto educacional é que permitirá, em alguma medida, reverter o quadro perverso de recessão e exclusão social a que estamos submetidos.

Entretanto, a reestruturação do ensino profissional implementada pelo governo, revaloriza a educação como remédio para resolver todos os males da sociedade, instrumentando-a para a formação de recursos humanos supostamente demandados pelos setores modernos da economia nacional.

Diante dessas reformulações, deve-se indagar: como articular o papel da educação profissional com o conceito mais amplo de qualificação do trabalhador, entendida nos seus aspectos políticos, sociais e culturais?

Referências Bibliográficas

- A Nova LDB na avaliação do fórum nacional em Defesa da escola pública. Universidade e Sociedade (São Paulo) , n. 13, junho, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação/Ministério do Trabalho/Sefor. Política para a Educação profissional-cooperação MEC/MTb, Brasília, 1995.
- BRASIL, Ministério do Trabalho/Sefor. Educação profissional. Um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília, 1995.
- BRASIL, Ministério do Trabalho/Sefor. Habilidades, uma questão de competências? Brasília, 1996.
- CASALI, Alípio e outros (org.) Empregabilidade e Educação SP, EDUC, 1997.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio e Ensino Profissional: da fusão à exclusão. Texto mimeo, 1997.
- FERRETI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. Campinas. Revista Educação e Sociedade, n.59, agosto, 1997.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna, S. Paulo, Loyola, 1992.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Globalização e Educação: novos desafios. Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, SP, Águas de Lindóia, 1998 (vol.1).
- LEITE, Elenice. El resgate de la calificación. Montevideo. Cinterfor, 1996.
- _____. Educação profissional no Brasil: construindo uma nova institucionalidade. Texto mimeo, 1996.
- MARKERT, Werner (org.) Formação profissional no Brasil, RJ, Ed.

Paratodos, 1997.

METO, Sebastião Lopes, FRIEDMANN, Gustavo Codas. A reestruturação capitalista e flexibilização trabalhista: a combinação de “modernidade” e barbárie no Brasil dos anos 90. Mimeog, 1998.

MORAES, Carmem V. Sylvia. A reforma do ensino médio e a educação profissional. S. Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1998 (mimeog.).

_____. Ensino Médio e Qualificação Profissional: Uma Perspectiva Histórica. Em Bruno, L.(org.) Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo, SP, Atlas, 1996.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Brasil ano 2000. Uma nova divisão de trabalho na educação. RJ, Papéis e Copias de Botafogo, 1997.

TANGUY, Lucie e ROPÉ, Françoise. Saberes e competências, Campinas, Papirus, 1997.

* Professora Responsável pelas disciplinas Geografia e Tecnologia e Meio Ambiente e Projetos Institucionais no Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”- São Paulo.
(e-mail morand@uol.com.br)

¹ A análise desenvolvida sobre as transformações na acumulação capitalista está apoiada em Antônio José Corrêa do Prado, da diretoria do DIEESE. Palestra apresentada no curso de Pós-graduação da Faculdade de Educação da USP, em 23/04/98.

² O conceito de qualificação vem sendo substituído pelo conceito de competência. Surgido em meados dos anos 80, na França, oriundo do discurso empresarial. Sobre isto ler Lucie Tanguy: Saberes e competências e H. Hirata: Da polarização das qualificações ao modelo de competência.

³ Educação básica constituída por: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio(LDB nº 9.394 de 20/12/96 -

⁴ Várias experiências de construção curricular vêm sendo desenvolvidas na Coordenadoria do Ensino Técnico do CEETEPS, envolvendo as escolas técnicas do Estado de S. Paulo. Projetos como: Metodologia para o Ensino Técnico, Projeto Interdisciplinar São Bernardo, Projeto Interdisciplinar Bacia do Rio Tietê dentre outros são, a partir da implantação da reforma, desenvolvidos preponderantemente por alunos remanescentes do antigo Ensino Técnico e do atual Ensino Médio oferecido pela Instituição.

Tese: "Desregulação Profissional e das Relações de Trabalho"

Desregulamentação do Trabalho e das Relações Sociais
Marcelo Dornelis Carvalho*

INTRODUÇÃO

Para iniciarmos a abordagem do processo de desregulamentação da legislação trabalhista e flexibilização das relações de trabalho é necessário contextualizarmos a emergência de tais estratégias, como estratégias do capital na tentativa de superação dos limites impostos pelas conquistas sociais ao incremento da acumulação capitalista.

Assim poderemos apreender minimamente o movimento contraditório das lutas entre capital e trabalho, redefinidoras da territorialidade assumida enquanto mecanismos regulatórios das relações de trabalho, que se definem nas circunstâncias conjunturais da luta de classes e que portanto, se fazem necessários como exercícios e a práxis geográfica, para elaborarmos um discurso que no mínimo dê conta do movimento de nossa sociedade.

Dessa forma, iniciaremos o presente texto resgatando brevemente o surgimento dos mecanismos de regulação das relações de trabalho, cuja implementação deveu-se às circunstâncias históricas do conflito de classes, em que um de seus resultantes se apresentaram como Estados de bem-estar social, na Europa Ocidental mais explicitamente.

Em seguida trataremos das recentes transformações no mundo do trabalho, destacando particularmente a reestruturação produtiva, pois é no contexto de reorganização do processo produtivo que as desregulamentações do trabalho emergem como estratégias de flexibilização das relações trabalhistas, de forma a ampliarem os instrumentos de exploração da força de trabalho e de desmobilização do operariado.

Posteriormente buscaremos elucidar algumas relações estabelecidas entre a

estrutura sindical e a crise de representatividade sindical com a ofensiva desregulamentadora incentivada pelo Estado, demonstrando o que poderíamos chamar de "desregulamentação seletiva", já que o Estado neoliberal não é o Estado ausente do controle social, portanto mantêm-se na proposta governamental mecanismos de controle do movimento organizado dos trabalhadores. Além disso pretendemos ponderar algumas questões que se delineiam no horizonte estratégico de luta do operariado, em virtude das dificuldades e hesitações do sindicalismo brasileiro em face dos reordenamentos jurídico-institucionais da estrutura sindical.

A CRISE DO ESTADO REGULADOR E A CRISE DO CAPITAL

O modelo fordista de acumulação, cuja característica básica e a forte regulação estatal, vem sofrendo vários reveses, do qual cabe destacar a destruição de um projeto social de negociação coletiva entre Estado, empresários e trabalhadores, que logrou nesse período forjar uma regulamentação social, cuja explicitação mais precisa foram os Estados de bem-estar social existentes principalmente nos países da Europa Ocidental, em que se apresentava a necessidade de uma pactuação social como forma de apaziguar os conflitos entre empresários e trabalhadores, num cenário de conflitos ideológicos polarizados no contexto da guerra fria.

Uma das formas assumidas por essa forte regulamentação é a legislação trabalhista em cuja tessitura consolidou-se o contrato coletivo de trabalho como mecanismo de negociação do capital e do trabalho, cujo resultado concreto foi o aumento da participação dos trabalhadores sobre as relações de trabalho, mais especificamente quanto à admissão e estabilidade no emprego, determinação da jornada de trabalho, tendência à padronização salarial, e introdução de novas tecnologias e alteração no processo produtivo.

Esse processo de consolidação mais explícita na Europa Ocidental, constituiu-se em referencial de significativos setores do movimento sindical brasileiro que buscaram durante todas as décadas de

80 e 90 a efetivação de uma maior democratização das relações de trabalho, com ampliação da participação dos sindicatos na gestão do trabalho. Isso foi em parte abortado com a inclusão a partir do início da década de 90 do receituário neoliberal para combater os desajustes econômicos do país expresso principalmente nas altas taxas inflacionárias, em que um de seus itens é a implementação da desregulamentação do trabalho como mecanismo de flexibilizar as relações de trabalho, dotando as empresas brasileiras de instrumento de adaptação do seu contingente de empregados às flutuações do mercado supostamente internacionalizado, com isso aumentando a exploração do trabalho e precarizando o mercado de trabalho com a contratação temporária e legalização do mercado informal.

Porém recolocando a crise vivenciada pelo capital num outro patamar, ou seja, encarando-a como uma crise que apresenta características de esgotamento do sistema é que podemos vislumbrar o entendimento do caráter extremamente repressivo em que as novas relações de trabalho, e de forma geral o novo "modelo" de sociedade, estão sendo efetivadas, negando a disposição negociadora que permeiou os atores envolvidos na construção do Estado do bem-estar social na Europa Ocidental.

Exemplo claro disso foram as câmaras setoriais, ou seja, enquanto a negociação era uma alternativa eficaz para a manutenção das tensões em níveis aceitáveis as câmaras setoriais foram instrumento incentivado pelo Estado e pelo empresariado, porém quando se colocou a perspectiva de desregulamentação e desmantelamento dos escassos direitos sociais no Brasil, o próprio Estado diante da perspectiva de resistência e de utilização das câmaras setoriais como mecanismos de pressão dos trabalhadores, o governo brasileiro apressou-se em relegá-la a um plano eminentemente figurativo, restringindo as negociações às empresas e o governo.

Portanto a crise de representação sindical, que muitos autores colocam-na apenas na perspectiva da extinção de uma utopia socialista precisa

ser repensada sob o risco de cometermos o equívoco de responsabilizarmos os sindicatos por uma crise que se situa por um lado nas transformações que estão ocorrendo na estrutura do emprego e de outro na forte ofensiva ideológica burguesa, que proclama a individualização das ações e conseqüente extinção da representatividade coletiva.

As questões desta-cadas acima revelam-se particularmente importantes, pois alguns aspectos da desregulamentação em pauta apontam por um lado para um afastamento do Estado da regulação do conflito capital x trabalho, e por outro reforça o poder repressivo do Estado sobre o movimento organizado dos trabalhadores ao manter sob bases bastante restritivas o direito a greve, com uma draconiana lei de greves, por exemplo.

Tal caráter eminentemente repressivo que vem caracterizando as transformações na economia capitalista, só pode ser entendido no contexto da crise estrutural vivenciada pelo capitalismo.

Essa crise fez com que o capital implementasse transformações visando reverter a tendência histórica de queda da taxa de lucro, isso implicou em inovações no processo produtivo, adotando-se o modelo japonês como novo paradigma, cujo enraizamento precisa ser interpretada como o resultante particular do conflito de classes que é constantemente redefinido, tendo-se como elemento hegemônico o capital, que portanto lança mão de instrumentos de legitimação de sua dominação através de sua propaganda e do aparato legal, do qual podemos destacar no momento a ofensiva sobre a regulamentação trabalhista e social.

Dois aspectos assumem particular importância no bojo dessas transformações com implicações diretas nas redefinições do conflito capital x trabalho, substanciadas no reordenamento territorial da sociedade capitalista: a livre circulação do capital entre as nações e a reestruturação produtiva. A primeira envolve principalmente a eliminação de barreiras à livre circulação do capital, permitindo às grandes

empresas que se localizem ou se realoquem nos lugares onde lhes é mais rentável, ganhando um instrumento estratégico muito importante para a manutenção ou crescimento de sua taxa de lucro, com o achatamento sindical, através da utilização do exército industrial de reserva, agora em escala quase mundial.

Quanto à automa-tização precisamos inverter a interpretação corriqueira de que é derivada de uma revolução técnico-científica, pois na verdade é a própria necessidade do capital de superar sua crise que fomenta a adoção das inovações no processo produtivo, como aponta COGGIOLA: "Esse processo não deriva de uma 'revolução técnico-científica' mas da própria crise do capital, e da tentativa de sair dela através do aumento da sua composição orgânica, para aumentar a taxa de mais-valia"²

Portanto, as condições objetivas da precarização das relações de trabalho devem ser buscadas na crise vivenciada pelo modo de produção capitalista e não nos efeitos que ela causa, já que antes de tudo é a busca incessante pela ampliação da mais-valia expropriada dos trabalhadores que motivou os capitalistas a implementarem uma série de mudanças no processo produtivo que aumenta a produtividade do trabalho, através da intensificação da exploração do trabalhador, necessitando para tanto de uma legislação trabalhista "flexível" para exercerem de forma autoritária a gestão das relações de trabalho.

De forma geral a reforma das relações de trabalho desejada pelo Estado e pelo capital apontam para a fragmentação das negociações coletivas, deslocando do nível macro dos ramos industriais para o nível micro das fábricas a negociação das relações de trabalho, assumindo portanto as empresas o papel de locus gerador das novas relações de trabalho, devido à pulverização da representação sindical e o afastamento do Estado de suas atribuições regulatórias.

DESREGULAMENTAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL

Dessa forma

coaduna-se com a estratégia capitalista a estrutura sindical brasileira para formarem um quadro de grandes desafios colocados para as lideranças sindicais que procuram garantir a legitimidade da representação sindical, pois considerando-se a heterogeneidade de concepções e ações no movimento sindical brasileiro em um momento histórico de forte ofensiva ideológica do capital, tem-se que os antagonismos presentes no seio do sindicalismo são elementos primordiais para sua compreensão em conjunto com o entendimento de que é um movimento social cuja singularidade está na existência de todo um regramento jurídico, que prevê desde a criação dos sindicatos até a sua organização interna, definindo dessa forma os limites da ação sindical, em especial para nós geógrafos, as implicações das limitações na territorialidade do conflito capital x trabalho.

As inúmeras vicissitudes existentes no sindicalismo brasileiro ganham maior relevância neste momento em que novos desafios são colocados, sem que se tenha superado velhos obstáculos à inserção dos sindicatos como integradores do coletivo dos trabalhadores, lembrando que durante o "renascimento sindical" da década de 80, a perspectiva adotada enquanto paradigma de relações de trabalho estava centrada no modelo europeu do welfare state, que antes mesmo de consolidar-se no Brasil, foi considerada obsoleta e ultrapassada pelo governo e empresariado brasileiros, que colocaram como novo paradigma de relações de trabalho o modelo "desregulamentado" e "flexível" receitado pelo Banco Mundial e FMI.

A estrutura sindical ao ser definida pela outorga do Estado, cria o vínculo que permite o controle da burguesia, através do governo, pois a própria sobrevivência financeira do sindicato é determinada pela contribuição compulsória, que só pode ser cobrada, quando o sindicato está legalizado, não precisando ser necessariamente legitimado pelos trabalhadores, portanto a burguesia, através do Estado pode inviabilizar a existência de determinado sindicato, ou dificultar-lhe a ação, tornando-o ilegal e não sendo-lhe imputado o direito de arrecadar a contribuição compulsória.

Assim a pro-posta existente de extinção da contribuição compulsória, nos marcos da

estratégia de desregulamentação adotada pelo governo FHC, assume aparentemente uma situação paradoxal, pois por um lado "liberta" o sindicalismo da outorga estatal para sua sobrevivência financeira e por outro, sabendo-se que a grande maioria dos sindicatos não lograram legitimar-se em suas bases a ponto de manterem-se independentes financeiramente da contribuição compulsória terão sua existência ameaçada o que aumentaria a desmobilização dos sindicatos.

Temos ainda a prerrogativa por parte do Estado, de delimitar territorialmente a atuação de cada sindicato, além de determinar a representação categorial de cada sindicato, coexistindo a fragmentação territorial com a fragmentação categorial, previamente definidas pelo Estado, sendo freqüente a existência numa mesma empresa de diversos sindicatos (muitos dos quais com posicionamentos políticos antagonicos) e cada categoria tendo data-base diferente, dificultando ações coletivas dos trabalhadores. A esse respeito acena-se com o fim da unicidade sindical, ou seja, o sindicato único por categoria, delimitado territorialmente pela divisão municipal, não teriam mais o monopólio da representação sindical. Isso significa para a grande maioria dos sindicatos a possibilidade de aumento da fragmentação, com a existência de vários sindicatos num mesmo município.

Se é verossímil que aumente a fragmentação e a fragilidade do movimento sindical, o fim da unicidade sindical representaria também o fim da ingerência do Estado sobre a delimitação territorial dos sindicatos, cabendo verificar como será o comportamento das lideranças sindicais nesse processo, se manterão o corporativismo categorial e o sectarismo, ou se caminharão para formas mais elaboradas de organização, preservando as demandas dos trabalhadores da base com uma estrutura organizativa ampla, porém desburocratizada.

O corporativismo clássico dos sindicatos, ganhou nesta década de noventa, contornos inovadores, através das políticas de participação nas câmaras setoriais, onde são discutidas políticas de incremento econômico no setor em que estão vinculados, com negociações entre empresários, governo e representantes dos trabalhadores, cada qual

barganhando para sua categoria, num sentimento de parceria e colaboração.

Através desta lógica corporativa cada sindicato é levado a propor alternativas que assegurem emprego, salários e condições de trabalho para sua categoria, muitas vezes posicionando-se contrariamente a outros sindicatos de outros setores. Conforme BOITO Jr. "Num plano mais geral, instaurou-se, hoje, no Brasil, uma luta mais ou menos velada entre os sindicatos, de diferentes categorias ou de uma mesma categoria, por verbas públicas para sua empresa ou setor, e por investimentos privados, para sua categoria ou base territorial"³, delimitando dessa forma, a atuação dos sindicatos num campo de disputas interna, sem questionamento da ordem capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura sindical brasileira não permite grandes avanços rumo a superação da ordem estabelecida, pois conforme já salientamos, ela é parte constituinte do Estado, além disso as deficiências teóricas de muitos líderes sindicais, mesmo nos setores mais combativos, levam a interpretações que limitam a ação sindical, aos limites da legalidade. Necessita-se ter condições de contestar as imposições do capital, refletindo sobre os caminhos que apontam para melhorar as condições de vida da maioria da população, já que nos estreitos limites do capital isto não é aparentemente possível.

Buscamos através dessas breves ponderações destacar que a desregulamentação das relações trabalhistas devem ser entendidas no bojo das redefinições jurídico-institucionais e da restauração do capital⁴ e que as implicações provocadas no mundo do trabalho, particularmente no movimento sindical devem estar inseridas na compreensão do movimento contraditório da sociedade de classes, hegemonizada pelo capital.

Portanto, é necessário termos claro, que os sindicatos expressam as contradições da sociedade,

estando nele inseridos atores sociais que se destacam quer na defesa da ideologia burguesa, quer na busca da superação da sociedade capitalista, sendo que o ordenamento territorial imposto pelo capital pode ser contestado pelos setores mais combativos e organizados do movimento sindical.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. "Ofensiva neoliberal, toyotismo e fragmentação de classe" In: *Universidade & Sociedade*. Ano 6, nº 10, jan/96, p. 25-33.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

— "Aonde vai o mundo do trabalho" In: COGGIOLA, O. *Globalização e socialismo* São Paulo: Xamã, 1997.

ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro* São Paulo: Scritta, 1996.

— "Os descaminhos do governo e a precarização das relações de trabalho" In: CARLEIAL, L. e VALLE, R. *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil* São Paulo: Hucitec, 1997, p 480-502

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp. São Paulo: Hucitec, 1991.

— "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil". In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, v.1, nº 3, 1996, p 80-105.

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea* São Paulo: Xamã, 1996

COGGIOLA, Osvaldo. "A crise estrutural do capital" In: *Quinzena*, São Paulo: CPV, n.262, jan/98, p 2-12

GENNARI, Emilio. *Automação, terceirização e programas de qualidade total: os fatos e a lógica das mudanças nos processos de trabalho*. São Paulo: CPV, 1997

HARVEY, David. *A condição pós-moderna* São Paulo: Loyola, 1989

KATZ, C. COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1995.

KATZ, C. BRAGA, R. COGGIOLA, O. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

MATTOSO, Jorge E.L. et alli (orgs.). *In: O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século*. São Paulo: Scritta, 1994, p 521-562.

— *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

MOREIRA, Rui. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. "Flexibilização e o direito do trabalho no Brasil" In: OLIVEIRA, Carlos A.B. MATTOSO, Jorge E.L. *Crise e trabalho no Brasil* São Paulo: Scritta, 1996, p 327-344.

THOMAZ JR. Antonio. *Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical na Agroindústria Canavieira Paulista)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. Tese (Doutorado). São Paulo, 1996.

— "A presença das centrais sindicais na agroindústria paulista" In: *Debate Sindical*. São Paulo: CES, ano 11, nº 24, fev-abr/97, p. 46-51.

— "(Re)definições técnicas, econômicas e gerenciais do capital, as reformas jurídico-institucionais e os desafios para o movimento sindical" In: *Revista Geopantanal Corumbá/MS: AGB*, No. 2, jul-out/97, p. 1-10

* Estudante do curso de mestrado em geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente, membro do CEGET (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e do CEMOSi (Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes") ambos sob coordenação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr. Endereço para correspondência: Depto. de Geografia FCT/UNESP/Pres. Prudente Cx.P. 957, CEP 19060-900, tel (018) 221-5388, fax (018) 223-2227 e-mail: cemosi@prudente.unesp.br

² COGGIOLA, O. "A crise estrutural do capital" In: *Quinzena* São Paulo: CPV, No. 262, jan/98, p.3

³ BOITO Jr., Armando. "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil" In: *Crítica Marxista* São Paulo: Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996, p 97

⁴ BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea* São Paulo: Xamã, 1996

Tese: "AGB: Perspectivas para o ano 2000"

AGB: AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS.

Douglas Santos*

Os últimos vinte anos nos ensinaram muito e é procurando lembrar desde os tensos momentos de 1979, quando fazíamos as mudanças estatutárias que, de uma maneira ou de outra, definiram o atual perfil de nossa entidade, e, a partir daí, os encontros e congressos de que participei, que algumas reflexões podem se tornar possíveis.

O que queríamos, há vinte anos? Bem..., 1978 ou 1979 expressam, para todos nós, uma perspectiva de mudanças embalada num confronto com as tradições de gestão do político no Brasil e, de uma maneira ou de outra, a nossa entidade foi passada a limpo nesse contexto. Sabíamos, todos, que o confronto com a ditadura militar nos impunha uma revisão generalizada com uma gama infundável de estruturas de poder, dentre elas a acadêmica e, no seu interior, a própria AGB. Repensar seus estatutos, portanto, fazia parte de uma luta política mais geral, onde as consignas de "democracia" e, conseqüentemente, de ampliação, tanto qualitativa quanto quantitativa, da nossa capacidade de debater e decidir nossos próprios rumos – é nesse espírito que se decide o papel dos estudantes, o significado de ser sócio e o poder político de todos os que já participavam ou viriam a participar da entidade.

É, ainda, nesse contexto, que, pouco tempo depois, a idéia de "gestão coletiva" se consolida como forma específica de socialização do poder e reidentificação do significado da Diretoria Executiva Nacional. Dividir com as Seções Locais as principais deliberações da entidade reduzia, substancialmente, o poder da DEN mas, ao mesmo tempo, deveria ampliar sua legitimidade política frente a todos os geógrafos.

Os caminhos foram traçados, mas, vinte anos depois, o resultado de tantas mudanças já se fazem sentir, tanto pela positividade

quanto pela negatividade que cada um deles carregam consigo – e aqui, evidentemente, o que colocarei em pauta é somente a AGB e não a conjuntura brasileira de maneira geral.

Os sintomas são, em linhas gerais, os seguintes:

A AGB, nos últimos vinte anos, ampliou exponencialmente a sua capacidade de agregação, isto é, a participação de professores do ensino básico e médio e dos estudantes de terceiro grau trouxe para a entidade uma gama infundável de novas polêmicas, rompendo com suas tradições exclusivamente acadêmicas, sem, no entanto, abandonar tais raízes;

Por outro lado, a ampliação do debate pouco ou nada teve a ver com a necessária ampliação da capacidade de articulação política e, assim, na medida em que as exigências sociais se ampliaram a entidade se mostrou, no geral, incapaz de responder com eficiência à maior parte delas;

A gestão coletiva, por sua vez, mostrou sua eficiência na medida em que, efetivamente, se colocou como legitimadora da DEN, mas, por outro lado, a fragilidade das seções locais, acabam por nos fazer dialogar com uma "realidade virtual" de extrema complexidade. Temos de ponderar que há uma grande diferença entre se dispor da presença de um membro das diretorias locais em uma RGC e outra, completamente diferente, é dispor da seção local como lugar

de resposta eficiente para as demandas tanto políticas quanto administrativas da DEN.

A própria DEN, por sua vez, também tem se mostrado como um outro tipo de "realidade virtual". Sua oficialização nos encontros e congressos tem sido, salvo raros momentos muito especiais, um processo difícil e doloroso. Mas os problemas se tornam ainda bem maiores logo depois das eleições onde, com o passar dos vinte e quatro meses que separam uma eleição de outra, as defecções vão se tornando a regra e, no geral, o que se observa é um reduzido número de diretores carregando as tarefas que, na verdade, só poderiam ser realizadas a contento com a participação de todos.

A ampliação das demandas, a falta de uma identidade mais clara e objetiva, a impossibilidade de se manter o administrativo mínimo e, por fim, a quase dissolução das DENs, têm nos colocado frente a um debate sem fim: a AGB nacional tomou como sua a tarefa de realizar um encontro bianual, mas não tem conseguido, efetivamente, representar os interesses de seus sócios, tanto no geral, quanto em suas reivindicações específicas. Esta é a reclamação mais geral, mas as soluções estão muito distantes de se tornarem claras.

A que tudo isso nos leva, efetivamente? Será que teremos de nos "conformar" com o fato de que o principal papel de nossa entidade é fazer

encontros? Na medida em que esse tipo de prática tem se mostrado efetivamente mobilizadora de todos os sócios, seja no âmbito das seções locais ou dos encontros nacionais, não creio que tal "conformismo" possa se substanciar como uma crítica à nossa entidade. De maneira nenhuma devemos menosprezar a capacidade agregadora da AGB e o fato de que tal prática tem, paulatinamente, proporcionado não só a divulgação de novas perspectivas para o ensino e a pesquisa em geografia mas também, e ao mesmo tempo, conseguido inserir no debate geógrafos de todos os cantos do país, o que, há vinte anos, era absolutamente impensável.

Mas é justamente neste ponto que devemos retomar a contradição e indicarmos caminhos possíveis de superação. Os avanços têm demonstrado fragilidades que não teriam sido pensadas em 1979 e nos anos que, imediatamente, daí se seguiram, e de nada nos adiantaria, neste documento, expressar qualquer tipo de indignação ou exigir que nossa entidade supere suas fragilidades e assuma, definitivamente, o que, assembleia geral após assembleia geral, temos insistido. De que nos resolveria afirmar que a AGB tem de se vincular aos movimentos mais gerais da sociedade civil? De que serventia seria propormos que a DEN eleita deva permanecer coesa até o final do mandato? Será que nos bastaria exigir maior agilidade de nossos dirigentes? Creio que tais reivindicações, e tantas outras mais, devem voltar à baila na assembleia final deste encontro e nem mesmo me sinto à vontade para afirmar que isso não deva ser feito. O que duvido, efetivamente, é da eficiência de tantos apelos quando, apesar do sacrifício pessoal de muitos companheiros, as carências mais básicas continuam, efetivamente, as mesmas.

Mas, se reivindicar nem sempre expressa mais que a simples indignação, constatar as dificuldades não é mais que um passo, cuja eficácia só poderá ser avaliada se nos apontar algum caminho.

Vou aqui, portanto, fazer uma proposta cujo único objetivo é levantar uma polêmica e, por isso mesmo, peço aos companheiros o obséquio da

reflexão:

Considerando que uma das maiores dificuldades das DENs é manter suas estruturas administrativas funcionando;

Que, tendencialmente, o que se observa é a presença, até o final da gestão, dos presidentes e de alguns outros poucos membros das DENs;

Que, por outro lado, as seções locais responsáveis pelos encontros e congressos tendem a se manter coesas até a execução desses eventos;

Proponho uma mudança nos nossos estatutos no sentido de que, a partir do próximo encontro, a assembleia geral extraordinária eleja somente o presidente e o vice presidente de nossa entidade e o local do próximo encontro, ficando para a diretoria desta seção local a responsabilidade de ser, igualmente, a diretoria nacional da entidade.

Trata-se de uma proposta que, a princípio, teria um caráter meramente administrativo, mas o objetivo final é "liberar" a presidência de nossa entidade para que ela, efetivamente, nos represente politicamente, fazendo contatos e articulações que nos permitam uma maior participação no interior dos temas mais candentes que, a cada momento, uma entidade como a nossa deva, efetivamente, se inserir. Tal liberação estaria, no caso, diretamente vinculada à existência de uma equipe diretora territorialmente mais coesa podendo, assim, carregar consigo toda a parte administrativa da entidade tanto a nível local como nacional e liberando a presidência para a efetivação das tarefas que lhe cabe por estatuto.

A ambigüidade

da proposta estaria no fato de que a diretoria da seção local estaria subordinada a duas direções diferentes. Teríamos, então, um presidente nacional da AGB e um diretor de seção local vinculados a uma mesma diretoria, o que poderia criar, nos moldes do estatuto atual, até mesmo algum tipo de antagonismo insolúvel. Tal fato nos obrigaria a repensar nossos objetivos políticos mais gerais, elegendo os encontros, definitivamente, como a nossa principal atividade, separando, portanto, o papel da presidência, cuja articulação geral se daria no interior das Gestões Coletivas, e a administração nacional, centralizada no interior de uma seção local. A alternância dos locais dos encontros e congressos, nos garantiria a alternância do poder administrativo sem, efetivamente, interferir no programa político da presidência nacional cuja efetivação se daria em dois âmbitos: num primeiro momento representando o programa eleito na assembleia geral e, na sequência, dando continuidade aos debates e se subordinando às deliberações da gestão coletiva.

Por fim, vale afirmar aqui, que a proposta que estou fazendo para todos os companheiros poderá, ainda, facilitar a composição de chapas e a disputa - com a conseqüente ampliação dos debates - pela diretoria de nossa entidade no interior de nossos encontros e congressos.

* Professor do Departamento de Geografia da PUC-SP
Tel: (011) 263-0211
E-mail: santos@originet.com.br